

faas 3

Fazendo Antropologia
NO ALTO SOLIMÕES

Adailton da Silva
Michel Justamand
(Orgs.)



ALEXA
CULTURAL

ADAILTON DA SILVA (ORG.)
MICHEL JUSTAMAND (ORG.)

**FAAS: FAZENDO
ANTROPOLOGIA NO ALTO
SOLIMÕES 2**

ALEXA
CULTURAL

Embu das Artes - SP
2015

COMISSÃO EDITORIAL

Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano - Professor Doutor da Anhanguera Educacional (Campus Osasco – SP)

Clécio Ferreira Mendes - Pesquisador do Centro de Estudos de História de América Latina – CEHAL – PUC/SP

Débora Cristina Goulart - Professora Doutora da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Campus Guarulhos – SP)

Fábia Barbosa Ribeiro - Professora Doutora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (Campus São Francisco do Conde – BA)

Gilse Elisa Rodrigues - Professora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Campus Benjamin Constant – AM)

José Lindomar Coelho Albuquerque - Professor Doutor da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Campus Guarulhos – SP)

Júlio Machado - Professor Doutor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (Campus São Francisco do Conde – BA)

Patricia Sposito Mechi - Professora Doutora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (Campus Foz do Iguaçu – PR)

Paulo Alves Junior - Professor Doutor do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU/SP

Pedro Paulo A. Funari - Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Rita Juliana Poloni - Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Thereza Cristina Cardoso Menezes - Professora Doutora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Vanderlei Elias Nery - Professor Doutor da Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL/SP

Wanderson Fábio Mello - Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense – UFF (Campus Rio das Ostras – RJ)



Rafael Pessoa São Paio

© by Alexa Cultural
Direção
Yuri Amaro Langermans / Nathasha Amaro Langermans
Editor
Karel Langermans
Capa
Karel Langermans
Editoração Eletrônica
Alexa Cultural
Gravuras capa e miolo
Rafael Pessoa São Paio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A425a SILVA, Adailton
J276m JUSTAMAND, Michel

FAAS: Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2/ Adailton da
Silva / Michel Justamand organizadores São Paulo: Alexa Cultural, 2015.

14x20 - 148 pg.

ISBN -978-85-63354-31-0

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice s- II
Bibliografias

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:
Antropologia
Alto Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

ALEXA
CULTURAL

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes - SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br

PREFÁCIO

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

Uma indagação, que marca as instituições universitárias em regiões consideradas “remotas” e “periféricas” aos chamados centros de excelência, concerne às condições de possibilidade que caracterizam as iniciativas atuais de realizar trabalhos de pesquisa relevantes e formar novos quadros profissionais em projetos científicos nestas próprias regiões. O livro ora prefaciado propicia alguns elementos explicativos acerca do potencial das experiências de pesquisa realizadas neste sentido, que tem a Amazônia como região empiricamente focalizada e mais especificamente o Alto Solimões na fronteira tríplice, Colômbia, Peru e Brasil. A consonância destas experiências em regiões “distantes”, não apenas geograficamente, com a implementação de políticas científicas, que privilegiem as regiões de fronteira, notadamente na Amazônia, pode criar um quadro favorável à reprodução de um padrão relativamente elevado de trabalho científico. Esse é um dos pontos a ser assinalado nesta publicação, que aborda: i) a educação indígena, principalmente dos povos Tikuna, Uitoto, Muinane, Bora, Andoque, Nonuya e Okayna; ii) os deslocamentos espaciais de diferentes povos e grupos sociais nesta região de fronteira tríplice, que remetem às teorias e aos instrumentos analíticos de “migração”, iii) o potencial para uma análise comparativa com outras regiões sul e centro-americanas, como o caso emblemático do Haiti; iv) a memória social de lutas e reivindicações por direitos territoriais e v) as ações afirmativas em implementação e seus efeitos.

Ao focalizar estas questões a coletânea expressa um projeto coletivo em andamento e evidencia mais as dificuldades do que as vantagens do processo de produção científica em instituições universitárias sediadas em regiões de fronteira como os Municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, no Alto Solimões. Certamente que tais instituições, tanto a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), quanto a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com suas sede regionais nos Municípios mencionados, sofrem o peso da “concorrência pela legitimidade” de

¹ Antropólogo. Professor do PPGAS e do PPGSCA da UFAM e pesquisador do CNPq.

outras instituições, inclusive aquelas não-acadêmicas e desvinculadas do sistema de ensino, mas que abrigam “técnicos” com formação em ciências sociais. Os atos de Estado nesta região, acham-se fundados em agências federais de intervenção e não passam necessariamente pelas instituições universitárias. A autoridade científica das universidades regionais encontra-se em construção nestas regiões de fronteira. São mais conhecidas e muito recentes as iniciativas do CNPq, do INPA ou do MCTI como o “Programa ProAmazonia”, que também envolve as Forças Armadas. Os projetos de pesquisa de alcance mais localizado nestas regiões e produzidos nelas mesmas, por profissionais que aí vivem mostram-se bem expressos nesta publicação e convidam os leitores a uma reflexão detida. A sociologia desta produção intelectual e científica evidencia um momento em que os pesquisadores referidos às instituições universitárias locais se expõem, expondo as vicissitudes de seus próprios trabalhos cotidianos e sistemáticos, de suas próprias práticas e de suas desvantagens simbólicas. Não parece simples uma superação de pronto dos obstáculos institucionais. Para lograr êxito ela teria que ser radical, rompendo de vez com amarras que datam da sociedade colonial e da centralidade metropolitana das instituições consagradas. E não há uma política científica de construção descentralizada de centros de excelência, invertendo a própria lógica da formação histórica de nossas universidades. Nesta ordem as instituições locais podem ser interpretadas como descrevendo uma transição: de tributárias daqueles centros de poder intelectual a uma posição de maior autonomia intelectual, levando em consideração o fator étnico, ou seja, de Municípios com proporção de indígenas que ultrapassa a 40% do total de sua população, como soa acontecer com Benjamin Constant ou a quase um terço como Santo Antonio do Içá e São Paulo de Olivença. Não bastasse isto tem-se também o reconhecimento de outras etnias e de imigrantes, revelando a complexidade da estrutura social e os efeitos das políticas desenvolvimentistas sobre seus modos de vida.

Mediante questões desta ordem é que reiteramos o convite para que os leitores procedam a uma leitura acurada dos artigos que compõem esta coletânea, buscando meios de entendimento destes esforços de descrições etnográficas mais acabadas e de uma compreensão mais rigorosa de suas implicações sociológicas na vida cotidiana da pluralidade de agentes sociais nestas regiões de fronteira.

SUMÁRIO

05

Prefácio

Alfredo Wagner Berno de Almeida

09

Apresentação

Adailton da Silva e Michel Justamand

11

A imigração peruana para o Alto Solimões:

relatos etnográficos da mobilidade humana numa região de fronteira

*Cristian Farias Martins, Rudson Torres do Nascimento e Maria Elenir
Silva de Oliveira*

27

Antropologia do Direito e Ações Afirmativas em Saúde:
o descaso sem acaso

Adailton da Silva

59

“A onça do comércio” e o conflito armado entre a Gente de centro: a
memória e a defesa da vida

Marco Tobón

71

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação
inclusiva afirmativa e a política nacional de assistência estudantil no Alto

Solimões: pontos positivos e negativos.

*Claudia dos Santos Lima, Ana Cassia Vieira Garcia e Ronnivor
Gonçalves Gomes*

95

Como vejo a escola: concepções dos índios Ticuna do Alto Solimões - AM

Antônia Rodrigues da Silva

105

Escola em aldeia Ticuna: construindo processos educacionais na comuni-
dade Vila de Betânia, Alto Solimões

Renan Albuquerque Rodrigues e Mara Francisca Silva Rubim

113

Interculturalidade e o Ensino de História Indígena:
os avanços e entraves das políticas públicas na temática indígenas nas
escolas

Lilian Marta Grisolio Mendes

123

Memória do Trabalho:
relações sociais e de trabalho no Alto Javari

Tharcisio Santiago Cruz

131

Quando Haiti também é Amazônia:
corpo, cultura e mudanças climáticas

Adailton da Silva

155

Uma pequena e breve contribuição para os debates
Antropológicos no Brasil:
algumas experiências de Benjamin Constant

Michel Justamand

175

Posfácio
Por uma antropologia inacabada

Gilse Elisa Rodrigues

183

Sobre os autores

APRESENTAÇÃO

Adailton da Silva e Michel Justamand

Este livro é um desdobramento da iniciativa que produziu o primeiro *Fazendo Antropologia* no Alto Solimões em 2012. A ideia da publicação foi gerada ainda naquele ano, todavia apenas em 2015 teve finalizado seu acabamento. Inicialmente a proposta era seguir registrando as atividades e reflexões que os docentes do colegiado de antropologia do concurso de 2009 estavam desenvolvendo em sua atuação no Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (INC-UFAM). Esta base nos serviria para dialogar com um contingente mais amplo e aprimorar criticamente nosso fazer antropológico no Alto Solimões.

O grupo que já envolvia Adailton da Silva, Cristian Martins, Michel Justamand, e Tharcisio Cruz permanece contribuindo neste volume com apontamentos sobre o fazer antropológico e sobre a região do Alto Solimões. Estão também nesta publicação, para somar e qualificar, as contribuições de colegas de outro colegiado do INC, de outro campus da UFAM, de outras universidades brasileiras e até de uma universidade de um dos vizinhos nesta tríplice fronteira amazônica, a Universidade Nacional de Letícia na Colômbia (UNAL). Há também a importante participação de dois graduandos, de uma pedagoga, de uma assistente social e de uma docente do ensino médio da rede estadual, todos(as) nascidos na cidade de Benjamin Constant. Isto reflete, em grande medida, o crescimento do trabalho que vem sendo feito e o avanço na compreensão dos diálogos necessários para uma efetiva contribuição no contexto da mesorregião.

O segundo volume de *Fazendo Antropologia* no Alto Solimões desenvolveu-se como um espaço para o encontro de ideias entre pesquisadores e iniciativas afins. Além do curso de graduação em Antropologia do INC que contribui nesta publicação com seis autores, há também as valiosas contribuições de quatro autoras vinculadas ao curso de pedagogia do mesmo instituto. Há ainda o Núcleo de Estudos Afro-Indígenas do Instituto de Natureza e Cultura - NEAINC, do qual participam quatro autores e autoras que constam neste livro. Quatro é o número de autores neste livro que já contribuíram com o Programa de Pós – graduação em Estudos Amazônicos da UNAL. Quatro também é o número de autores que têm ou tiveram vínculo (dois ex-professores, um professor em atividade, e um estudante de doutorado) com o Programa de

Pós-graduação em Antropologia Social – PPGAS, da UFAM. Todavia, o campeão em participações mais que especiais é o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, também da UFAM, e que agrega sete das autorias a esta publicação, incluindo o prefaciador Alfredo Wagner B. de Almeida. Obviamente entre os(as) autores(as) há aqueles(as) que participam de mais de um destes grupos, e ainda quem se encontra em tantos outros grupos de pesquisa e de trabalho que não caberia citar aqui.

Gilse Rodrigues, que organizou a primeira publicação e está no Rio Grande do Sul fazendo seu doutorado, desta vez contribuiu com o posfácio do livro. O saudoso camarada Rafael São Paio, autor de artigo na primeira publicação e colega no colegiado de antropologia, faleceu em um trágico acidente de automóvel no Rio de Janeiro no começo de 2013. O primeiro volume do Fazendo Antropologia foi seu último trabalho publicado. Alguns de seus desenhos ilustram esta publicação. A ele que tanto contribuiu com os diálogos e iniciativas que nos permitiram construir este trabalho, dedicamos este livro.

Não foi simples produzir as intersecções aqui expostas, muito embora desfrutemos destas. Os artigos aqui elencados não se enquadram no método clássico ir-pesquisar-voltar. Partindo de diálogos amistosos, intercâmbios transdisciplinares, do compromisso com a reciprocidade do saber, e da efetiva vivência e convivência com a realidade amazônica, apresentamos o segundo volume de Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

A IMIGRAÇÃO PERUANA PARA O ALTO SOLIMÕES: RELATOS ETNOGRÁFICOS DA MOBILIDADE HUMANA NUMA REGIÃO DE FRONTEIRA¹

*Cristian Farias Martins
Rudson Torres do Nascimento
Maria Elenir Silva de Oliveira*

O objetivo principal deste artigo é falar da imigração peruana para a região do Alto Solimões². Amazonas, lugar que se constitui num espaço imaginado como periférico à rede de controle do Estado-nacional brasileiro, já que faz fronteira com o Peru e a Colômbia, países que são tidos como grandes produtores mundiais da pasta base da cocaína.³ Imaginário cuja força é tão intensa, a ponto de frequentemente a imprensa regional e nacional veicular reportagens que descrevem esta região como lugar do contrabando, do narcotráfico, da pistolagem e de todo o tipo de atividade ilícita. (MARTINS, 2013; HAIDEN, 2014).

Por exemplo, em matéria publicada no Portal G1, do dia 09 de março de 2008, um delegado da Polícia Federal destacou⁴:

- Quem não traficou, um dia, vai traficar droga em Tabatinga.

Mesmo considerando-se que falta o contexto no qual a fala foi proferida pela eminente autoridade estatal, percebemos nela a ideia de

1 Agradecemos aos professores José Lindomar Albuquerque (UNIFESP) e Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC-UnB) pelo diálogo acadêmico que permitiu a finalização da escrita deste artigo. O mesmo agradecimento vai para todos os imigrantes peruanos que vivem nas cidades de Benjamin Constant e Tabatinga e, que aceitaram compartilhar conosco das suas histórias de vida.

2 A microrregião do rio Alto Solimões congrega nove municípios Amazonenses a oeste de Manaus. Neste trabalho, destacaremos os municípios de Tabatinga e Benjamin Constant que foram o objeto dos nossos estudos e que fazem fronteira fluvial e terrestre com as cidades colombianas e peruanas da fronteira.

3 Silva (2009, p.02), se apropriando de Raffestin (1993), define o Estado-nacional como uma “prisão original”, a qual “é composta de uma tessitura de nós e redes, organizada de modo a assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído”. Dessa perspectiva, essas entidades produzem “espaços imaginados como nacionais a partir do contraste com espaços definidos contrastivamente como não-nacionais, i.e., aqueles ocupados por minorias, estrangeiros, subalternos, marginais, em suma espaços outros”.

4 Matéria visualizada no site www.g1.com.br, acessada em 10 agosto de 2010.

que o narcotráfico formaria uma rede criminosa que estaria incrustada no cotidiano de vida das pessoas que vivem nessa fronteira, a ponto de que ela se confunde com o próprio modo de vida desses indivíduos.

Neste artigo, além de des-essencializar a idéia de que nessa região somente vivem pessoas ligadas a atividades ilegais como o narcotráfico, pretendemos mostrar que o Alto Solimões é um espaço social de mobilidade humana, de fluxo de pessoas, de encontro de culturas diferentes num dado contexto histórico, como bem define Pratt (1999), a partir do conceito de “zona de contato”.

Para Pratt (1999), a fronteira é um espaço territorial e cultural⁵ caracterizado pelo encontro entre diversos povos e culturas num dado momento histórico, que representam um limite para todos os portadores de culturas específicas e, ao mesmo tempo, múltiplas possibilidades de transformação de si mesmo ou, melhor dizendo, de um “nós” cultural. Nela acontece o intercâmbio de valores, significados e prioridades, mesmo que esse processo muitas vezes não seja realizado de maneira colaborativa e dialógica, mas também a partir do antagonismo e das sociabilidades conflituosas, complementa Bhabha (1998, p. 20).

Sendo assim, a mobilidade dos imigrantes peruanos que circulam entre os Estados-nacionais do Peru e do Brasil é, por assim dizer, o “fato social total” (MAUSS, 2003)⁶ que elegemos para perceber os processos de sociabilidade nesta região. Sem esquecer que aqui vivem e circulam colombianos, haitianos, norte-americanos e europeus, além de brasileiros de distintas regionalidades (notadamente os nordestinos e seus descendentes que vieram nos ciclos da borracha), os militares e funcionários públicos que fixaram residência na região, dentre eles, paraenses, gaúchos, mineiros, brasilienses, catarinenses e manauaras⁷, os membros de etnias indígenas que vivem em bairros próximos das cidades da região (como Filadélfia em Benjamin Constant e Umariçu em Tabatinga), e os indígenas do Vale do

5 Suarez (1998) define as regiões de fronteira, para além de espaços geográficos localizados, como “regiões mentais”, já que a sua delimitação se encontra presente, sobretudo, no imaginário dos atores e grupos sociais que vivem suas existências em dado contexto sócio histórico.

6 Mauss (2003, p.187) define o “fato social total” como “fenômenos sociais totais que exprimem, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais, econômicas, sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam”.

7 Manauara, por definição, é aquele indivíduo nascido em Manaus. No entanto, temos percebido que há uma diferença nos ritmos de vida dos moradores da capital e do interior do Amazonas, o que se reflete no plano da identidade que eles constroem de si mesmos. (MARTINS, 2013) Por isso, optamos por inserir os manauaras como parte de uma identidade regional ou sub-regional que faz parte dessa sociedade de fronteira e, cujos valores sociais não são tão diferentes (no seu ritmo de vida) dos imigrantes oriundos do centro-sul do Brasil.

Javari, que comumente estão a circular nas cidades da região.

Encontros que podem gerar relações de solidariedade, confraternidade, amizade, aliança ou de conflitos entre esses indivíduos que pertencem a distintas nacionalidades, regionalidades, raças e etnias. Já que, como quaisquer pessoas que vivem noutras regiões do Brasil e do mundo, elas apenas buscam a realização dos seus projetos de vida⁸ numa região que é identificada pelas entidades nacionais como limite ou faixa de fronteira.

Um breve histórico da imigração peruana para o Alto Solimões nas décadas de 1980-90

Na década de 1980, com o esgotamento da extração do látex, a região do Alto Solimões se notabilizou pela extração madeireira e, conforme recorda Torres (2011), havia muita procura de emprego por parte de peruanos e brasileiros nas serrarias de Benjamin Constant, já que elas eram uma das poucas possibilidades de trabalho remunerado disponíveis nessa região. Outros, trabalhavam no comércio informal, o chamado “comércio ambulante”, vendendo produtos industrializados de plástico como, bacias, baldes, pratos, canecas, entre outros objetos importados dos países asiáticos via Peru.

Essas empresas empregavam um número expressivo de trabalhadores imigrantes e não-imigrantes. Os peruanos vinham de várias partes do Peru, principalmente de cidades da Costa, como: Pucallpa, Piura, Trujillo, San Martín, Tarapoto, entre outras, e também das cidades regionais localizadas no departamento de Loreto (Amazonas), Iquitos (a capital desse departamento) e Cavallo Cocha.

A viagem deles era feita através de estágios: faziam escalas em outros centros urbanos do Peru, até chegar na cidade de Iquitos, cidade base para entrar na fronteira, por estar localizada a doze horas, em via fluvial, das cidades brasileiras. Todo o percurso era feito de barco, através da única via fluvial que existe, o rio Amazonas (Solimões) até chegar no povoado de

⁸ Partindo do princípio de que qualquer sociedade humana vive, permanentemente, a contradição entre as “particularizações de experiências”(restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos)e a “universalização de outras experiências”(expressas culturalmente através de conjuntos de símbolos homogeneizadores, como os paradigmas e temas), Velho (1999) opta por investigar o modo como os indivíduos “participam diferencialmente” desses códigos “mais restritos ou mais universalizantes” (VELHO, 1999, pp. 18-19). Ou seja, ao resgatar a dimensão individualizante da obra de Simmel, o referido autor toma como ponto de partida a noção de que “os indivíduos escolhem ou podem escolher” e que essa é a “base, o ponto de partida para se pensar em projeto” (IDEM, p.24).

“Santa Rosa” (Peru), localizada em frente à cidade de Tabatinga. Lá eles cruzavam a fronteira fluvial entre essas duas cidades, num percurso feito em pequenas canoas motorizadas, que são utilizadas até hoje no trânsito entre essas cidades.⁹ Alguns imigrantes ficavam em Tabatinga, outros seguiam para a cidade de Leticia (Colômbia) via terrestre e, alguns outros seguiam viagem via fluvial até os povoados de Petrópolis e Islândia do lado peruano que faz fronteira com a cidade de Benjamin Constant.¹⁰

Os imigrantes peruanos ficavam trabalhando nesses povoados, nas indústrias de beneficiamento de madeira. Aqueles que não conseguiam emprego do lado peruano, cruzavam a fronteira à procura de emprego em Benjamin Constant. É preciso lembrar ainda que, ainda hoje, é comum que trabalhadores peruanos morem em Islândia e trabalhem em Benjamin Constant em variadas atividades que vão do comércio, agricultura aos serviços gerais (marceneiros, pedreiros, etc.).¹¹

No Brasil, os peruanos eram contratados, pois existiam várias serrarias que precisavam de uma grande quantidade de mão-de-obra que produzisse em larga escala a madeira beneficiada, cuja demanda do mercado interno e externo exigia alta produção. (TORRES, 2011)

Países como os Estados Unidos da América, Venezuela, Porto Rico, França, entre outros, eram os maiores compradores da madeira beneficiada em Benjamin Constant. A outra parte era consumida na própria cidade e nos municípios circunvizinhos e na capital amazonense (Manaus) e Belém no Pará (AMAZONAS, 1989, pp. 108-110).

Nesse contexto, a mão-de-obra do imigrante peruano foi de extrema relevância no processo de produção. Em virtude desse aspecto, um trabalhador imigrante “é essencialmente uma força de trabalho, e uma forma de trabalho provisória, temporária, em trânsito”, conforme constata Sayad (1998, p.54). Nesse caso, o imigrante deve ser encarado como um importante membro da sociedade, que ajudou a construir a história da economia regional da fronteira.

No final da década de 1990, com a proibição da exploração da

9 Pagando-se cerca de três reais (em moeda brasileira) e gastando-se cerca de cinco minutos atravessa-se de Tabatinga a Santa Rosa e vice-versa, num percurso fluvial que lembra o transporte coletivo de qualquer cidade latino-americana se não fossem essas especificidades regionais.

10 Entre Benjamin Constant (Brasil) e Islândia (Peru) existe também um sistema de transporte parecido ao de Tabatinga-Santa Rosa, o qual está a ser etnografado por alguns estudantes do INC/UFAM.

11 Para maiores detalhes ver Silva (2008) e Torres (2011).

madeira através de medidas tomadas pelo Governo Federal em consonância com a Igreja Católica, sob a alegação de preservação das áreas indígenas localizadas no Vale do Javari, obrigaram-se as serrarias do lado brasileiro a parar a produção por conta da falta de matéria-prima, imprescindível para o seu funcionamento. Com isso, os trabalhadores peruanos foram dispensados compulsoriamente do quadro de funcionários dessas empresas. Muitos, na ocasião, fizeram a viagem de volta, retornando ao Peru. Assim, para Sayad (1998, p.55), “o trabalho é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos”.

Na sua busca por novos campos de trabalho, alguns imigrantes permaneceram em Benjamin Constant e boa parte dos que permaneceram constituíram famílias e passaram a trabalhar no comércio informal como ambulantes ou, em pequenos barracos de madeira localizados no centro da cidade, precisamente na área portuária vendendo seus produtos, oriundos do Peru, que por sua vez tem como local de fabricação a China e outros países asiáticos.

Alguns buscaram cidades ao longo do rio Solimões, como Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá, Jutai, entre outros, ou ainda, houve aqueles que procuraram um centro urbano maior como foi o caso da capital amazonense, a cidade de Manaus, na esperança de encontrar maiores oportunidades de emprego. (SILVA, 2008, 35)

Na atualidade, o que presenciamos é um fluxo contínuo (ou mobilidade) de imigrantes peruanos que vivem em trânsito entre a sua terra natal e as cidades brasileiras, como é o caso de Benjamin Constant, a qual teve origem no fluxo que iniciou-se com o Ciclo da Borracha, passou pelo ciclo de extração e beneficiamento da madeira e chegou ao comércio de produtos manufaturados (trazidos de Iquitos) e agrícolas produzidos em território peruano¹².

Reconhecemos que ainda nos faltam dados mais aprofundados

¹² Os adeptos do grupo religioso Israelita, na maioria agricultores e criadores de animais domésticos ou comerciantes, colaboram ativamente com o comércio na região. É perceptível a diferença social e cultural desses imigrantes, já que eles são dos Andes, geralmente “Quíchuas”, que se distinguem entre os demais, por serem adeptos da “Religião Israelita” e pelo trabalho que exercem. A diferença marcante está na maneira de se vestir, as mulheres usam vestidos longos e cobrem o cabelo com um tipo de véu específico da religião Israelita. Os homens vestem calça e camisa compridas, usam cabelos e barbas longas, há aqueles que vestem batinas coloridas típicas da sua religião. Para maiores detalhes sobre o modo de vida desse grupo ver Saénz (2010).

para compreender esse processo, mas não podemos deixar de pensar que essa mobilidade humana pode ser parte do modo de vida desses indivíduos. Dessa perspectiva, desde os indivíduos que migram temporariamente das cidades para as comunidades ribeirinhas no intuito de plantarem suas roças durante a vazante do rio Solimões, passando por um profissional liberal (professor, médico ou enfermeiro) que aceita emprego noutra cidade, ou um indígena do Vale do Javari que sai da sua comunidade para viver no meio urbano, chegando aos indivíduos de diferentes nacionalidades que buscam novas oportunidades de emprego quando um determinado fluxo de atividades econômicas se esgota (como foi o caso de brasileiros e peruanos que se ocupavam da extração de madeira), todos eles, fazem parte desse processo de interação cotidiana e de busca da realização de projetos de vida numa “zona de contato”.

Relatos da vida dos imigrantes peruanos no Alto Solimões

Um imigrante peruano que atualmente é comerciante em Benjamin Constant, entrevistado por Torres (2011), o senhor Aicate¹³, narra da seguinte maneira o seu processo migratório:

Me vi obrigado a deixar o meu lugar de origem pela falta de emprego. Nasci em Piura e, com 15 anos de idade, fui para a capital, Lima. Trabalhei e estudei nesse lugar para ajudar a minha família. Pretendia ir para a cidade de Porto Maldonado no Peru, fronteira com o Brasil, para trabalhar na exploração de ouro em um garimpo. Mas, mudei de ideia e vim para Iquitos, onde fiquei bem financeiramente, pois essa cidade é o melhor lugar do Peru onde se ganha mais dinheiro.

Vim pela primeira vez para o Brasil no ano de 2004. Cheguei na cidade de Tabatinga para comprar produtos brasileiros e levar para Iquitos, principalmente calçado, muito apreciado no Peru. Minha viagem era feita de barco. Acabei gostando do Brasil. Resolvi vir morar aqui. Conheci a cidade de Benjamin Constant e gostei muito, porque aqui, é, mais tranquilo que em Tabatinga. Há menos fiscalização por parte da Receita Federal e da Polícia, e a própria cidade é um lugar agradável para se viver.

Vim pra cá trabalhar com o comércio de produtos trazidos do Peru. Vivo há cinco anos aqui. Trabalhei no Peru exercendo a função de administrador de empresa, mas fiquei

13 Os nomes de todos os imigrantes por nós entrevistados são fictícios, procedimento que visa preservar a privacidade desses interlocutores.

desempregado. Não tinha outra alternativa.

Vim para o Brasil por necessidade de trabalho. O salário pago ao trabalhador aqui é melhor que no Peru.

Outro atrativo é a diferença no valor do câmbio da moeda brasileira em comparação com o Sole (moeda peruana). O Peru é um país subdesenvolvido e o Brasil é uma potência econômica em nível mundial.

A cada dois meses retorno ao Peru para comprar mercadorias para vender aqui e também para rever a minha família. Sinto muitas saudades deles e do meu país. Gosto de ser independente. Antes, vivia de aluguel em uma hospedaria, agora tenho minha casa. O Brasil é a minha segunda pátria. Pretendo morar o resto da minha vida aqui, porque tenho três filhos estudando aqui, quero que eles terminem o estudo aqui.

Tenho um bom relacionamento com os brasileiros, antes nós não éramos bem tratados aqui, os brasileiros não nos valorizavam, porque somos estrangeiros; agora tudo mudou, ganhamos o reconhecimento, principalmente quando chegou o delegado Domingos, que é descendente de pais peruanos, nos deu bastante apoio nesse sentido. O que falta para nós, é uma maior proximidade das autoridades locais.

Criamos uma colônia de peruanos aqui, mas, não funcionou, fracassou, devido que os representantes da Igreja Católica estavam querendo nos usar para fins políticos, no intuito de trazer recursos para eles junto ao Vaticano. O padre queria ter o domínio da colônia e isso nós não aceitamos e por isso acabou.

Atualmente, tenho uma ótima relação com a sociedade benjaminense e com os meus “paisanos” (conterrâneos). Não tenho muitas dificuldades com os costumes dos brasileiros, devido que na região Amazônica, esses costumes se assemelham pelo trânsito de peruanos e brasileiros por essa região de fronteira. Tenho medo da Receita Federal porque ainda não legalizei o meu comércio. Estou muito satisfeito com os brasileiros porque são os grandes consumidores dos nossos produtos. (Entrevista concedida pelo senhor Aicate, transcrita em Torres, 2011, p.23-24).

Martins (2013) afirma que um dos fatores que mais lhe chamou atenção ao chegar na região do Alto Solimões¹⁴, foi a visão que os imigrantes peruanos tem do Brasil como uma grande potência econômica regional. Percepção que é muito semelhante à encontrada por Albuquerque (2010,

14 Martins (2013) se define como um desavisado brasileiro que foi viver na fronteira em 2010 na condição de professor.

23) entre os paraguaios, para os quais o Brasil é “uma nação poderosa, imperialista e expansionista”.

Se considerarmos que o saudoso pensador e escritor brasileiro Nelson Rodrigues já chamava atenção para o nosso senso de baixa estima nacional, por ele definida como o “complexo do vira-lata”, que seria um conjunto de visões de mundo que nos leva a autodefinirmo-nos como uma nação comparável aos países mais miseráveis do mundo, quando o referencial de comparação são os “países desenvolvidos” (Estados Unidos, Canadá e países da Europa Ocidental), percebemos que a visão do Brasil como potencial regional, talvez, não seja tão estranha assim.

Isso por que, ao mesmo tempo em que nós brasileiros compartilhamos do “complexo do vira-lata”, temos também uma visão etnocêntrica da nossa relação com os demais países latino-americanos. O reflexo desse processo de construção da identidade nacional, que merece ser melhor compreendido noutras pesquisas, faz com que os brasileiros se sintam culturalmente superiores aos demais povos latino-americanos, o que se reflete, muitas vezes, no tratamento estigmatizante que é dado aos imigrantes peruanos que vivem nas cidades por nós pesquisadas, conforme veremos mais adiante.

A “hospedaria” pode ser definida como uma típica habitação construída de madeira por alguns peruanos e brasileiros para receber provisoriamente qualquer tipo de pessoa em condições financeiras insuficientes para pagar valores altos de aluguel. Nelas, os cômodos não possuem banheiros individuais adequados para fazerem as suas necessidades fisiológicas e, é muito comum que os hóspedes dividam o único banheiro com os demais moradores do lugar.

Observamos que, no caso dos imigrantes peruanos pesquisados, logo que chegam a Benjamin Constant, utilizam as “hospedarias” como espaço de acomodação provisória e quando as condições financeiras aumentam, adquirem terrenos ou a casa própria, compradas de brasileiros. (TORRES, 2011). Desta forma, a “hospedaria” seria uma típica “habitação para imigrantes” (SAYAD, 1998), dado o seu caráter de habitação provisória e precária.

Jorge, outro imigrante, conforme relato de Oliveira (2010), vivia em Piura (região norte, fronteira com Equador) e migrou a acerca de cinco anos para Benjamin Constant. Segundo conta, teve muitas dificuldades na sua pátria natal, pois lá existem muitos profissionais formados, mas falta emprego para eles. Assim, foi obrigado a migrar, primeiramente para Iquitos.

No Peru ele tinha uma sapataria e sempre visitava o Brasil, mais

precisamente o município de Tabatinga. Pouco tempo depois, observando que no Brasil as condições de trabalho eram melhores que no Peru, decidiu imigrar, tornando-se distribuidor de produtos importados de Iquitos na rua Marechal Mallet, em Tabatinga.

Numa das viagens de negócio, - frequentes a quem trabalha com esse tipo de atividade comercial-, acabou conhecendo Benjamin Constant e achou mais viável morar nesse município, pois, ali a facilidade do livre comércio é maior que em Tabatinga. Nesse contexto, as fiscalizações do Estado brasileiro em relação ao fluxo de mercadorias vindas do Peru possivelmente sejam menos frequentes em Benjamin Constant do que em Tabatinga, já na última há um posto da aduana brasileira. Ademais, segundo relato produzido pelo Sindicato Nacional da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, a situação da fiscalização tributária nessa região é bastante precária devido à falta de efetivos e infraestrutura de trabalho (GODOI & CASTRO, 2010).

Ao mesmo tempo, vale destacar que desde há algum tempo, o comércio de mercadorias via Peru/Brasil e Brasil/Peru, acontece normalmente, seja, através dos meios legais ou por meio do contrabando (ZÁRATE, 2008):

[...] os brasileiros levavam contrabando ao Peru e os peruanos levavam contrabando ao Brasil, ambos os lados se opunham às autoridades, e se ajudavam um ao outro por todos os meios ao seu alcance. Em Benjamin Constant e Cavalco Cocha, o contrabando raramente era interferido pelas poucas autoridades ali estabelecidas ou pelos postos aduaneiros de Leticia, Tabatinga ou Santo Antonio na parte baixa do Javari. Daí, a grande dificuldade para estabelecer com precisão a origem nacional dos produtos perante as frequentes queixas das exiguas autoridades aduaneiras sobre a ilegalidade e informalidade do comércio fronteiriço, incluindo importantes fluxos de capital, assim como, a impossibilidade de estabelecer um controle mínimo sobre eles". (ZÁRATE, 2008, 151-152)

Desse modo, ainda hoje existe a queixa, por parte dos comerciantes brasileiros, de que os produtos peruanos entram no Brasil sem qualquer garantia de procedência ou fiscalização aduaneira. Entretanto, vale lembrar que, produtos brasileiros são levados pelos próprios peruanos (e não pelos brasileiros), para serem comercializados no Peru. O que nos leva a concluir que a precariedade da fiscalização aduaneira entre esses dois países, sejam quais forem as suas causas, colabora diretamente para a dinamicidade do comércio local, já que do mesmo modo que as cidades

brasileiras dependem dos produtos vindos do Peru, as cidades peruanas igualmente dependem dos produtos de origem tupiniquim. Por isso, é comum se ouvir falar (tanto em Tabatinga quanto em Benjamin Constant) que “se não fossem esses peruanos, nós compraríamos tudo mais caro”, o que mostra que esses produtos, em alguma medida, dinamizam o acesso da população a itens que, se fossem importados de Manaus ou de outras cidades brasileiras teriam um custo de consumo inviável para uma parcela significativa dessa população.

De modo que, para além de pensar esse comércio inter-regional como “contrabando”, seria interessante compreender o significado econômico e cultural que ele tem para essa região, em estudos mais aprofundados acerca desse assunto, objeto que ainda estamos a tentar compreender no presente momento.

Até por que, conforme demonstra Silva (2008), além do fluxo de mercadorias, existe uma intensa circulação de profissionais liberais peruanos que exercem as funções de donos de bares ou restaurantes, vendedores de “produtos de origem duvidosa”, padeiros, pedreiros, sapateiros, marceneiros, cozinheiros, cabeleireiros e uma série de outras profissões, inclusive as médicas¹⁵.

Voltando a história de Jorge, ele narra que inicialmente sentiu dificuldade em relacionar-se com as pessoas de Benjamin Constant, com o idioma, com a comida e com clima local (muito quente), mas que atualmente “já se acostumou” e que sua filha mais velha estuda na UEA (Universidade do Estado do Amazonas), que fica localizado em Tabatinga. E, hoje, como sinal do progresso material, a família possui casa própria. Além disso, a cada dois meses Jorge viaja à Iquitos para comprar mercadorias e rever a família.

Também é comum aos relatos de outros imigrantes coletados por Oliveira (2010) e Torres (2011) afirmar que o Brasil é sua “segunda pátria” e que pretendem se naturalizar brasileiros tão longo reúnam as condições documentais necessárias à tal empreendimento. E que intentam morar o resto de sua vida na região, pois, seus filhos já se acostumaram a viver em terras brasileiras.

Por fim, e não menos importante, é falar do estigma que os

15 Como as nossas pesquisas foram anteriores a 2013, não temos informações sobre a adesão dos médicos peruanos ao Programa Mais Médicos. O que sabemos é que antes desse Programa, os médicos não-brasileiros trabalhavam ilegalmente em Benjamin Constant e Atalaia do Norte, já que os profissionais brasileiros não aceitavam as condições de trabalho e os salários propostos pelas prefeituras locais. No caso de Tabatinga, a situação é diferente, já que nessa cidade funciona o Hospital de Guarnição do Exército, o qual conta com profissionais efetivos e temporários dessa Força e médicos recém-formados em período de serviço militar obrigatório.

imigrantes peruanos vivem em relação aos brasileiros nessas cidades fronteiriças. Torres (2011, p.33) afirma categoricamente que “existem preconceitos muito fortes à pessoa do peruano em Benjamin Constant” e noutras cidades brasileiras do Amazonas, acrescentamos.

Qualquer pessoa que diz: “você é parecido ao peruano”, logo se apercebe na atitude da pessoa atribuída à semelhança, o grau de preconceito com relação à pessoa do peruano. Há, várias categorizações do tipo: “o peruano é sujo e cheira mal”. Mas, a mais forte atribuída a eles é a de “ladrão”. Para alguns brasileiros, os furtos ocorridos em partes da cidade são praticados pelos “peruanos”. Discurso de alguns brasileiros que, por várias vezes, presenciei pelas ruas da cidade.

O “peruano”, nesse contexto depreciativo, é entendido pelos brasileiros como sendo estranhos, que vem ao Brasil ocupar o lugar de trabalho dos brasileiros nas atividades de trabalho. Essa situação estigmatizante é o fator gerador dos conflitos entre brasileiros e peruanos. Vale lembrar que, a aparência sórdida do peruano é decorrente do trabalho que exercem no dia-a-dia, já que alguns deles trabalham em serviços braçais, como a construção civil. (Torres, 2011, 33)

Certa vez, enquanto conversávamos com um professor de uma instituição de ensino do Amazonas e falávamos sobre a situação de estigmatização (Goffman, 1988) vivenciado por esses imigrantes, ele nos contou uma breve história acerca do imaginário que os Amazonenses-brasileiros tem sobre esses imigrantes:

Aqui no Amazonas é comum se dizer, quando se está numa situação muito difícil, irresolvível que:

-Não tem cú [ânus] de peruano que dê jeito nisso!

(Reunião informal de pesquisa com o interlocutor Z em fevereiro de 2012)

Embora essa frase possa parecer chocante à primeira vista, ela expressa conteúdos que são típicos do que os brasileiros pensam de si mesmos em relação aos peruanos e aos demais povos latino-americanos, se é que de fato existe uma unanimidade acerca da existência ou do que seja a América Latina.

Num próximo artigo pretendemos explorar melhor essa relação etnocêntrica entre o eu/nós brasileiro e o ele/eles “latino”. De todo modo,

o que se sobressai dessa interação conflituosa é que muitos brasileiros se sentem hierarquicamente superiores aos peruanos, já que vivemos numa nação economicamente e territorialmente maior e melhor que a deles, o que faz com que eles busquem viver no nosso território para terem uma vida minimamente digna¹⁶. Assim, a frase acima relatada, no seu conteúdo simbólico-sexual, expressa uma relação de dominação hierárquica na qual o ser brasileiro é o polo dominador da relação e o ser peruano é o sujeito inferior/passível de dominação.

A reação dos imigrantes peruanos a esse processo de estigmatização se dá no campo do trabalho, já que na tentativa de quebrar esse estigma, eles investem no mundo do trabalho, muitas vezes ultrapassando as doze horas de trabalho diárias. (TORRES, 2011, p.33-34)

Essa condição é visível, quando qualquer pessoa caminha de manhã ou à noite pelas ruas de Benjamin Constant ou Tabatinga. Isso por que por volta das 05:00/05:30h da manhã observa-se a abertura dos estabelecimentos comerciais peruanos e, muitos deles fecham as portas a partir das 23:00h. Isso faz com que mesmo os brasileiros reconheçam que os imigrantes peruanos são trabalhadores dedicados e eficientes nas suas atividades. O oposto dos brasileiros que preferem depender dos benefícios sociais do Estado, ao invés de se dedicarem a atividades empreendedoras.

Ademais, como já foi dito, esses imigrantes exercem funções de cabeleireiros, cozinheiros, padeiros, sapateiros, carpinteiros, dentre outras, ocupações importantes ao mercado de serviços local, o que positiva a sua presença na região.

Portanto, nessas e noutras narrativas coletadas nas pesquisas que realizamos nos últimos quatro anos são comuns: a justificativa da imigração por conta da precária situação socioeconômica peruana; as dificuldades de adaptação à sociedade benjaminense-brasileira por conta dos diferentes hábitos culturais e da estigmatização que esses imigrantes sofrem na sociedade que os acolhe; o sentimento de saudades da vida familiar no lar de origem, ao mesmo tempo em que há a percepção de que o novo lar é um lugar de satisfação das suas necessidades mais materiais; as visitas periódicas ao lar natal, justificadas pela saudade dos entes queridos e pelas atividades de comércio, já que Iquitos (Peru) fica a cerca de doze horas de barco de Tabatinga; o medo constante dos órgãos de fiscalização

16 A nosso ver, os brasileiros apenas estão reproduzindo um modelo eurocêntrico-estadunidense de pensamento social que situa o outro à margem de uma identidade que, quanto mais próxima estiver dos ideais de vida dos povos do Norte, mais é civilizado. Modo de pensar a realidade que poderia ser definido como produto de uma “colonialidade do poder e do saber” tal como ela é conceituada por Enrique Dussel e Aníbal Quijano. Noutro momento pretendemos discutir melhor essa inter-relação entre os brasileiros e os demais povos latino-americanos.

estatal brasileiros, tanto no setor de comércio, quanto de averiguação da permanência legal dos seus pares em território nacional; a constituição, em muitos casos, de família cujos filhos nascem no Brasil, como mostra o exemplo do delegado benjaminense que é filho de imigrantes peruanos, citado pelo Sr. Aicate.

Considerações finais

Sem discordar que a situação econômica de busca de melhores condições econômicas no Brasil seja um fator importante à compreensão do fluxo de imigrantes peruanos para as cidades brasileiras do Alto Solimões, devemos lembrar que desde o Ciclo da Borracha, época na qual Manaus e Iquitos eram centros dinamizadores da economia caucheira Amazônica, havia uma rede intensa de circulação de pessoas e mercadorias ao longo do rio Amazonas (ZÁRATE, 2008; RODRIGUES & SCHOR, 2012), o que mostra que a imigração não é um fenômeno recente, apenas fruto da atividade madeireira (nos anos de 1980) na região.

Assim sendo, para compreender os modos de vida, a mobilidade humana, as redes de intercâmbio político e econômico e os processos de constituição das identidades das populações nessas regiões de limite entre distintos Estados-nacionais, seria interessante perceber essa região como uma “sociedade transfronteriza” nos termos descritos por Zarate (2008).

Isso por que nela os atores sociais, guiados ou não pelos seus sentidos de nacionalidade ou etnicidade buscam a realização de projetos de vida que muitas vezes não coincidem com aqueles preconizados pelas entidades nacionais. Um exemplo da dinamicidade dessas relações de fronteira está no seguinte evento, narrado por Martins (2013):

Quando o Estado brasileiro mandou tropas da Força Nacional para Tabatinga em 2009, aumentou-se a fiscalização na fronteira entre Letícia e Tabatinga, os policiais “de fora” legalmente passaram a fiscalizar não apenas a possível circulação das drogas ilícitas, mas o trânsito, exigindo que os motociclistas colombianos utilizassem capacetes com as especificações brasileiras, na forma do “selo do Imetro”.

Ocorre que uma parte significativa do comércio e da circulação das pessoas nessas cidades é realizado em motocicletas. E, os comerciantes de ambas as cidades começaram a reclamar que estavam a ter prejuízos com a ação estatal brasileira porque as pessoas estavam com receio de circular de moto entre as cidades, uma vez que poderiam tê-las confiscadas pela fiscalização. Então, houve um acordo informal para que

se continuasse a fiscalização anti-drogas, mas que se abrisse mão da verificação minuciosa da certificação dos capacetes e, até hoje, a Força Nacional não mais realiza esse tipo de fiscalização na região. (MARTINS, 2013, p.25)

Obviamente que existem tensões entre projetos e pessoas de diferentes nacionalidades e origens étnicas, como é o caso da estigmatização em relação aos imigrantes peruanos. Entretanto, percebe-se que diante da necessidade da troca (e do comércio) constroem-se relações de reciprocidade e cooperação que precisam ser melhor estudadas para se compreender a dinâmica da imigração peruana para essa região e, do sistema de relações sociais que é esta “sociedade transfronteriza”. Tarefa que esperamos realizar nos próximos trabalhos.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Lindomar. A dinâmica das fronteiras: Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

AMAZONAS, Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Benjamin Constant: Estudos Sociais. 3ª série. 1º grau. Manaus, 1989.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

COSTA, João Batista de Almeida. Mineiros e Baianos: englobamento, exclusão e resistência. Tese de doutorado. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 2003.

DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

GODÓI, Rafael; CASTRO, Sérgio. Fronteiras Abertas: um retrato do abandono da Aduana Brasileira. Brasília: SINDIRECEITA, 2010.

GOFFMAN, Erving. O estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAIDEN, Ênio. El Patrón: imaginários sobre o modo de vida dos Traqueteiros na Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru). Monografia apresentada ao Curso de antropologia do INC/UFAM, Benjamin Constant, 2014.

MARTINS, Cristian. Estar na Fronteira: relatos etnográficos da vida no Alto Solimões. Relatos de Pesquisa. Tabatinga, 2013, mimeo.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

OLIVEIRA, Maria Elenir. Relativizando o imaginário social concernente a fronteira vivida para comerciantes peruanos que vivem em Benjamin Constant fronteira Brasil e Peru. Monografia apresentada ao Curso de antropologia do INC/UFAM, Benjamin Constant, 2010.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Eubia; SCHOR, Tatiana. “Rede urbana: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões – AM”. In: Acta Geográfica. Manaus: 2012.

SAÉNZ, David Adan Teixeira. Caminhos: Construção da identidade dos israelitas em Benjamin Constant/AM. Monografia apresentada ao Curso de antropologia do INC/UFAM, Benjamin Constant, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Crithian. “Produção indigenista do espaço tutelar no Brasil”, In: Revista Interethic@. UnB: Brasília, 2009.

SILVA, Sidney Antonio. Nacionalidade e etnicidade na tríplice fronteira Norte. Manaus-AM. Editora da UFAM, 2008.

SUAREZ, M. “Sertanejo: um personagem mítico”, in: Sociedade & Cultura. Goiânia: UFG. 1(1):29-39, 1998.

TORRES, Rudson. A dinâmica da imigração peruana para Benjamin Constant/AM. Monografia apresentada ao Curso de antropologia do INC/UFAM, Benjamin Constant, 2011.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ZÁRATE, Carlos. Silvícolas, Siringueros y Agentes Estatales. Leticia: UNAL, 2008.

ANTROPOLOGIA DO DIREITO E AÇÕES AFIRMATIVAS EM SAÚDE: O DESCASO SEM ACASO¹

Adailton da Silva

A sociedade brasileira, ao longo de sua história, elaborou diferentes formas de se relacionar com sua diversidade sociocultural. Entre essas formas, a desqualificação deliberada da diferença oscilou entre a negação de sua existência e sua supervalorização romântica (CASTILHO, 2003:7).

Acontece no Brasil, há mais de duas décadas, uma instigante discussão sobre a aplicação das Ações Afirmativas (AA) para negros. Tal discussão ganhou destacada visibilidade no espaço público especialmente quando do surgimento de propostas de políticas de reservas de vagas para negros nas instituições públicas de ensino superior, com debates acalorados entre antropólogos de diferentes matizes. A polêmica em torno de AA para negros nas áreas de educação e trabalho sempre teve maior publicidade e provocou maior polêmica do que outras áreas. Mesmo antes de serem caracterizadas como AA as reivindicações formuladas pelas organizações dos movimentos negros brasileiros em fins do séc. XIX e início do séc. XX, o tema saúde aparecia como secundário. Neste momento, em que algumas universidades estão reavaliando seus modelos de AA, já passados 10 anos das primeiras iniciativas, o debate reacende. Crescem também as demandas e polêmicas em torno de AA para negros na área do trabalho, em especial nos concursos para o serviço público federal².

Já as AA voltadas para combater a desigualdade nas condições de saúde da população negra brasileira experimentaram breve atenção e poucos comentários recentes por parte de antropólogos brasileiros, ainda que estejam inseridas no mesmo contexto de discussão e tenham sido provocadas por processos sociais relacionados.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada como parte da avaliação para a disciplina Antropologia do Direito, ministrada pelo Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida no segundo semestre de 2013. Agradeço por sua leitura e sugestões. Além deste também contribuíram com importantes críticas os doutores Michel Justamand e Rita de Cassia A. Martins.

² Em 9 de junho de 2014 foi assinado pela presidenta Dilma Rousseff o Decreto nº12. 990, estabelecendo reserva de 20% das vagas em concursos públicos para negros.

Diferentemente do caso das cotas raciais na universidade, o debate sobre as relações entre raça e saúde e os subsequentes desdobramentos políticos não têm provocado discussões mais amplas no âmbito da sociedade, embora as reflexões sobre o tema revelem posicionamentos diversos (MAIO & MONTEIRO, 2010:288).

Apesar da existência de alguns marcos normativos, tais como: o Estatuto da Igualdade Racial, os Documentos Finais da 1^a e 2^a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, esta última instituída por lei, com regulamentação, plano operativo e orçamento previsto, pouco foi feito. Já há, no entanto, a declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a legitimidade e constitucionalidade das AA para negros, o que tem aportado significativo incremento nas AA nas áreas de trabalho e educação.

AA em saúde da população negra parecem um caso de *lei que não pegou*, de polêmica que não vingou, de debate público que não floresceu. Já há poucos que defendem abertamente que as condições de trabalho e educação⁵ da população negra são iguais as da população identificada como branca no Brasil. Mas... e a saúde? Será que é publicamente reconhecido que a identidade étnico-racial tem influência no exercício do direito à saúde no Brasil?

Como compreender que uma sequência de atos do Estado,

3 A Primeira Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), cujo tema foi “Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial”, foi realizada de 30 de junho a 2 de julho de 2005, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPir). Tinha como objetivo a construção do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Participaram da Conapir aproximadamente duas mil pessoas, entre autoridades públicas, convidados, representantes da sociedade civil e delegados eleitos nos vários estados brasileiros.

4 A Segunda Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) ocorreu entre 25 e 28 de junho de 2009, em Brasília. O evento contou com a participação de aproximadamente duas mil pessoas, entre estas os delegados eleitos nas conferências estaduais.

5 Outros temas como ocupação urbana (favelas), liberdade de crença (religiosidade de matriz africana) e a questão fundiária (remanescentes quilombolas) têm sido paulatinamente afastados da órbita das questões raciais pelos órgãos de gestão pública. O tema das favelas vem sendo capturado pela agenda da segurança pública e do planejamento urbano, mobilizou ações violentas de intervenção nas 12 cidades sede da copa do mundo de 2014. Os direitos das comunidades quilombolas e de Terreiros, demandas sociais originárias de organizações políticas negras de luta antirracista, vêm sendo absorvidas pela agenda das comunidades tradicionais, sendo estes cada vez menos tratados como espaços de identidade racial negra, mas sim de alteridade cultural afrodescendente em relação à sociedade nacional.

impulsionados pela mobilização reconhecida de agentes sociais politicamente organizados, tenha sido levada a parcial inocuidade de seus objetivos sem que as normas que regulamentam estes atos tenham sido efetivamente suspensas? Como uma política pública, de relevância reconhecida pelos agentes públicos que representam o Estado, pôde ser neutralizada sem ferir escandalosamente o funcionamento da burocracia pública? Talvez a antropologia do direito possa ajudar a pensar em questões desta natureza.

O artigo está dividido em três partes e busca dialogar com uma bibliografia tão específica quanto eclética. Na primeira parte, para ajudar a apresentar alguns esforços de conceitualização, buscaremos compreender como a judicialização das demandas pelo direito à diferença de certas coletividades humanas (minorias e povos autóctones) se viabilizou em meio às reformas dos Estados e dos sistemas de justiça entre fins do século XIX e início do século XX.

Na segunda parte, o esforço de compreensão está concentrado na América Latina e nas reformas multiculturais dos Estados que possibilitaram o estabelecimento de direitos coletivos específicos de reconhecimento da diferença para as populações afrodescendentes e indígenas.

Na terceira parte, o caso da política de saúde da população negra será enfocado, como exemplo dos desafios vivenciados no país para a aplicação de políticas de ação afirmativa em meio a um contexto de harmonia coerciva fundamentados na democracia racial e no racismo à brasileira. A partir de um exercício comparativo com a política de saúde indígena, podem-se avistar algumas das soluções viáveis.

1. Estados, Direitos e Justiças.

N. Rouland⁶ aponta algumas das questões a serem consideradas pelos juristas na atualidade. Uma destas é a nova forma a se pensar o universalismo. Por um lado considerar que há certos direitos que dizem respeito a todos os indivíduos da espécie humana, o que estabelece em parte a obrigação dos Estados de respeitá-los e de admitir seu florescimento, constituindo o que a tradição francesa caracteriza como os Estados de Direito. Por outro lado, considerar que não somente o auto-proclamado Ocidente e seus colonialismos produziram desumanizações, mas em todo o

6 Rouland (2004) em sua proposta de elaborar um manual planetário dos direitos das minorias e dos povos autóctones abre mão de tratar do continente africano, com a argumentação da indisponibilidade de informações suficientes somada a um conjunto de particularidades históricas aí presentes que o levaram a considerar a África um verdadeiro enigma. Seu manual também considera que os imigrantes, por não se beneficiarem da nacionalidade do país que os acolhe, não são justiciáveis de um direito das minorias.

planeta a espécie humana experimentou na história do século XX o horror, o genocídio, as ditaduras e os regimes autoritários.

Outra questão a ser considerada, em direta relação com a universalidade, são as especificidades de certos grupos humanos. Por um lado, o direito à diferença conduziu conflitos e introduziu desigualdade e a opressão em sociedades nacionais. Por outro lado, a busca de uniformização e de assimilação dos Estados nacionais proclamou-se inúmeras vezes em detrimento dos valores da tolerância, do diálogo e do exercício da liberdade como proteção dos direitos. Os Estados podem representar, ambigualmente, o maior responsável pela garantia de direitos e o maior violador de direitos.

Boaventura de Souza Santos (2013), ao analisar o crescente e recente protagonismo dos tribunais na Europa e nas Américas, situa esta atuação no controle da legalidade do Estado moderno. Considera Souza Santos que as constituições nos Estados modernos têm nos tribunais um de seus pilares.

No entanto, o significado sociopolítico dessa postura constitucional tem evoluído nos últimos 150 ou 200 anos. Essa evolução tem alguns pontos em comum nos diferentes países, não só porque os estados nacionais partilham o mesmo sistema interestatal, mas também porque as transformações políticas são em parte condicionadas pelo desenvolvimento econômico, que ocorre a nível mundial no âmbito da economia do mundo capitalista implantada desde o século XV. Mas por outro lado, essas mesmas razões sugerem que a evolução varia significativamente de Estado para Estado, consoante a posição no sistema interestatal e da sociedade nacional (SOUZA SANTOS, 2013:2).

Tomando como modelo a realidade dos chamados países centrais do sistema mundial, as fases consecutivas enumeradas pelo autor para categorizar a atuação dos tribunais no Estado moderno são: o período do Estado liberal (do séc. XIX até a primeira guerra mundial), o período do Estado Providência (do final da primeira guerra mundial até os anos 70 do séc. XX) e o período de crise do Estado providência (dos anos 70 do séc. XX até a atualidade).

No primeiro período analisado por Souza Santos, os litígios de que se ocuparam os tribunais estiveram estritamente focados nos indivíduos, tanto no que diz respeito às demandas propostas por estes quanto à validade das sentenças proferidas sobre estes. Naquele contexto, apenas o indivíduo poderia ser reconhecido pela burocracia estatal enquanto sujeito de direitos. Considera o autor que este período, em razão do desenvolvimento

vertiginoso da economia capitalista e como consequência da Revolução Industrial, produziu o deslocamento de maciços contingentes de pessoas, e a emergência da chamada questão social (criminalidade, prostituição, insalubridade, habitação degradada, etc.). As desigualdades sociais testemunhadas neste período teriam produzido a eclosão de uma vastidão de conflitos capazes de definir as clivagens sociais e políticas da época, assim como ordenar as demandas que organizariam o período seguinte.

O período seguinte, do Estado Providência, é aquele em que se consagram os direitos sociais e econômicos, como educação, saúde e trabalho. O reconhecimento da legitimidade da atuação de atores coletivos em luta por direitos se corresponde com o estabelecimento de direitos coletivos.

O terceiro período, de crise do Estado Providência, é apontado como um período de indefinição para um novo modelo. A erosão da soberania do Estado Nacional em razão da globalização neoliberal da economia fez emergir um pluralismo jurídico de natureza transnacional. O aumento da corrupção política, parte importante da crise da representação política nos regimes democráticos, afetou o acesso aos direitos sociais conquistados no período anterior (como trabalho, saúde e educação) através da promiscuidade entre poder político e poder econômico.

Além destes fatores, Souza Santos analisa que a possibilidade de transformar uma situação de prejuízo individual ou coletiva em litígio, como se pode averiguar no caso das iniquidades em saúde da população negra, é absolutamente dependente do contexto social. Na medida em que litígios são construções sociais, o mesmo padrão de comportamento pode ser considerado litigioso ou não litigioso de acordo com a sociedade, o grupo social ou o contexto em que ocorre. Em diferentes grupos sociais pode haver (e frequentemente há) percepções diferentes das situações de litígio e níveis diferentes de tolerância perante as injustiças em que elas se traduzem.

Há, naturalmente, fatores relativos à personalidade importantes nesse domínio, mas só operam em conjunto com os fatores sociais, tais como classe, sexo, nível de escolaridade, etnia e idade. Os grupos sociais que ocupam nessas variáveis situações de maior vulnerabilidade são também aqueles em que tende a ser menor a capacidade para transformar a experiência de lesão em litígio (SOUZA SANTOS, 2013:9-10).

O acesso mesmo às instituições responsáveis pela promoção de

justiça, sobretudo em países onde o Estado é muito deficiente, é qualificado por Souza Santos na condição de duplamente injusto para os grupos sociais mais vulneráveis. Além de não haver suficiente promoção da percepção e avaliação mais ampla dos danos injustamente sofridos na sociedade, ainda que tal percepção e avaliação tenha lugar, não se permite que esta percepção ou avaliação se transforme em uma questão a ser tratada pelo aparato judicial.

Em grande medida a possibilidade de um grupo acessar a Justiça está respaldada ou interdita pelas autoridades técnicas que se interpõem entre a sistematização das demandas impostas pela realidade social vivida pelos agentes e as possibilidades de tradução e implementação dos ditames da norma ao contexto específico. Antes que se possa chegar aos tribunais, outras instâncias mais acessíveis e com um nível aceitável de eficácia podem assumir a posição de terceira parte em um litígio por reparação de direitos (SOUZA SANTOS, 2013: 13-14). A condição de terceira parte, comumente requerida tanto por antropólogos como por lideranças políticas de comunidades, pode assumir a forma de mediação, arbitragem e adjudicação.

Almeida (2001) argumenta que os sistemas jurídicos modernos tomam como ponto de partida as tentativas de neutralização dos elementos de violência nos códigos, a conformação de atos de justiça sem derramamento de sangue. Compara este autor as análises de G. Sorel e M. Foucault que, apesar de suas diferenças, aproximam-se no estabelecimento de uma classificação temporal dos modelos de justiça⁷. Com isto não se deve supor que, apesar da tendência explicitamente anunciada pelos sistemas de justiça, não exista uma contraparte de ameaça à integridade dos sujeitos aliçados dos centros de poder nas sociedades modernas.

As formas de vingança privada vigem, portanto em sociedades industriais modernas, embora contrariando as disposições legais formalmente instituídas e sob uma relativa tolerância dos aparelhos de poder com função repressiva (ALMEIDA, 2006:206).

As práticas e os discursos jurídicos podem ser considerados como produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada. Por um lado, atuam as relações de força específicas que conferem estrutura e orientam as lutas de concorrência, ou

⁷ Almeida aponta algumas contradições na argumentação de Sorel que agrupa alguns países sob o mesmo tipo de desenvolvimento capitalista ainda que estes conservem diferentes tipos de ritos sumários de justiça, como os atos de execução de militantes negros nos conflitos raciais dos anos 1950-60 nos EUA, ou nos conflitos contra o colonialismo francês na Kabília.

de acordo com Bourdieu “os conflitos de competência que nele têm lugar” (2006:211). Por outro lado, a lógica interna das obras jurídicas delimita o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas em cada período de vigência.

O campo jurídico é, de acordo com Bourdieu, o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, de exibição e disputa entre os que reivindicam a capacidade reconhecida de interpretar um corpus de textos que consagra a visão legítima e justa do mundo social. Desta forma, a coexistência de uma pluralidade de normas jurídicas concorrentes estaria excluída por definição da ordem jurídica. No entanto, e apesar disto, práticas sociais não inscritas no conjunto de textos normativos permanecem informando e orientando a ação dos agentes sociais direta ou indiretamente envolvidos em contextos de disputa.

Para explicar o que é o direito, na sua estrutura e no seu efeito social, será preciso retomar, além do estado da procura social, actual ou potencial, e das condições sociais de possibilidade – essencialmente negativas - que ela oferece à ‘criação jurídica’, a lógica própria do trabalho jurídico no que ele tem de mais específico, quer dizer, a actividade de formalização, e os interesses sociais dos agentes formalizadores, tal como se definem na concorrência no campo jurídico e na relação entre este campo e o campo de poder no seu conjunto (BOURDIEU, 2006:241).

Um dos aspectos que contribui para propagar as interpretações presentes entre os agentes do campo jurídico para o campo de poder mais amplo é que grande parte da eficácia do direito está fundamentada na crença dos juristas na ordem jurídica vigente. Já o entendimento sobre o modo de aplicação da norma é justamente o ponto de divergência que orienta a disputa entre os participantes do *jogo*. Significa dizer que, se a norma é em alguma medida um consenso instável entre diversos, o modo de trazer a norma em sua aplicação prática é o pomo da discórdia onde as diferentes interpretações do próprio mundo social se manifestam. A não aplicação de uma norma na reorientação do funcionamento das relações entre diferentes agentes pode inclusive revelar o fracasso de uma mudança de discursos sem mudanças nas práticas ou nas relações de poder.

As teorias do pluralismo jurídico admitem, no entanto, que o direito produzido pelo Estado não seja o único. O direito, nesta concepção, “corresponde às normas produzidas pelas instituições, *estatais ou não*, que detêm o poder de ditá-las ou sancioná-las” (ROULAND, 2004:16). Por esta via, deve-se apreciar que há diferentes níveis de apropriação de uma

mesma norma jurídica, assim como diferentes normas jurídicas em disputa pela produção de consensos. Ambas as dimensões seriam constitutivas do lugar social dos agentes e coletividades sociais. A partir deste argumento, se pode compreender melhor o processo através do qual se estabelecem certas premissas para o estabelecimento da igualdade e da diferença perante a Justiça e o Estado.

2. Os direitos de identidade étnica e racial na América Latina

Entre os dias 25 e 29 de maio de 2015 ocorreu o Seminário Internacional “Project Social Cartography and Technical Training of Researchers and Social Movements in Kenia and Brazil” nas dependências da Universidade Federal do Amazonas. Aí foram discutidas por especialistas possibilidades de intercâmbio entre experiências brasileiras e de diferentes nações africanas (Quênia, Zimbábue e África do Sul) para promoção de direitos coletivos em diferentes comunidades. Um dos aspectos do debate que se desenrolou aí, que interessa particularmente à discussão proposta neste texto, é a forma como reiteradamente a convenção 169 tem sido reivindicada no Brasil como salvaguarda jurídica de diferentes comunidades e populações: faxinais, fundos de pasto, terreiros, indígenas, pescadores, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de coco babaçu, etc.

Foi destaque em muitas falas de pesquisadores e representantes de movimentos sociais brasileiros o quanto a convenção 169 da OIT estabeleceu uma base para a definição de estratégias de reivindicação de direitos. No entanto reconheceu-se também que somente em 2015, 11 anos depois que o Brasil se tornou signatário, a convenção 169 foi absorvida pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro em uma decisão sobre direitos quilombolas. Em brilhante análise realizada pelo Prof. Dr. Carlos Frederico Mares neste mesmo evento, este destacou que a convenção 169 foi escrita e pensada na América Latina, o que resultou no fato de que pouco contemplava a situação dos países africanos. Justamente por isto somente a Republica Centro Africana se tornou signatária entre as nações daquele continente. A convenção anterior, a 107, buscava contemplar a situação dos países africanos, no entanto esta tarefa não foi priorizada na convenção 169. Por esta mesma razão a convenção 107 permanece válida na maior parte do continente africano⁸. A 169 trata de povos indígenas e tribais, e durante sua palestra o Professor Mares, explicou que não considera a terminologia quilombola como referente adequado para designar um povo. Em sua crítica, quilombo assemelha-se mais a um conceito genérico que busca abarcar distintas comunidades territorialmente localizadas

⁸ Vale considerar que o que se estabelece na comunidade das nações em relação aos africanos do continente tem efeitos sobre o status de seus descendentes afrodiáspóricos e vice versa.

e que tem em comum o vínculo com o passado de escravidão africana. Faltaria aos quilombolas, em sua opinião, para uma melhor adequação à categoria de povo, entre outros aspectos, o convívio coletivo entre as diferentes comunidades espalhadas pelo país⁹. Este pesquisador refuta, em termos gerais, a percepção de que os quilombolas de todo o país (que são apenas uma pequena parcela dos afrobrasileiros) possam reivindicar o reconhecimento de uma identidade enquanto povo.

As reformas de cidadania multicultural na América Latina, iniciadas nos anos 80 do século passado, estabeleceram medidas constitucionais e estatutárias proibindo a discriminação racial na maioria dos países. Ainda assim, toda a região apresenta um alto-grau de desigualdade racial e de discriminação contra populações afrodescendentes e indígenas (HOOKER, 2006).

Tais reformas significaram uma mudança profunda na compreensão do mundo social representada na norma legal, acaso se leve em conta que muitos países da região constituíram-se com ideologias nacionais de mestiçagem que enfatizavam a mistura racial da população e, deste modo, a ausência de discriminação racial ou cultural. Até fins do século passado a maioria dos países da América Latina sequer reconhecia a existência de populações indígenas e afrodescendentes.

Fajardo (2009) analisa a regulamentação que orienta os direitos dos povos indígenas¹⁰ na América Latina e destaca alguns desafios e tarefas pendentes para o exercício efetivo de tais direitos. Entre estes desafios está a “mudança na cultura jurídica tanto de funcionários e operadores jurídicos, como de usuários e beneficiários do sistema” (FAJARDO, 2009:12). A implementação do marco de direitos existentes depende, entre outros aspectos da participação não tutelada das populações alvo junto com os outros povos na construção de Estados democráticos e pluralistas. A convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes, de 1989, “proscree as políticas de assimilação ou integração forçada que alienavam os povos indígenas da capacidade de tomar decisões sobre o seu destino” (*op cit*, p.20) inclusive no que diz

9 Estas considerações causaram severos desconfortos nas lideranças quilombolas presentes ao evento, o que demonstra que estão em total desacordo com suas premissas e conclusões. Parecem também estar em desacordo com opiniões antes expressadas pelo próprio palestrante (MARÉS & MARÉS, 2006). Não é objetivo de este autor depreciar a precisa análise do professor Marés, porém exemplificar um processo muito mais amplo, conforme o texto busca demonstrar.

10 “O direito internacional, hoje, identifica como povos indígenas aqueles povos que descendem de povos que pré-existem aos Estados atuais (feito histórico), conservam totalmente ou parcialmente as suas instituições sociais, políticas, culturais, ou modos de vida (vigência atual), e que tem autoconsciência da sua própria identidade (critério subjetivo)” (FAJARDO, 2009:12).

respeito aos seus direitos à educação, trabalho e saúde.

Pode-se dizer que este Convênio, ao reconhecer a existência de vários povos no interior de um mesmo Estado e novas formas de relação entre Estado e os povos indígenas – já não mais baseadas na imposição, mas na consulta, participação e respeito – inaugura uma nova política de tratamento e possibilita a construção de *Estados Pluralistas* (FAJARDO, 2009:21).

Esta orientação se aprofunda na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007. A Declaração é resultado de um estudo iniciado em 1982 pelo Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas dentro da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias¹¹. Uma das premissas desta declaração é o princípio da igual dignidade dos povos, que ampliou o princípio da igual dignidade dos indivíduos, proscrevendo o genocídio e assimilação forçada como formas de extermínio cultural.

Fajardo identifica três ciclos consecutivos de reformas constitucionais na América Latina na passagem do séc. XX para o séc. XXI: anos 80, 90 e 2000. O Brasil, apesar de identificado como último integrante do primeiro ciclo de reformas, com sua última Magna Carta proclamada em 1988, está no limiar do segundo ciclo. A característica deste primeiro ciclo é a introdução do direito (individual e coletivo) à identidade cultural. A característica do segundo ciclo é a incorporação dos direitos contidos no Convênio 169 da OIT, que desenvolve mais o conceito de “nação multiétnica” e “estado pluricultural”, qualificando a natureza da população e avançando rumo ao caráter do Estado.

É durante as décadas de 1980 e 1990 que, além da proscrição legal do racismo, vários países latino-americanos implementaram reformas visando à cidadania multicultural. Estas reformas estabeleceram alguns direitos coletivos para os grupos indígenas, mas não para os afrodescendentes (HOOKER, 2006:1).

Na maioria absoluta dos casos de reforma multicultural na América Latina, os grupos indígenas foram muito melhor sucedidos na obtenção de direitos coletivos que os afrodescendentes. Mesmo nos casos em que os afrodescendentes obtiveram direitos coletivos, em quase nenhum país foram contemplados da mesma maneira que povos indígenas¹². Além

¹¹ Apesar de o tema estar articulado com a questão das minorias em âmbito internacional, as populações indígenas na América Latina são consideradas, em geral, como povos autóctones de seus países.

¹² De fato, em apenas três países da América Latina - Honduras, Guatemala e Nicarágua - indígenas e afrodescendentes têm direitos coletivos iguais.

disso, apenas um pequeno subconjunto de afrodescendentes – em geral comunidades rurais que descendem de escravos foragidos – conquistou direitos coletivos durante as mencionadas reformas. Brasil e Colômbia são exemplos de países da região que buscam elaborar outros meios legais para combater o racismo, como a proposição de AA.

Se a proposição de reconhecimento do pluralismo jurídico estiver legitimada só e tão somente na pluralidade cultural, não absorverá as demandas fundamentadas nos prejuízos em decorrência do racismo. Indígenas e afrodescendentes foram racializados, porém de forma distinta na América Latina¹³. A utilização de uma identidade cultural diferenciada, como ferramenta para a concessão de direitos coletivos, favoreceu aos indígenas e excluiu afrodescendentes na reivindicação de direitos coletivos¹⁴. Ao mesmo tempo, os “direitos coletivos baseados na diferença cultural se tornaram a principal via legal para reverter a exclusão política e a discriminação racial sofrida pelos dois grupos” (HOOKER, 2006: 94).

Os casos em que essas populações ganharam o reconhecimento como grupos distintos com direitos coletivos próprios, em particular os relativos à terra ou à autonomia territorial, foram, em geral, aqueles em que a existência de comunidades rurais de descendentes de escravos foragidos possibilitou a articulação das lutas em torno de uma retórica similar a dos povos indígenas. As reivindicações pela terra e outros direitos coletivos formulados por essas comunidades negras – conhecidas como quilombos no Brasil, *creoles* e *garifuna* na América Central e *cimarrones* ou *palenques* na Colômbia e no Equador – são similares àquelas apresentadas pelas comunidades indígenas” (HOOKER, 2006: 96-97).

Refuta as explicações comumente apresentadas para o discrepante tratamento dos dois grupos – tamanho relativo da população, falta de mobilização dos afrodescendentes, baixo nível de organização do movimento negro. Hooker demonstra que elas não explicam como se construiu o apoio político e da opinião pública para uma identidade indígena,

13 “Índio e negro são categorias raciais presentes nos sistemas (colonial e pós-independência) de classificação racial na América Latina, e o antirracismo é parte do discurso político dos dois grupos, mas, ao contrário do que se dá com os grupos indígenas, nem todos os afrodescendentes podem formular reivindicações baseadas no caráter distintivo de sua cultura (HOOKER, 2006: 98-99).

14 “(...) em nenhum país latino-americano os afrodescendentes obtiveram mais direitos coletivos do que os indígenas. Nos casos em que as conquistas foram similares, como em Honduras e na Nicarágua, o êxito dos afro-descendentes explica-se pelo fato de eles se apresentarem como grupos “autóctones” com o mesmo status dos indígenas e com identidade cultural distinta” (HOOKER, 2006:95).

e o mesmo não ocorreu em relação a uma identidade afrodescendente.

O Estado e a opinião pública dos países latino-americanos foram, assim, mais sensíveis a demandas dos portadores da identidade indígena do que da afrodescendente, e às reivindicações formuladas em torno da diferença cultural ou etnicidade (indígena) do que às vinculadas a raça ou racismo (negritude). Um importante fator do êxito na conquista de direitos coletivos é, portanto, a habilidade dos grupos minoritários de formular demandas em termos adequados à lógica segundo a qual esses direitos são considerados justificados pelo regime de cidadania multicultural, lógica que implica a posse de uma identidade cultural distinta (HOOKER, 2006:99).

A desigualdade no acesso a direitos coletivos durante as reformas de cidadania multicultural na América Latina é decorrente da persistência de certos pressupostos, enraizados nas sociedades nacionais da região, a respeito do tipo de sujeito racial e cidadão nacional constituído pelos afrodescendentes e pelos indígenas.

A contribuição ancestral dos povos indígenas, considerados como autóctones, à construção da nação e da cultura nacional, ocupa certo lugar no universo simbólico da maioria dos países latino americanos, ainda que na atualidade possam ser considerados marginais e tradicionais¹⁵. Os negros, ainda que associados pelo racismo à condição de anterioridade na evolução biológica, não são vistos como portadores de uma cultura “tradicional” ou ancestral na América Latina. O que mudou com as reformas de cidadania multicultural não foram os atributos associados aos povos indígenas, mas o valor dado a estes atributos. A posse de uma cultura ancestral já não mais representa apenas o “atraso” em relação ao modelo de desenvolvimento econômico e ao progresso social, passou a significar contemporânea e alternativamente uma riqueza cultural digna de preservação por meio de direitos coletivos especiais. Nas palavras de Boaventura de Souza Santos, ao justificar a defesa do direito coletivo dos indígenas por seu território graças a sua diversidade cultural (relação específica com a natureza), e pela preservação da biodiversidade do planeta:

15 “A ideologia do indigenismo, que retrata o índio como símbolo paradigmático da identidade nacional em países como México e Peru, também facilitou a percepção desse povo como um grupo distinto digno de reconhecimento. Os afrodescendentes, em contraste, permaneceram invisíveis em grande parte das narrativas nacionais de mestizaje latino-americanas e, portanto, seu lugar na comunidade política nacional é mais ambíguo. Mesmo nos casos em que são reconhecidas as raízes culturais africanas da cultura nacional, como no Brasil e em Cuba, é difícil sustentar a especificidade da cultura negra quando ela é identificada à cultura nacional” (HOOKER, 2006:101).

A relação desses povos com a natureza permitiu criar formas de sustentabilidade que hoje se afiguram decisivas para a sobrevivência do planeta. É por essa razão que a preservação dessas formas de manejo do território transcende o interesse desses povos. Interessa ao país no seu conjunto e ao mundo. Pela mesma razão, o reconhecimento dos territórios tem de ser em sistema contínuo, pois doutro modo desaparecem as reservas e, com elas, a identidade cultural dos indígenas e a própria biodiversidade (SOUZA SANTOS, 2008).

A afirmação de identidade étnica, da especificidade cultural, como chave para a conquista de direitos é ilustrada pelo fato de que os países em que as comunidades de afrodescendentes obtiveram reconhecimento como grupos distintos e direitos coletivos foram, em geral, aqueles onde conseguiram reivindicar uma posição autóctone, similar a dos índios¹⁶. O status de minoria nacional da população negra na América Latina, descendentes do maior processo de migração transoceânica forçada da história da humanidade, considerando o período e o contingente humano, não foi devidamente considerado na repactuação das democracias da região.

A distinção entre política racial e étnica geralmente presume que os afrodescendentes podem ser excluídos da análise da política étnica na América Latina, já que estes constituem um grupo racial enquanto os índios formam um grupo étnico. A distinção nítida entre raça e etnicidade desconsidera o fato de que, historicamente, “indígena” funcionou como uma categoria racial na América Latina. Não foi em decorrência da diferença cultural que as diversas populações nativas das Américas passaram a ser consideradas como indígenas¹⁷. A estratégia de mobilização limitada a utilizar a diferença cultural para garantir o acesso a certos direitos coletivos preserva intocado o racismo anti-indígena e pode, inclusive,

16 “Creoles e garífuna de Honduras; na Guatemala e na Nicarágua, por exemplo, ocupam uma posição autóctone semelhante à dos índios. Esse status ‘aborígene’ é baseado na linguagem e cultura distintas, presença anterior à formação do Estado nacional, associação histórica com grupos indígenas durante o Mosquito Kingdom and Reserve no caso dos creoles da Nicarágua e intercasamento com populações indígenas no caso dos garífuna” (HOOKER, 2006: 103).

17 “Os conquistadores rotulavam as populações mais diversas desde o norte até o sul do continente americano. Tais populações diferiam umas das outras tanto no aspecto físico como nas suas tradições. Membros de sociedades tão distintas como os Incas e os Tupinambá, que falavam línguas completamente diferentes, que tinham os costumes mais diversos (...), eram tanto uns como outros incluídos na mesma categoria: índios. Nada, pois, havia de comum entre as populações americanas que justificasse serem denominadas por um único termo, índios, a não ser o fato de não serem europeus” (MELATTI, 1987:19-20, apud GARNELO, 2009: 1038).

servir para subordinar populações indígenas que não possuem meios para performatizar sua alteridade em relação à cultura hegemônica da sociedade nacional.

O Plano de Ação da Conferência Regional das Américas contra o Racismo (2000), ocorrida em Santiago/Chile, requisita que a Organização Panamericana de Saúde (OPAS)

promova ações para o reconhecimento da raça/grupo étnico/gênero como variável significante em matéria de saúde e que desenvolva projetos específicos para a prevenção, diagnóstico e tratamento de pessoas de descendência africana (MAIO & MONTEIRO, 2010:299).

Além disso, há que se considerar que definições de raça e etnia podem sobrepor-se, já que várias identificações raciais podem coexistir no interior do mesmo grupo étnico e vice-versa. Vale rejeitar o pressuposto de que todos os afrodescendentes se veem apenas e tão somente como sujeitos raciais e não reivindicam a posse de identidade “étnica” ou direitos coletivos com base nesta.

3. Saúde e diferença étnico-racial à brasileira

A abolição da escravidão no Brasil (1888) ocorre quase em simultâneo com o nascimento da República (1889) e com a profusão dos ideais de igualdade e cidadania relacionados. O paralelo entre a expansão dos princípios republicanos e liberais e a adesão às formulações racistas durante o período parece refletir a dificuldade para operar o direito individual e o acesso à cidadania em uma sociedade profundamente hierárquica. A hierarquia racial e outros problemas de uma sociedade multirracial foram respondidos com políticas de incentivo à imigração europeia e com a valorização da miscigenação.

Vale ressaltar que nem no período republicano este país ficou imune a leis racistas. Por exemplo, no início da República, o governo brasileiro publicou o Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890, que objetivava regularizar a introdução de imigrantes no país. A regularização contemplava, de fato e de direito, o desejo de importar apenas europeus brancos, uma vez que o decreto se referia ao pagamento de passagens somente a estes (art. 7º) e também proibia a entrada de negros e amarelos no país, nos seus artigos 1º, 2º e 3º (SANTOS, 2011:73).

A unidade do país à época foi projetada para ser construída à custa da eliminação de negros e indígenas e do gradual branqueamento do povo brasileiro pela miscigenação. A tese do branqueamento, ainda presente nos debates da Assembleia Nacional Constituinte em 1934, vai sendo progressivamente remodelada na ideologia da Democracia Racial que se consolida após os anos 1950.

A democracia racial forneceu nova chave interpretativa para a realidade brasileira da época: a recusa do determinismo biológico e a valorização do aspecto cultural, reversível em suas diferenças. (...) Todavia, cabe lembrar que tal análise, ancorada na cultura não implica a integral negação da inferioridade dos negros. (...) Ao mesmo tempo, ao negar a influência do aspecto racial na conformação da desigualdade social brasileira, ela representou um obstáculo no desenvolvimento de instrumentos de combate aos estereótipos e preconceitos raciais que continuavam atuantes na sociedade, intervindo no processo de competição social e de acesso às oportunidades” (SILVA *et al*, 2009:264).

A inserção do segmento negro da população brasileira no processo político e econômico se deu por meio de políticas nacional-populistas, de inclusão subalterna das classes e grupos populares, e pela contenção dos poderes das oligarquias tradicionais e suas ideologias racistas. As políticas de Estado para regulação das relações sociais durante este período não adquiriram qualquer caráter de intervenção compensatória ou redistributiva, mas ajudaram a orientar o projeto de construção nacional e de integração social, preservando a subordinação de minorias e autóctones. Dentre essas políticas está a criação da legislação trabalhista e do Ministério do Trabalho, que provocou uma revolução nas relações laborais no Brasil, mas que, além de deixar os movimentos e os sindicatos dos trabalhadores de fora da direção dessa revolução, subordinou-os por meio dos chamados sindicatos “pelegos”¹⁸. É deste mesmo período a constituição das primeiras políticas de saúde e de educação pública pelo Estado brasileiro¹⁹.

18 “Outra política de Estado foi a criação da ‘Lei dos 2/3’, que estabelecia que as empresas instaladas em território nacional deveriam cumprir a cota mínima de 2/3 de trabalhadores brasileiros em seus quadros, atacando assim a exclusão da população brasileira, em grande parte negra, do mercado de trabalho, motivada pela intensa imigração de trabalhadores europeus que eram preferidos para ocupar os postos de trabalhos das empresas” (SALES Jr, 2006: 229).

19 Como essas políticas estavam imbuídas de lógica médica e científico-social, elas não pareciam, superficialmente, prejudicar nenhum indivíduo ou grupo. Em consequência, essas políticas não só colocavam novos obstáculos no caminho da integração social e racial no Brasil como deixavam apenas pálidos sinais de seus efeitos, limitando a capacidade dos

Na periodização proposta por Souza Santos (2013) para a análise da “evolução do Estado moderno”, o Brasil é incluído entre os países periféricos e semiperiféricos do sistema mundial, juntamente com Portugal.

Durante o período liberal, muitos desses países eram colônias e continuaram a sê-lo por muito tempo (os países africanos); outros só então conquistaram a independência (os países latino-americanos). Por outro lado, o Estado-providência é um fenômeno político exclusivo dos países centrais. As sociedades periféricas e semiperiféricas caracterizam-se em geral por chocantes desigualdades sociais que mal são mitigadas pelos direitos sociais e econômicos, os quais, ou não existem, ou se existem têm uma deficientíssima aplicação (SOUZA SANTOS, 2013:8).33

Durante a Era Vargas (1930 a 1945) e dos governos militares (1964 a 1985) houve grande refluxo nos movimentos sociais de militância antirracista herdeiros de uma tradição que vinha desde o séc. XIX. As demandas por participação política da população negra e reconhecimento do racismo foram duramente reprimidas. Getúlio Vargas colocou na ilegalidade as organizações negras existentes no país, a pergunta sobre “cor” chegou a ser suprimida do Censo Demográfico de 1970, e a existência de um problema racial no Brasil foi definido como questão de “segurança nacional”.

Os governos militares, contraditoriamente, foram signatários de três importantes tratados internacionais sobre o tema da discriminação racial: a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1968); a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1968); e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (1969). Além disto, o Estado brasileiro, durante o período da ditadura militar, fez-se presente nas Conferências Mundiais contra o Racismo em 1978 e 1983 (SILVA *et al.*, 2009: 264).

A primeira peça da legislação federal brasileira voltada para o enfrentamento da discriminação foi a Lei Afonso Arinos, aprovada em 1951²⁰ e motivada por eventos de discriminação no acesso a espaços

afrobrasileiros de desafiar sua injustiça inerente. □ (DÁVILA, 2005:22)

20 “(...) foram apresentados 117 (cento e dezessete) projetos de lei na Câmara dos Deputados, de 1950 a 2002, sobre a questão racial brasileira. Destes 117, 32 (trinta e dois) foram apresentados na década de 1980 e 73 (setenta e três) foram apresentados entre 1990 e 2002 (...). Ou seja, foi principalmente a partir da entrada destes três parlamentares negros, Paulo Paim (PT/RS), Luiz Alberto (PT/BA) e Benedita da Silva (PT/RJ), no Congresso Nacional, juntamente com o trabalho que já vinha sendo realizado pelo ex-parlamentar Abdias do Nascimento [PDT/RJ], que a questão racial começou a ser debatida de forma mais consistente no âmbito do Poder Legislativo brasileiro” (SANTOS, 2011: 12).

exclusivos da elite branca sofridos por estadunidenses afroamericanos no país. Ou seja, admitia-se a existência de racismo no país, porém negava-se que a população negra brasileira tivesse a possibilidade de judicializar a discriminação racial que sofria. Somente com a CF 88 houve destaque na legislação para os temas da discriminação racial, da diversidade cultural e do reconhecimento dos direitos coletivos da população remanescente de quilombos. A diversidade cultural passou a ser tratada como um patrimônio comum a ser valorizado e preservado (Arts. 215 e 216).

Cabe ainda ressaltar o reconhecimento dado pela constituição à pluralidade étnica/racial da população brasileira. Ao estabelecer a proteção das culturas afro-brasileiras e a necessidade de fixação das datas comemorativas significativas para os diferentes “segmentos étnicos nacionais” (Art. 215) e acolhimento das contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro no ensino de história (Art. 242), não apenas se reconhece a diversidade da formação nacional, como se aponta a necessidade de acolhê-la nos eventos culturais e práticas educacionais (SILVA *et all*, 2009:269).

No entanto, as reformas de cidadania no Brasil, assim como em toda a América Latina, privilegiaram certos agentes e modos de formular as reivindicações que encerram potenciais consequências negativas. A necessidade de afirmar uma identidade étnica ou cultural distinta significa que não só a maioria dos afrobrasileiros, mas também alguns grupos indígenas não puderam conquistar direitos coletivos. Assim, negros e indígenas brasileiros que não conseguem afirmar uma identidade “étnica” carecem de uma base para reivindicar certos direitos, ainda que sofram exclusão política e discriminação racial. Mas, se a maioria das populações negras no Brasil é de fato urbana e não se distingue etnicamente da cultura híbrida mais ampla, então ela estará em desvantagem na luta pelos direitos coletivos, pelo menos enquanto estes forem concebidos em termos de diferença cultural²¹ e silenciarem a denúncia de racismo.

21 “Foi-se na verdade, no tempo e na história, a oportunidade dos escravocratas e racistas de permitir à população negra escravizada e aos seus descendentes que conhecessem suas origens étnicas no continente africano. Por certo que os povos são constituídos e agrupados por relativa uniformidade cultural, o que os identifica etnicamente. Daí, sim, que grupos étnicos de diversas nações africanas foram trazidos no tráfico negreiro transatlântico sem que os escravocratas e as elites nacionais se preocupassem, na época e no presente, em buscar o conhecimento de a quais grupos étnicos os africanos aqui trazidos pertenciam. Caso as nossas elites tivessem tido esta preocupação, provavelmente elas iriam produzir o primeiro movimento humanitário da sociedade branca brasileira de respeito aos direitos fundamentais do ser humano, que é conhecer suas origens e sua ancestralidade para a ideal conformação

O reconhecimento da diversidade cultural não necessariamente enfrenta os aspectos sociais e econômicos da injustiça racial e permite que os Estados continuem ignorando a existência do racismo²². A disparidade no acesso a direitos coletivos ainda pode gerar divisões entre os que conseguem e os que não conseguem conquistá-los, tanto no interior como entre as comunidades afrodescendentes e as indígenas.

O tema das desigualdades raciais não aparece no texto da CF88, porém este abarca os princípios da promoção da igualdade e do combate a discriminações e preconceitos²³.

Ainda que compartilhem o alijamento do direito à saúde, trabalho e educação de qualidade a perspectiva de reconhecimento da diferença para populações afrodescendentes e indígenas se dá por processos bastante específicos, tanto no contexto do Estado brasileiro, quanto internacionalmente. Rouland (2004) distingue no plano internacional as minorias dos povos autóctones, ainda que reconheça que esta distinção não se encontra plenamente traduzida no direito. É possível registrar inclusive que, temporalmente, a agenda dos povos autóctones foi absorvida pelas Nações Unidas quase 20 anos antes do mesmo tratamento ser oferecido aos afrodescendentes, considerados como minorias nacionais em sua diáspora para as Américas. Em 1993 a ONU proclamou este o Ano Internacional dos Povos Autóctones - “Indigenous People” - e iniciou dois anos depois seu decênio (ROULAND, 2004:21). Uma ação similar proposta pela ONU voltada para os descendentes da diáspora africana irá ocorrer apenas em 2011.

O aparato jurídico capaz de indicar soluções estatais para as das suas diversas identidades’ (SANTOS, 2011: 63-64).

22 “Na última fase do processo de aprovação do projeto do Estatuto da Igualdade Racial, mais especificamente após o Parecer n.º 816/2010, do relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, senador Demóstenes Torres (DEM/GO), verifica-se a alteração do adjetivo racial ou do substantivo raça pelos termos etnia ou étnico. Os termos racial e raça foram mencionados no PL nº 6.264/05, que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, enquanto os termos etnia e étnico foram propostos e/ou introduzidos pela relatoria da CCJ do Senado Federal. Assim, os dispositivos que se referiam à “discriminação racial”, à “intolerância étnico-racial”, à “igualdade racial”, à “desigualdade racial”, à “diversidade racial”, às “práticas discriminatórias racialmente adotadas”, às “relações raciais”, às “diferenças raciais”, à “raça” e ao “racismo”, em sua maioria, foram mudados para dispositivos que aludem a “direitos étnicos”, “intolerância étnica”, “igualdade étnica”, e assim sucessivamente” (SANTOS, 2011: 62-63).

23 “(...) como tem destacado a bibliografia sobre o tema, a centralidade dada aos princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º), de redução das desigualdades (art. 3º), de recusa de qualquer forma de discriminação ou preconceito (Art.3º), da prevalência dos direitos humanos (art. 4º), e da defesa da igualdade (Art. 5º), permitiu o acolhimento não apenas do repúdio ao racismo (Art. 5º, inciso XLII), mas de ampla defesa da justiça, do combate aos preconceitos e da defesa da pluralidade, todos com transbordamento direto à questão racial □ (SILVA et all, 2009:268-269).

demandas sociais de resolução de desigualdades étnico-raciais nas áreas da educação, saúde e trabalho constituem-se como parte de um processo de repactuação social que prevê um novo lugar para os descendentes de africanos e indígenas no projeto de país democrático. Trabalho e educação significariam em alguma medida para as instituições do Estado, ferramentas de integração dos povos subjugados às diretrizes de manutenção e funcionamento da ordem social²⁴.

A segregação quanto ao acesso ao trabalho e à educação estão intimamente vinculadas aos modelos políticos de regulação de conflitos étnicos voltados para a gestão da diferença, enquanto a diferença no acesso à saúde é o princípio básico dos modelos que visam à eliminação da diferença como política de regulação de conflitos étnicos. Reconhecer que havia prejuízo de uma população no acesso a saúde significa reconhecer, em alguma medida, a condução de um processo de eliminação e debilitação física de um contingente populacional específico. Saúde, ainda que possa ser utilizada como ferramenta de controle de comportamentos e domesticação dos corpos, além de prover parte dos insumos necessários para a disponibilização da força de trabalho, guarda sua contrapartida de ameaça direta a integridade do corpo dos sujeitos e sua possibilidade de viver sem sofrimento. Viver sem sofrimento significa, entre outras coisas, viver sem racismo e o sofrimento (físico e psíquico) que ele produz²⁵. O enfrentamento da discriminação nos campos do Trabalho e Educação já alcançou há tempos outro tratamento na norma jurídica, considerando que foi alvo dos dois primeiros tratados internacionais sobre discriminação incorporados a legislação brasileira, ainda durante a ditadura militar²⁶.

O que não significa dizer que desde então o Poder Legislativo no país seja efetivamente sensível ao tema. Ainda que se considere que propugne efeitos mais simbólicos do que efetivos na mudança real da qualidade de vida das pessoas, o sistema jurídico constituído através do mandato dos legisladores internaliza os conceitos de interesse do Estado a fim de reorganizar e devolver ao mesmo Estado – agora em forma de leis – normas e regulamentos para adequar e manter os merecimentos da população (SANTOS, 2011:61). No caso brasileiro, o Poder Legislativo,

24 “Deve ser lembrada a proibição da diferença salarial ou admissão por motivos de cor (Art.7º Inciso XXX) e garantia de uma educação sem preconceitos (Art. 227)” (SILVA et all, 2009:269).

25 A maior parte dos autores na área da saúde publica concebe as experiências discriminatórias como uma forma específica de estresse para suas vítimas e, nesta perspectiva, oferece sentido às associações com condições ou comportamentos deletérios em saúde” (BASTOS, 2012: 28).

26 Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1968) e a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1968).

independente das reflexões que se possa fazer sobre a democracia participativa para a eleição dos congressistas, tem sido resistente à participação significativa das populações negras e indígenas e à absorção de suas demandas durante o período republicano, e ainda mais antes disto. Quando comparado a outros países da América Latina, como a Colômbia, por exemplo, o congresso brasileiro apresenta baixíssimos índices de participação negra ou indígena.

Apesar disto, considera Souza Santos, que o Brasil está entre os países em que os tribunais assumiram ao longo da década de 80, no auge da crise do Estado providência, “uma postura mais ativa e agressiva na defesa dos direitos” (2013:9). Ou seja, há franca e severa discrepância entre a interpretação da norma por parte do poder judiciário e a compreensão de projeto de país revelada na prática e na composição do poder legislativo. Em outro artigo (Souza Santos, 2008) considera que a judicialização da política no Brasil pode ser um caminho para superar contradições sociais que atravessam o país desde a época colonial.

O autor chama de *justiça histórica* o combate à injustiça social que possui um forte componente de racismo anti-indígena e antinegro, ou a reparação de “uma sociedade cuja prosperidade foi construída à base de usurpação violenta dos territórios indígenas e com recurso à sobreexploração dos escravos que para aqui foram trazidos” (SOUZA SANTOS, 2008). Algumas das ações que tramitaram pelo Supremo Tribunal Federal como a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, a regularização dos territórios quilombolas e as AA trataram, segundo Souza Santos, de redefinir concepções de país, de soberania e de desenvolvimento.

Dado o peso de um passado injusto, não é possível, pelo menos por algum tempo, reconhecer a igualdade das diferenças (interculturalidade) sem reconhecer a diferença das igualdades (reconhecimentos territoriais e ações afirmativas) (SOUZA SANTOS: 2008).

A norma jurídica vigente no Brasil indica que o racismo é crime imprescritível e inafiançável, e que todos devem ter direito à saúde independentemente de raça ou etnia. Mas será que os conceitos de raça e etnia significam o mesmo para os diferentes agentes sociais e coletividades envolvidos na interpretação da norma jurídica?

Pesquisadores e formadores de opinião²⁷ que defendem e apoiam a existência de uma política de saúde para os povos indígenas, justificada

27 Ricardo Ventura Santos, Marcos Chor Maio e Simone Monteiro, todos pesquisadores ligados à Fiocruz, somente para citar alguns exemplos.

pelos prejuízos no acesso à saúde impostos pela diferença cultural inerente a estes povos²⁸, são muitas vezes os mesmos que protestam furiosamente contra o estabelecimento de uma política de saúde para a população negra, que toma como base a necessidade de superação dos prejuízos à saúde derivados da desigualdade racial. Ainda que reconheçam que há “outros grupos reconhecidamente desfavorecidos na sociedade brasileira” (GARNELO, 2008: 1041) consideram que “as condições de saúde dos povos indígenas os colocam em desvantagem frente a outros segmentos da população brasileira” (*op cit*, p.1039).

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, foi o primeiro órgão para gestão das populações indígenas no governo brasileiro. Porém não tinha atuação sistemática na promoção de saúde junto a estas populações. A trajetória da atenção à saúde dos povos indígenas tem início em 1956, com a criação pelo Ministério da Saúde do Serviço de Unidades Sanitárias (SUSA) vinculado ao Serviço Nacional de Tuberculose. A criação da SUSA é resultado do plano para a defesa do índio brasileiro contra a tuberculose, elaborada pelo médico Noel Nutels em 1952, com base nos dados colhidos durante a expedição Roncador-Xingu nos anos 1940 (GARNELO, 2008; LANGDOM, 2000).

Como resultado de um conjunto de denúncias de violações dos direitos destas populações²⁹ foi extinto o SPI e criada em 1967 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esta abrigava uma divisão de saúde que funcionava a partir das “equipes volantes de saúde” (EVS). Em 1973 entra em vigor o Estatuto do Índio, através da Lei 6001 que considera:

[índio] é todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional (GARNELO, 2008:1036).

Tal legislação permanece em vigor, ainda que considerada superada em vários pontos (GARNELO, 2008:1036). No entanto, foi acrescido na CF88 de um capítulo específico sobre povos indígenas, o capítulo VIII, que no artigo 231 diz:

São reconhecidos aos índios sua organização social,

28 “São povos culturalmente diferenciados em relação à sociedade nacional envolvente e também entre si, com cosmologias, língua, formas de subsistência, organização social e sistemas políticos próprios” (GARNELO, 2008:1035).

29 Parte destas denúncias contidas no relatório Figueiredo voltou a ser investigado durante a atuação da Comissão da Verdade, que busca reconhecimento e reparação sobre os crimes ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985).

costumes, línguas, crenças e tradições, e aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 2009:165).

Ao mesmo tempo em que se reformulava a política nacional de saúde na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, seguindo as diretrizes básicas do Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, ocorria a 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio. As recomendações da 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio foram absorvidas na 9ª Conferência Nacional de Saúde, em 1992, quando aprovado um modelo de atenção à saúde diferenciado organizado em Distritos Sanitários Especiais (DSEI). Em 1993 ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas e em 1999 foi aprovada a lei nº 9836 (Lei Arouca) que instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS (LANGDON, 2000). A 3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena ocorreu em 2001, a 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena em 2006, e a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena em 2013. Entrementes uma série de alternâncias resultantes da disputa na gestão entre FUNAI e Ministério da Saúde, os DSEI mantêm como princípio a proposta de uma atenção à saúde culturalmente diferenciada (GARNELO, 2009:1052).

A diferença cultural é vista como central para compreender a situação de saúde dos povos indígenas, na leitura do mundo social expressa a partir das normas jurídicas disponíveis e também nas considerações de vários analistas.

La garantía en la Constituyente del derecho indígena a la atención integral y diferenciada de la salud, se justifica por la vulnerabilidad de los indios en terminos de su situación de salud e de su especificidad étnica (LANGDON, 2000:111).

Ainda que outros aspectos como a condição de classe, possam aproximar as considerações dos pesquisadores em relação aos prejuízos em saúde vivenciados por outros grupos étnicos ou minorias no país, segue presente uma concepção antropológica do país que relaciona os grupos indígenas culturalmente diferenciados ao “mundo dos brancos”, referenciado em uma ancestralidade de origem ocidental, cristã e europeia:

a despeito de poderem ser igualmente índios camponeses, índios proletários ou índios cidadãos, são antes de tudo índios,[...] portadores de um etnia diversa que contrasta com os camponeses, proletários e cidadãos não-índios (OLIVEIRA, 1976:60 *apud* BARROS, 2003: 225).

Poucos autores irão considerar que, a diferença cultural em si não determina processos de desigualdade social e de usufruto de direitos³⁰, ademais, a sociedade brasileira nem mesmo no período colonial constituiu algo que se possa chamar apropriadamente de “mundo dos brancos” (SILVA, 2003). O racismo, como fenômeno que impacta nas relações de diferentes grupos étnico-raciais e ao mesmo tempo trata como inexistentes todos os processos sociais em que os europeus e seus descendentes não são protagonistas (ARRUTI, 2006) há de ser considerado como viés das análises.

O entendimento de que a cultura de um povo é plausível de subordinação tem umbilical vinculação com a suposição da inferioridade deste povo. A suposição de superioridade de uma cultura toma como matriz lógica a presunção de ascendência do povo que a representa. Não se trata de apontar a diferença como raiz da questão, mas de considerar que há, obviamente, concepções hierárquicas acerca dos grupos humanos fundamentando o estabelecimento das desigualdades entre identidades culturais. Tal premissa não é considerada suficientemente na norma jurídica e nem nas análises citadas anteriormente, talvez exceto por Hooker e Santos. Ao mesmo tempo, é plenamente possível passar a valorizar a diferença cultural e ao mesmo tempo preservar uma situação de desigualdade racial (CARVALHO, 2004).

A Fundação Cultural Palmares é o primeiro organismo federal criado para a execução de políticas públicas voltadas para a população negra. Sua atribuição está diretamente vinculada ao campo da cultura e da gestão da diferença cultural herdada pelos afrobrasileiros. Subordinada ao Ministério da Cultura (MinC), erigida em meio aos protestos do centenário da abolição e no ano de proclamação da nova Constituição Federal (1988) não tem atuação significativa no enfrentamento da desigualdade racial, ainda que tenha contribuído para a consolidação de marcos simbólicos para a luta política dos afrobrasileiros³¹.

30 “Os povos indígenas sentem-se abandonados e perseguidos pelas autoridades públicas: de um lado há uma total falta de diálogo com o governo e por outro lado há relações conflituosas com a FUNAI. O presidente da FUNAI diz que o regime de administração do território persiste, em uma ostensiva violação da lei; faz afirmações discriminatórias contra os índios; decide que é índio e quem não é, violando a Convenção de Povos Indígenas e Tribais, 1989 (nº169); e não fornece a assistência necessária. Finalmente, a polícia ameaça e mata líderes e integrantes das comunidades indígenas e o judiciário de modo geral continua garantindo a impunidade da polícia, enquanto criminaliza as ações de líderes indígenas” (DIÈNE, 2005:18).

31 “(...) tinha também entre seus objetivos a identificação das comunidades remanescentes de quilombos e o apoio à demarcação e titulação de suas terras” (SILVA et all, 2009:267).

É do início da década de 1980, anterior à instituição da FCP, a denúncia de um projeto eugênico que tinha como alvo primordial a esterilização de mulheres negras sendo executado no país. Baseava-se esta denúncia, entre outros, em um documento produzido pela assessoria do governo de São Paulo, durante o governo Paulo Maluf (1977 a 1981), que orientava a impedir que a natalidade da população negra superasse a população branca, e com isto interferir para que negros não pudessem ascender aos mais altos cargos políticos do país com o estabelecimento de eleições diretas. Tomava como base também os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que apresentava que a utilização de esterilização cirúrgica como método contraceptivo concentrava-se desproporcionalmente entre mulheres negras no Brasil. Foram criadas comissões parlamentares de inquérito (CPI) em alguns estados para investigar, e o tema chegou ao Congresso Nacional em 1993, sendo inconclusivo quanto aos aspectos de racismo contido nas práticas médicas. A questão dos direitos sexuais e reprodutivos, como o direito à preservação da herança genética de uma dada população, não pode ser contemplada no âmbito da cultura. É no campo político do direito à saúde e de combate ao racismo que esta questão pode ser manejada.

Até meados dos anos 1990 tanto a legislação punitiva contra discriminação racial (Lei Caó) quanto a instância de valorização da diversidade cultural que atuava junto às populações afrodescendentes (FCP) tiveram pouca efetividade em relação às demandas apresentadas pela população afrobrasileira. Ou seja, mesmo em presença de instituições públicas detentoras de mandato sobre o tema e de normas jurídicas que orientassem a atuação do Estado, pouco ou nada foi feito. Somente a judicialização da questão em uma corte internacional³² (1992) e a forte mobilização dos movimentos sociais³³ (1995) pôde fazer avançar as ações de combate à desigualdade racial. Ocorre também em 1995 a posse do segundo Ministro de Estado que declarava publicamente pertencer à população negra brasileira, retomando a ainda escassa representação da

32 “Em 1992, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com apoio das demais centrais sindicais, apresentou a OIT uma reclamação formal contra o governo brasileiro por descumprimento da Convenção 111. Como resposta o MTb [Ministério do Trabalho] criou em 1996, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), e em 1997 lançou o programa Brasil, Gênero e Raça, cujo principal objetivo era a implementação de Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate a Discriminação” (SILVA et al., 2009:273).

33 “Contando com ampla mobilização do movimento negro e do movimento sindical, a organização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida reuniu, em 1995, em Brasília, mais de 30 mil pessoas, entre elas 5 mil dirigentes sindicais (...) pressionando o governo a um compromisso público contra a discriminação racial” (SILVA et al., 2009:272).

população afrobrasileira no primeiro escalão do Executivo Federal³⁴ após 100 anos de lapso.

Como resultado da mobilização e das demandas apresentadas ao executivo federal em fins de 1995, é instituído no âmbito do Ministério da Justiça³⁵ o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI) que possuía um subgrupo responsável pela temática saúde. O tema da saúde da população negra não foi acolhido na agenda da diversidade cultural, mas na agenda dos direitos humanos abrigado na interface entre Poder Executivo e Poder Judiciário, no Ministério da Justiça.

Durante a abertura de um seminário internacional³⁶ sobre as AA em 1996, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC), reconhece publicamente a existência de discriminação e desigualdade racial em desfavor da população negra brasileira. Neste mesmo ano, por meio do Decreto nº 1904, foi instituído o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). No subitem “População Negra” do PNDH, integrante do item “Proteção do direito e tratamento igualitário perante a lei”, são propostas AA, inclusive no campo da saúde.

Neste mesmo ano o Ministério da Saúde (MS) em parceria com o GTI promovem uma mesa-redonda sobre Saúde da População Negra, e ao final apresentam um diagnóstico sobre o tema. A conclusão apresentada pelo MS sobre o diagnóstico é que não existia “justificativa técnica para a criação de vários programas governamentais de saúde específicos para a população negra, como pretendiam algumas correntes do setor” (MAIO & MONTEIRO, 2010:293). Este é o primeiro evento oficial do governo federal para definir áreas de trabalho prioritárias no campo da saúde da

34 Ainda é possível contar nos dedos das mãos os ministros negros. Após Francisco Glicério de Cerqueira Leite (Ministro dos Transportes e da Agricultura de 1890 a 1891) veio então Pelé (Ministro dos Esportes de 1995 a 1998), Gilberto Gil (Ministro da Cultura de 2003 a 2008), Benedita da Silva (Ministra da Ação Social em 2003), Matilde Ribeiro (Ministra da SEPPIR de 2003 a 2008), Edson Santos (Ministro da SEPPIR de 2008 a 2010), Elói Ferreira Araújo (SEPPIR em 2010), Luisa Helena Barrios (Ministra da SEPPIR de 2011 a 2015), Orlando Silva (Ministro dos Esportes de 2006 a 2011) e Nilma Lino Gomes (Ministra da SEPPIR desde 01/01/2015). FHC, que se declarava “com um pé na cozinha”, foi apelidado nos círculos políticos de “mulatinho”, e iniciou sua carreira acadêmica como pesquisador das relações raciais, jamais se declarou negro em seus oito anos de mandato presidencial (1994 a 2002). Nilo Peçanha (Presidente de 1909 a 1910) é considerado o único presidente negro da história do Brasil. Não há registro de ministro de estado ou presidente no Brasil que tenha sido identificado como indígena.

35 O MJ também abriga a FUNAI.

36 Multiculturalismo e Racismo: O papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça. Este seminário é considerado um marco no debate sobre AA e sua aplicabilidade na gestão federal.

população negra (OLIVEIRA, 2003: 236) passados 10 anos desde que ocorrera a 1ª Conferência Nacional de Proteção a Saúde do Índio.

Durante os dois mandatos de FHC (de 1995 a 1998, e de 1999 a 2002) a pressão dos movimentos sociais e agências internacionais forçou a discussão de políticas de AA para a população negra. Apesar de algumas ações pontuais visando diminuir a desigualdade racial nas áreas de trabalho e educação, não houve intervenção significativa na área da saúde³⁷.

Só em 2003 a discussão do combate à desigualdade racial toma a forma de um órgão específico no Executivo Federal com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) ligada à presidência da República e com *status* de Ministério³⁸. No ano seguinte é realizado o I Seminário Nacional da Saúde da População Negra, e é constituído o Comitê Técnico de Saúde da População Negra no MS.

Em 2006 ocorre o II Seminário Nacional de Saúde da População Negra e é lançada a Política Nacional de Saúde da População Negra. Ainda em 2006 é sancionada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e lançado o Programa de Combate ao Racismo Institucional em parceria com a SEPPIR, o Ministério Público Federal (MPF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) (MAIO & MONTEIRO, 2010:306). Neste mesmo ano o Estado brasileiro foi condenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio de sua Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), “por ter negado a uma vítima de racismo a garantia de proteção judicial, assim como por ter violado o seu direito à igualdade perante a lei” (SILVA *et all*, 2009:278). A denúncia foi conduzida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Instituto Negro Padre Batista e ficou conhecido como “Caso Simone”³⁹.

37 Vale citar o impacto da conferência de Durban, em sua etapa preparatória, na participação da delegação brasileira durante a conferência, e em algumas de suas deliberações finais que incluem o estabelecimento de AA e políticas específicas na área da saúde.

38 “Não se pode esquecer que a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) é um dos argumentos considerados, por muitos, como incontestes de que o governo Lula sempre apoiou tais políticas. Contudo, os que sustentam este argumento esquecem que o governo Lula teve início em 1º de janeiro de 2003, com a criação de todos os seus ministérios e secretarias especiais a partir desta data. Tais como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), entre outras, menos a Seppir, que somente foi criada em 21 de março de 2003, ou seja, dois meses e 21 dias depois do início do governo Lula [...]. A Seppir foi criada porque houve forte pressão dos movimentos sociais negros pela criação de um ministério que discutisse a questão racial no governo Lula também. Ainda assim, a Seppir nunca teve uma estrutura de funcionamento digna, não tendo até o presente momento, por exemplo, um quadro de pessoal de funcionários concursados para trabalhar na secretaria” (SANTOS, 2011: 49).

39 “A trabalhadora doméstica apresentou, em 1997, denúncia de prática de discriminação

Neste mesmo ano, o relatório apresentado por Doudou Diène na Assembleia Geral da ONU destaca o profundo enraizamento da discriminação racial na sociedade brasileira, assim como a persistência da ideologia da democracia racial. Parabeniza o relator pelo reconhecimento da existência do racismo pelas autoridades federais, assim como o surgimento de leis e instituições para combater o racismo. Observa, no entanto, a resistência, em diferentes níveis da sociedade, em aplicarem-se de forma efetiva políticas contra a discriminação racial.

Somente em 2007 é que pela primeira vez um negro ocupa uma cadeira na mais alta corte do país, e continua sendo o único a fazê-lo. Joaquim Barbosa Gomes, jurista e um dos maiores especialistas brasileiros no estudo das AA, é o primeiro e único negro a ser nomeado para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal brasileiro.

Não está posto em discussão os essencialismos estratégicos politizados na construção de uma identidade negra entre afrobrasileiros, uma falsa questão trazida para adiar o debate sobre o combate ao racismo em sua modalidade nativa (TELLES, 2003) . Trata-se de considerar em que medida a “doutrina da unidade psíquica da humanidade” (BOHANNAN,1973) foi capaz de dar conta dos diferentes lugares sociais, com seus prejuízos e privilégios estruturalmente constituídos, produzindo distinções na utilização das mesmas palavras, e por certo na assimilação de seus significados. Neste caso, nem a tradução ou a simples comparação pode ajudar a compreender as diferenças que se sobressaem. A especificidade do contexto etnográfico em que se utilizam as palavras tem de ser seriamente considerada (BOHANNAN,1973).

O que significa o compromisso de combate à discriminação racial em um país onde a suprema corte só recentemente recebeu, e com evidente polêmica, um negro entre seus pares? Quais as consequências imediatas para aqueles que ocupam cargos de poder em promover a igualdade racial em um país onde ao menos metade da população do país sofre com o racismo? Como combater o racismo na área da saúde no Brasil quando a presença de negros (ainda que cubanos) exercendo a medicina foi o estopim de explícitas manifestações racistas em todo o país?

A marca da diferença neste caso, não se baseia em diferentes arcabouços culturais ou no conflito explícito entre diferentes normas jurídicas. Mas no elemento constituinte da identidade nacional que tem servido como modelo legal de harmonia coerciva e como técnica de

contra um empregador que publicou anúncio de emprego de cunho racista em jornal de ampla circulação. O crime não apenas permaneceu impune, como sequer foi acolhido pelo Ministério Público e pelo juiz de direito ao qual coube avaliar os autos. Em que pesem os depoimentos colhidos confirmando os fatos e as provas materiais existentes, o processo foi arquivado por ausência de fundamento” (SILVA et all, 2009: 278).

pacificação das minorias políticas constituídas pelos afrodescendentes e indígenas no Brasil: o mito da democracia racial.

Considerações Finais

Alyne Silva Pimentel, 28 anos, mulher negra, faleceu em 16 de novembro de 2002, no sexto mês de gestação, cinco dias depois de dar entrada em um hospital da rede pública com sinais de gravidez de alto risco. Alyne, cuja morte poderia ter sido evitada com o oferecimento de um tratamento de saúde adequado, deixou uma filha com cinco anos de idade na época.

Em 10 de agosto de 2011, o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW), das Nações Unidas, condenou o Brasil no caso Alyne da Silva Pimentel. O Comitê CEDAW da ONU concluiu que Estado brasileiro falhou em proteger os direitos humanos de Alyne à vida, à saúde, à igualdade e não discriminação no acesso a saúde. O Comitê considerou ainda que o Estado falhou por não garantir à família de Alyne o acesso efetivo à Justiça.

O CEDAW/ONU, após a condenação do Brasil no caso Alyne, fez uma série de recomendações para que situações como esta não mais se repitam, e vem monitorando a implementação das medidas recomendadas. A Relatoria do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva realizou uma missão de monitoramento no início do ano de 2013 às unidades de saúde que fizeram o atendimento de Alyne há 12 anos. O resultado da missão foi a triste constatação que a situação permanecia exatamente a mesma. A Relatora do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva, Beatriz Galli, questionou o Estado brasileiro quanto ao oferecimento de garantias de que mais mulheres em idade reprodutiva, em particular as negras, tenham acesso aos serviços de saúde de qualidade que garantam sua integridade durante a gravidez, parto e pós-parto.

Apesar da constatação de um cenário visivelmente desfavorável, há um sinal de mudança nos ventos. No início de 2014 houve uma cerimônia de pagamento da indenização determinada como medida reparatória pelo Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW/ONU) em benefício da mãe de Alyne Pimentel.

Neste mesmo ano foi finalmente criada a Área Técnica de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde, após consecutivas e contundentes ações de pressão do movimento negro junto ao executivo federal. O poder legislativo permanece um ambiente árido à semeadura de propostas antirracistas efetivas. Ainda que o poder judiciário aparente pouco afeito à presença não branca, talvez a judicialização do direito a

saúde em cortes internacionais, como foi feito com o direito ao trabalho e à educação, aponte um caminho que permita avançar na promoção da saúde da população negra. O reconhecimento da diferença cultural e sua tradução em normas jurídicas já demonstrou seus limites neste caso. Parafraseando Guerreiro Ramos: não se trata do negro tema, mas do negro vida.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Linchamentos: Atos de ‘Justiça Camponesa’ – Entre a ‘Humanização da Penalidade’ e a ‘Desumanização do Indígena.* In GRUPIONI, Luís Donisete Benzi *et all* (org.) Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola.* Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARROS, Edir Pina de. *Saúde Indígena: a invisibilidade como forma de exclusão.* In GOLDENBERG, Paulete. O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

BASTOS, João Luiz. *Discriminação e Saúde: Perspectivas e métodos.* Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2012.

BOHANNAN, Paul. *Etnografia e comparação em Antropologia do Direito.* In DAVIS, Shelton H.(org.). Antropologia do Direito: Estudo comparativo das categorias de dívida e contrato. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1973.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. *A construção do SUS: Histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo.* Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. *Lei Arouca: A Funasa nos 10 anos de saúde indígena.* Brasília: FUNASA, 2009.

CARVALHO, José Jorge de. *Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento.* Brasília, Série Antropologia, nº 354, 2004.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. *Apresentação.* In SANTOS, Ana Flávia Moreira & OLIVEIRA, João Pacheco de. Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó – Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2003.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: Política Social e Racial no Brasil (1917 -1945).* São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DIÈNE, Doudou. *Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Todas as Formas de Discriminação.* Relatório do Relator Especial sobre as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e outras

formas de intolerância, o Sr. Doudou Diène. Nações Unidas – Conselho Social e Econômico. Missão no Brasil (17 a 26 de outubro de 2005).

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. *Os 20 anos do convênio 169 da OIT: Balanço e desafios da implementação dos direitos dos Povos Indígenas na América Latina*. In VERDUM, Ricardo.(Org.) *Constituições e reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

GARNELO, Luisa *et all*. Saúde dos Povos Indígenas e Políticas Públicas no Brasil. In GIOVANELLA, Lígia *et all* (org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

HOOKE, Juliet. *Inclusão Indígena e Exclusão dos Afrodescendentes na América Latina*. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, Vol. 18, Nº2, Novembro de 2006.

LANGDON, Esther Jean. *Salud e Pueblos Indígenas: los desafios en el cambio de siglo*. In BRICEÑO- LEÓN, Roberto (coord.). *Salud y Equidad: uma mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LANGDOM, Esther Jean; GARNELO, Luiza (org.). Saúde dos Povos Indígenas: Reflexões sobre antropologia participativa. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

MAIO, Marcos Chor & MONTEIRO, Simone. *Política Social com Recorte Racial no Brasil: o caso da saúde da população negra*. In MAIO, Marcos Chor (Org.). *Raça como questão: História, Ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MARÉS, Carlos & MARÉS, Theo. Direito Agrário e Igualdade Étnico Racial. In PIOVESAN, Flávia (org.) *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial*. Brasília: SEPIR, 2006.

OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da População Negra: Brasil ano 2001*. Brasília, Organização Panamericana da Saúde, 2003.

ROULAND, Norbert (org.). *Direitos das minorias e dos povos autóctones*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SALES Jr., Ronaldo. *Democracia Racial: O não-dito racista*. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, vol. 18, nº2, Novembro de 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. *et all*. *O processo de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Brasília: INESC, 2011.

SILVA, Adailton da. *et all*. *Entre o Racismo e a Desigualdade: da*

constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In JACCOUD, Luciana (org.). *A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos.* Brasília: Ipea, 2009.

_____. *O jongo no Rio de Janeiro: relatos de um pesquisador negro.* Dissertação Mestrado. PPGAS-UNB, 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Bifurcação na Justiça.* Artigo Publicado no Jornal Diário Folha de São Paulo em 10 de Junho de 2008.

_____. et all. *Os tribunais nas sociedades contemporâneas.* Disponível em [HTTP://TRIBUNAIS%20NAS%20](http://tribunais%20nas%20) , acesso em 10.10.2013, as 12hrs:34min.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.* Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

“A ONÇA DO COMÉRCIO” E O CONFLITO ARMADO ENTRE A GENTE DE CENTRO: A MEMÓRIA E A DEFESA DA VIDA

Marco Tobón

Introdução

Colômbia vive uma guerra civil de mais de cinquenta anos entre a guerrilha das FARC e o estado. As dinâmicas contemporâneas de sua confrontação armada chegaram, desde a última década, aos territórios indígenas Uitoto, Muinane, Andoke e Nonuya na Amazônia colombiana. No território indígena, guerrilha e exército tiveram enfrentamentos militares pondo em risco a vida da população local, alterando o conjunto das relações sociais e limitando e violando os direitos e a autonomia indígena.

Os modos de agir com os que os povos indígenas encaram uma situação excepcional como a guerra, se encontram orientados pelo conjunto de significados e noções que integram suas concepções do mundo, com que pensam as relações com a sociedade dominante, com sua economia e com os protagonistas da guerra. Nesta perspectiva adquirem pertinência histórica as aprendizagens políticas depositadas na memória dos fatos violentos do passado, especificamente, da crueldade do regime de exploração da borracha de finais do século XIX e inícios do século XX. Nesta dialética entre conceito e ação que envolve toda prática política, os povos indígenas aparecem em meio ao conflito como sujeitos ativos dotados de protagonismo histórico. Pelo fato de que as populações se encontrem implicadas na realidade da guerra que tem lugar no seu território, participam, em condições de sociedade civil não combatente, como sujeitos de direitos culturalmente diferentes. Estas circunstâncias, conferem ao cenário da guerra um componente cultural inocultável, as práticas culturais indígenas e seu poder político atuam em defesa de sua vida e autonomia. Em consequência, as práticas culturais com que se responde ao conflito armado são constitutivas de sua ação política.

Nesta perspectiva este artigo se propõe pensar a memória como ferramenta de orientação política. As experiências de violência e escravidão que os povos Muinane, Andoke, Nonuya e Uitoto, viveram durante finais do século XIX e inícios do século XX sob as formas de escravidão da borracha, são atualizadas a partir da presença atual dos protagonistas da

guerra colombiana no seu território. A sua vez os corpus de reflexões políticas formuladas frente a crueza seringueira permitiu pensar em tanto povos seu lugar no mundo, a importância de sua autonomia e suas relações com a sociedade de mercado, ideias que hoje, de igual maneira, participam para encarar a dinâmica do conflito armado que faz presença na sua vida social.

“A onça do comércio” e a defesa da vida.

Os povos indígenas localizados entre os rios Caquetá e Putumayo, automeados Gente de centro, Murui (Uitotos), Muinanes, Boras, Andokes, Nonuyas, Okainas, para finais do século XIX e inícios do século XX sofreram a violência de um dos regimes de exploração mais tenebrosos e sanguinários da história do capitalismo, a escravidão seringueira. O regime de exploração da borracha na Amazônia, que começou no final de século XIX e se estendeu até 1940, instalou sobre as sociedades indígenas locais um controle sobre sua força de trabalho associado à servidão, estabelecendo o chamado sistema de “endividar”, no que o patrão sujeitava a seus escravos sob dívidas ininterruptas por mercadorias antecipadas (TAUSSIG, 2002).

As práticas atrozes não só de cooptação de mão de obra, senão de práticas sistemáticas de tortura, violações, condenações a morrer de inanição e um catálogo abominável de sentenças de morte, marcaram o passado, a memória e a vida cultural destes povos (PINEDA, 1982, 1993, 1997; ECHEVERRI, 1997; CASEMENT, 1997 [1912]; TAUSSIG, 2002; GÓMEZ Y DOMÍNGUEZ, 1994). O regime de exploração de látex foi nomeado pelos povos do centro como a “onça do comércio”, fazendo alusão aos ferozes e ameaçantes traços depredadores da maquinaria escravista seringueira. A presença dos modos de exploração econômica da borracha, manifestados mediante atos de capturas através da violência física e a violência econômica de dívidas, escravidão e sevícia gerou deslocamentos, deportações, dispersão e um brutal extermínio nestas populações, fatos dos quais, muitos afirmam atualmente, ainda estão longe de recuperar o esplendor cultural e a força organizativa de que gozaram naqueles tempos. Em 1908 Thomas Whiffen calculou as populações dos povos do centro em aproximadamente 46.000 pessoas (WHIFFEN, 1915:59), em 2011 estas populações apenas chegavam a 7.689 pessoas (LÍNEA BASE AMAZONAS – Documento CONPES 2012).

Hoje os Andoke entoam uma canção numa de suas danças cerimoniais, fazendo alusão àqueles momentos funestos, cantando “a onça de comércio vem e vai nos comer”. Agora a onça nas danças é recusada como

metáfora da guerra, depredadora, agressiva, perigosa, sigilosa e violenta. A seu turno e segundo Aniceto Negedeka, avô muinane, “a origem da guerra vem do comércio, do jaguar do comércio, das mercadorias, das disputas pelas mercadorias e a inveja por tê-las” (Diálogo com Aniceto Negedeka, Leticia, Amazonas, 2013). As sociedades nacionais ou sociedades de mercado se introduziram nas florestas amazônicas mostrando seus afiados caninos, sua ira bestial e sua selvageria depredadora. As relações com os riamas (o canibal insaciável, como os Uitotos chamam aos brancos), estariam irremediavelmente marcadas por relações desiguais nas que seus poderes forasteiros (comércio, evangelização, ciclos extrativos, guerras) parecesse que nunca estiveram despojados de seus atributos ferozes.

A alteração e ruptura do mundo cultural durante a exploração da borracha foi tão agressiva, que inclusive se chegou a um estado tal de envilecimento onde os mesmos indígenas trocavam pessoas por mercadorias (PINEDA, 1975, 1982, 1993; ECHEVERRI, 1997, 92). A sua vez, afloraram as tensões preexistentes entre clãs inimigos, desatando ódio e bruxaria, vinganças e medos. Os fatos se fizeram tão insuportáveis que motivaram em muitas malocas Uitoto, Muinane e Andoke, a necessidade de restaurar suas relações sociais e suas referências culturais. Para conseguir isto se realizaram audazes operações simbólicas nas que os machados de aço que eram mediadoras dos terrores, da dependência econômica e o sistema de servidão, seriam transformadas em machados para a produção da vida, para o cultivo e reprodução da sociedade (TOBÓN, 2008: 51). Deste modo “o machado do medo e violência” foi transformado em um “machado de abundância, de vida” - komuiya chovema (machado de vida em língua uitoto). Esta filosofia do machado, como o nomeia Echeverri (1997: 97), serviu para construir uma ideologia do crescer, da multiplicação familiar, da abundância, da produção de alimentos, de uma vida social sossegada. Sua metáfora fundamental é o crescimento do tabaco, a coca, todos os tubérculos e frutas plantadas. A ideia do machado de vida, de um machado para trabalhar e sobrepor-se aos desaforos seringueiros se impôs como reinterpretação do conflito entre os grupos, o canibalismo, a bruxaria, as inimizades e vinganças, ou em palavras de Echeverri, a ideia de um “machado de crescimento” erigiu-se como uma contundente reinterpretação consciente da história, que consegue aglutinar os diferentes povos num projeto histórico comum de reconstrução cultural (ECHEVERRI, 1997: 100). Esta explicação parecesse concordar com Judith Butler quando diz que justamente é nas circunstâncias de violência e sofrimento, e quando a perda das pessoas é um fato tão estremecedor e importante, onde aparece o valor da vida (BUTLER, 2010: 32)

Viver em carne própria o genocídio seringueiro e suas macabras formas de cooptação trabalhista motivou a criação de uma reflexão

compartilhada sobre sua existência como indígenas e sobre sua posição na história. Dentro do regime de exploração, pese às trevas que impôs sobre a Amazônia, os povos do centro conseguiram aproveitar suas fissuras e gretas para filtrar as luzes de sua cultura, reinterpretando o acesso às mercadorias de metal como uma possibilidade de forjar sua reconstrução cultural, a defesa de seu território e de suas vidas. Como se realizou esta reinterpretação? Mediante os recursos disponíveis de suas ideias e práticas culturais (DAS E KLEIMAN, 2001: 3). Fortaleceu-se assim um pensamento vinculado aos intercâmbios sociais e cerimoniais, a rejeição da violência e a defesa da vida cultural (ECHEVERRI, 2013:479), fundamentos que vieram constituir a base orientadora de seus modos de atuação políticos atuais.

Quando Jarima (sal cortante de buriti), indígena uitoto do assentamento de Monocha sobre o rio Caquetá, diz que “nossas armas são a palavra de coca e de tabaco, a palavra de vida, de defesa e cuidado de nossa vida” (Diálogo com Jarima, Monchoa, rio Caquetá, 2014), está expondo um tipo de discurso político e cerimonial que enfatiza nos desafios históricos que sua gente viveu com as violências do passado, recusando os conflitos e os tratos ultrajantes. Como insiste Echeverri (2013: 479) este discurso pertence ao que é chamado Cesto de vida.

“A este cesto pertencem a ética do trabalho hortícola, o cuidado das crianças, a produção da comida, a celebração dos rituais. A expressão mais acabada deste cesto é a palavra de tabaco e coca, com a qual os maiores cuidam e incrementam a vida. As narrativas mitológicas e as memórias históricas de fatos violentos —incluindo aquelas do tempo da borracha— não têm lugar neste Cesto”.

Estes modos de pensamento e ação não são só uma defesa aberta de suas capacidades culturais para decidir sobre seu futuro como povos, senão que também operam como uma postura que se contrapõe às históricas hierarquias racistas e eurocentradas - não só aquelas impostas pela borracha- e que estabelecem uma perigosa divisão entre vidas que “valem a pena ser choradas ou que merecem luto” e aquelas vidas descartáveis ou “aquelas que não merecem o luto”, e isto por uma distribuição não só material senão ideológica na que os poderes determinam que vidas valem e quais não (BUTLER, 2010: 45). Daí que a Gente de centro, num explícito exercício de autonomia, dirija seus conceitos culturais e suas práticas para uma proteção férrea e sem vacilações, não só de suas vidas, senão da vida humana em tanto condição compartilhada. Como disse um velho muinane do médio rio Caquetá “ninguém vai cuidar e pensar em salvar nossas vidas,

disso nos encarregamos nós, nem os exércitos, nem o estado, a ninguém lhe importamos, nós aprendemos a cuidamos e proteger a vida humana” (Diálogo com Eduardo Paki, assentamento de Villa Azul, rio Caquetá, 2014)

Justamente sobre estes princípios culturais, no meu modo de ver, inspiram-se e se organizam seus modos de atuação política, encaminhados a reafirmar seus modos de vida, sua cultura e seu território, o que significa, entre outras coisas, não se envolver em conflitos armados e recusar qualquer tentativa de violência. Vale a pena insistir, seguindo esta perspectiva, que toda memória e toda concepção sobre a realidade levam consigo efeitos materiais. A posta em marcha do pensamento e a ação são indissociáveis.

A memória como disputa pelo relato histórico.

Os povos Uitoto, Muinane, Andoque e Nonuya, como muitos outros povos amazônicos, têm estado historicamente mais expostos aos danos, à violência e à morte, por isto precisamente a Corte Constitucional da Colômbia, em seu auto 004 de 2009 os inclui dentro dos 34 povos que se encontram em risco de extermínio físico e cultural por causa do conflito armado e das graves violações a seus direitos fundamentais. Estas disposições normativas nacionais, ainda que transcendentais, não têm efeitos práticos imediatos na proteção dos direitos indígenas. Por sua vez, na vida local diária, na prática vivencial no território, os habitantes indígenas aprenderam a proteger-se e encarar os avatares do conflito armado. Como mostrei, a Gente de centro conjurou as violências da borracha, realizando uma operação de reinterpretação cultural que alivia o peso terrível do passado, insistindo na palavra de vida, (Komuiya úai, em língua uitoto), nas opções de frutificação de sua cultura.

Segundo Echeverri (2013: 483) “é a filosofia da multiplicação e a Palavra de tabaco e coca que guiam a agenda moral deste projeto social. A memória está subordinada ao imperativo da vida”. Estes modos de reinterpretar o passado, de acordo com Pollak (1989), motivam a adesão afetiva ao grupo, contribuem a amalgamar as referências coletivas e gerar uma “comunidade afetiva” que neste caso promove as oportunidades oferecidas pela história de defender e impulsionar seu projeto de vida coletivo.

Em meu modo de pensar, isto tem a ver com o fato de que as narrações da memória não só representam a violência, senão que também têm o poder de atualizá-las (DÁS E KLEIMAN, 2001:7). A Gente de centro não condenou deliberadamente ao esquecimento o passado das atrocidades

da seringa, não emudeceram passivamente para deixar que a história oficial narre suas histórias. O que fizeram é um controle consciente das feridas antigas através da reconstrução de suas formas de pensar e recordar o passado. Uma memória que enfatiza os desafios contemporâneos de sua cultura e a defesa ao direito de viver livre e autonomamente em seu território. Por isso muitos avôs muinane e uitoto fazem questão de que “o cesto das trevas foi fechado” (ECHEVERRI, 2012: 240), não queremos desatar seus gritos e dores (Manuel Zafiamá, La Chorrera, dezembro 2013). Mais exatamente, promove-se uma memória que insiste em existir como povos, que reexiste¹, um ato comunicativo que não se lamenta nem corre o risco de afeiçoar-se à derrota, é uma narração propositiva que transmite a necessidade de proteção e defesa comum. Como o expressou claramente o poeta basco Joseba Sarrionandia, “um povo não se vai parecendo ao que recorda, senão ao que vai fazendo”.

Nestas circunstâncias, a aparição contemporânea dos protagonistas da guerra colombiana no seu território ativa em retrospectiva imagens indesejáveis, a sensação de possíveis novos eventos violentos. A sua vez a guerrilha faz presença no território justificando suas ações como “obras revolucionárias” e os poderes oficiais narram e justificam sua história nomeando a ocupação armada como “defesa da pátria”, “luta contra uma ameaça terrorista”, “salvaguarda da democracia”, impondo assim modos de ver e conceber os fatos históricos nos territórios indígenas (GUHA, 2002:18). De parte dos povos do centro, as cenas do passado atroz que se encontravam em silêncio podem começar a aflorar e atualizar-se nestes momentos de ameaça e presença armada, isto cria uma disputa pelo relato histórico através da memória, na que as vozes indígenas recusam qualquer tentativa de repetição da guerra e enfatizam sua condição de população não combatente (TOBÓN, 2010). Por algo Eduardo Paaki, avô muinane, quando se dirigia a seus filhos lhes insistia “nossos antigos nunca trabalharam com exército nem com guerrilha. Nós trabalhamos a nossa maneira e sabemos como fazer as coisas, trabalhamos para nossa gente” (Diálogo com Eduardo Paki, Villa Azul, río Caquetá, 2013).

Aqui se expõe também uma disputa contra o relato histórico dominante que consegue estabelecer representações que procuram uma classe diferente de verdade nos acontecimentos das histórias da guerra (DÁS E KLEIMAN, 2000; BOLÍVAR E FLÓREZ, 2004). Portanto, não se pode descartar a intenção de entender que os fatos violentos e as

1 Re-existir no sentido utilizado por Deleuze “insistir na potencia de vida do humano”, insistir na existência (Em: Aspis Renata Lima, 2013. “Do ensino como re-existência. Estar fora e dentro ao mesmo tempo. Vigiar sem sair do lugar” Fermentario, No, 7, vol. 2. Universidad de la República, Uruguay e UNICAMP) Re-existir como práticas que ativam um cuidar de si permanente, práticas que ativam exercícios de poder e liberdade na vida cotidiana (Foucault 1991)

experiências tensas e conflituosas da história geram narrativas que são depositadas nas ações orais (STEINER, 2005:8). As narrativas locais da memória são cruciais na “construção cultural da verdade” e na construção ativa da história (FELDMAN, 1991. In STEINER 2005: 8).

Daí que qualquer aparição de fatos conflituosos, presenças armadas ou riscos de violência provoque na Gente de centro suas respostas culturais, interpondo sempre a qualquer força armada o pensamento e a palavra de coca e tabaco, “a filosofia de um machado de vida e multiplicação social” (ECHEVERRI *ibidem*), os princípios defensores da vida e o cuidado mútuo. Neste sentido as palavras de Aurelio Suárez, avô muinane da comunidade de Guacamayo em Araracuara, adquirem plena eloquência ilustrando este pensamento, que afinal de contas, manifesta-se como postura assumida ante os fatos da guerra atual:

“A força e as energias, as ferramentas, as armas, utilizam-se no trabalho, na luta contra este mato, contra os animais, mas isto têm um propósito, um plano, um objetivo, desfrutar de alimentos, de comida, degustar as frutas, a coca, o tabaco e a mandioca. O combate não é entre humanos, não é para ser violentos com outros, a violência é contra os animais e o mato, com o objetivo de viver. Nossa força está para dar alimentos, essa é uma maneira de solucionar a fome, de adoçar e de mudar a raiva no bom humor da gente” (Diálogo com Aurelio Suárez, Araracuara, río Caquetá, 2013)

A insistência na defesa da vida vem orientada por uma operação simbólica da memória que enfatiza nas oportunidades de reprodução cultural e que mitiga, por sua vez, as lembranças lastimosas, qualquer recordação que expresse derrota ou frustração. Este uso da memória que fundamenta o discurso atual sobre a defesa da vida, participa de igual modo na orientação das ações culturais e das práticas políticas de face ao conflito armado atual.

Considerações finais

Conta Klaus Ziegler (2013) que, entre as infinitas histórias anônimas da brutal guerra na avançada russa, lembra a de um soldado alemão, que em seu posto de sentinela, devia passar suas noites no alto de uma torre de vigilância. Numa noite tranquila o jovem subiu a escada. No alto, seu comandante, ao vê-lo com a cabeça desprotegida, ordenou-lhe pôr o capacete de imediato.

“Não acabava de se lhe acomodar, quando sentiu um golpe seco e surdo como se um martelo o tivesse golpeado na cabeça. Ao revisar a semiesfera de aço descobriu uma funda amassadura. O disparo tinha chegado de esguelha, e tinha embotado sobre o duro metal, sem perfurá-lo. Enterrada na madeira da estrutura achou depois uma bala de fuzil. Concluída a guerra, o soldado refez sua vida num país estrangeiro, conseguiu dinheiro, casou-se e formou uma família. Uma manhã qualquer se levantou cedo como de costume, tomou o café da manhã e depois se encerrou no banheiro. Sua esposa, ao notar que passavam os minutos e não contestava seu chamado, decidiu forçar a porta. Ao entrar encontrou-o deitado num charco de sangue: tinha-se cortado o pescoço com uma lâmina de barbear. Além do pedaço de projétil retorcido que conservou até o dia de sua morte, ninguém soube jamais que outros horrores guardava nessa cabeça que não pôde destroçar uma bala russa, mas sim as lembranças de uma guerra atroz”

Apelo a este episódio, para mostrar que quem não suporta as lembranças horrorosas de uma guerra monstruosa, quem não consegue vencer os demônios tormentosos que se alojam na memória, lhe custará demasiado restituir os motivos de sua existência e enfrentar com vitalidade os desafios que a história propõe à vida social. A Gente de centro, através de conscientes gestões simbólicas de suas memórias sobre os horrorosos massacres seringueiros, conseguiram espantar os demônios das violências antigas e empreender um perseverante trabalho de confirmação de sua existência cultural. Os povos indígenas do médio rio Caquetá compreenderam a importância de construir uma memória que se enquadra em seus princípios de multiplicação ou reprodução cultural, ñue jebuya, de palavra de vida komuiya úai. Afastada de qualquer memória miserabilista estancada nos lamentos, que trivializa a dor, despojada de impressões atormentadoras e inapagáveis (RIVERA CUSICANQUI, 2012), se trata de uma memória que defende com firmeza suas vidas e os sentidos de sua existência cultural. E são estas reflexões e tratamentos sobre suas memórias dos fatos sofridos pela crueldade antiga, que servem como instrumentos ideológicos que orientam as ações políticas atuais.

Referências Bibliográficas

ASPIS, R.L. Do ensino como re-existência. Estar fora e dentro ao mesmo tempo. Viajar sem sair do lugar Fermentario, No, 7, vol. 2. Universidad de la República, Uruguay e UNICAMP, 2013.

BOLÍVAR, I. J. y FLORES, A. La investigación sobre la Violencia: Categorías, Preguntas y Tipo de Conocimiento. Revista de Estudios Sociales-Universidad de los Andes. 17: 32-41, 2004.

BUTLER, J. Marcos de guerra. Las vidas lloradas. Paidós, Barcelona, 2010.

CASEMENT, R. The Amazon Journal of Roger Casement. Londres: Anaconda Editions, 1997.

CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. Auto 004 de 2009. Protección de derechos fundamentales de personas e indígenas desplazados por el conflicto armado en el marco de superación del estado de cosas inconstitucional declarado en sentencia T-025/04. Consultado em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/autos/2009/a004-09.htm>, 2009.

DAS, V. and KLEINMAN, A. “Introduction”. En: Remaking a World. Violence, Social Suffering and Recovery. Das, V; Kleiman A; Lock M.; Ramphel M and Reynolds P. (Eds.). University of California Press. Berkeley Los Angeles, 2001.

“Introduction”. En: Violence and Subjectivity. V. Das, A. Kleinman, M. Ramphel, P. Reynolds (Eds.), University of California Press. Berkeley, 2000.

ECHEVERRI, J. A. “Canasto de vida y canasto de las tinieblas: memoria indígena del tiempo del caucho”. In F. Correa Rubio, J.-P. Chaumeil & R. Pineda Camacho (Eds.), El aliento de la memoria: Antropología e historia en la Amazonia (pp. 471–484). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Institute Frances de Estudios Andinos (IFEA); Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), 2013.

_____. The People of the Center of the World. A Study in Culture, History, and Orality in the Colombia Amazon. Faculty and Political and Social Science of the New School for Social Research in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. New York, 1997.

FELDMAN, A. Formations of Violence. The Narrative of the Body and Political Terror in Northern Ireland. The University of Chicago Press, Chicago, 1991.

FOUCAULT, M. Las Tecnologías del Yo. Barcelona, Paidós, 1991.

GOMEZ LOPEZ, A. DOMINGUEZ, C. Nación y Etnias. Los Conflictos Territoriales en la Amazonia, 1750 – 1933. Colombia. Disloque editores, 1994.

LÍNEA BASE AMAZONAS-DOCUMENTO CONPES. Hacia un CONPES indígena amazónico. Construyendo una política pública integral para los pueblos indígenas de la Amazonia colombiana. Vol. II. Min. Interior y Justicia, ANH, FONADE, OPIAC, Universidad Nacional de Colombia sede Amazonia. Leticia-Amazonas, 2012.

PINEDA, C. R. Una venganza infinita: Hermenéutica de un relato uitoto sobre la práctica de la guerra y la legitimidad de la antropofagia. Revista de Antropología y Arqueología, Universidad de los Andes, IX (1-2): 7-49, 1997.

_____. La Casa Arana (1902-1932). Un enfoque etnohistórico del proceso extractivo del caucho en el Amazonas colombiano. Tesis de Maestría en Historia. Facultad de Humanidades, Departamento de Historia. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 1993.

_____. Historia y tradición oral en el Bajo Caquetá. El Dueño de la Metalurgia. Revista Javeriana, Tomo 98 (487): 129-136. Bogotá, 1982.

RAMIREZ, MARIA CLEMENCIA. Entre el estado y la guerrilla: Identidad y ciudadanía en el movimiento de los campesinos cocaleros del Putumayo. Conciencias – ICANH. Bogotá. COTT C., JAMES. 2000. Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos. Colección problemas de México – Ediciones Era. México D.F., 2001.

_____. La gente del hacha. Breve historia de la tecnología según una tribu Amazónica. Revista Colombiana de Antropología. Vol. 18 (1er. Semestre): 435-478. Bogotá, 1975.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Em: Revista Estudos Históricos, Vol. 2, No 3. Rio de Janeiro, 1989.

RIVERA CUSICANQUI, S. Lo indio es parte de la modernidad, no es una tradición estancada. Em: Seminario “La Cuestión de la Ideología” organizado por el Doctorado en Ciencias Sociales, Universidad de Chile.

Consultado en: <http://www.facso.uchile.cl/noticias/85824/lo-indio-es-parte-de-la-modernidad-no-es-una-tradicion-estancada>, 2012.

STEINER, C. *Memories of Violence, Narratives of History: Ethnographic Journeys in Colombia*. A dissertation (or thesis) submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Center for Latin American Studies in the graduate division of the University of California, Berkeley, 2005.

TAUSSIG, M. *Chamanismo, colonialismo y el hombre salvaje. Un estudio sobre el terror y la curación*. Grupo editorial Norma. Bogotá, 2002

TOBÓN, M. *Animalizar para distinguir. Narraciones y experiencias del conflicto político armado entre la Gente de Centro*. En: *Revista Colombiana de Antropología*. Volumen 46 (1) enero-junio, pág. 157-185, 2010.

_____. *La mejor arma es la palabra. La Gente de centro – kigipe urúki y el vivir y narrar el conflicto político armado. Medio Río Caquetá – Araracuara 1998 – 2004*. Tesis de Maestría, Universidad Nacional de Colombia - Sede Amazonia, 2008.

WHIFFEN, T. *The North-West Amazons: Notes of Some Months Spent Among Cannibal Tribes*. Londres: Constable and Co. Ltd, 1915.

ZIEGLER, K. *Niebla de guerra*. Periódico *El Espectador*. 10 de abril. Consultado no site: <http://www.elespectador.com/opinion/niebla-de-guerra-columna-415165>, 2013.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA AFIRMATIVA E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ALTO SOLIMÕES: PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

*Claudia dos Santos Lima
Ana Cassia Vieira Garcia
Ronnivon Gonçalves Gomes*

Introdução

Na última década, assistimos a um avanço significativo no campo das políticas públicas sociais para o atendimento das mazelas que afetam a sociedade brasileira e, conseqüentemente, no que se refere à ampliação das conquistas de direitos dos grupos negligenciados no decorrer da história. E, sobretudo no Estado do Amazonas em que os municípios do Alto Solimões foram contemplados com um campus universitário e programas assistenciais, a conquista é positiva quando sabemos que a região comporta tamanha riqueza de diversidade étnica e cultural. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Resolução CNE/CP nº1/2002, no que se refere às diretrizes curriculares, prevê a formação de profissionais da educação, que os capacite para atender às diversidades e necessidades educacionais especiais. O principal objetivo dessas Políticas é garantir a inclusão de pessoas em condições educacionais especiais, como aquelas com necessidades especiais. Dessa forma, o Ministério da Educação – MEC tem centralizado esforços para concretização da política inclusiva no Brasil, cujo foco principal é assegurar uma educação voltada para inclusão e respeito às diversidades culturais e sociais, garantido a defesa de direito de todos a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Por meio da Política Nacional de assistência Estudantil – PNAES, dentre outras ações sociais, busca-se a garantia não somente da inclusão dos estudantes com baixa renda, mas também a permanência e conclusão de seus cursos. Garante aos indígenas, quilombolas, negros e demais pessoas com vida socioeconômica precária a oportunidade e igualdade no acesso a universidade.

Apesar dos avanços das políticas sociais, acreditamos que ainda há muito para avançar, principalmente em capacitação de recursos humanos no Ensino Superior. Observa-se o descumprimento, principalmente da legislação assistencial e inclusiva no que se refere à garantia de acesso ao ensino nas instituições educacionais, sejam elas públicas ou privadas para as pessoas com necessidades especiais e burocratização no acesso aos programas assistenciais. A educação inclusiva e demais programas sociais constituem um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. MEC- PNE (2008. P.5).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no artigo 59 preconiza que os estabelecimentos de ensino deverão assegurar aos alunos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades”. Dessa forma, a garantia do acesso à educação, como também a permanência no ensino regular e superior é direito de todos e dever do Estado através da atuação dos entes da União. A Lei nº 7.853/1989, § 2º apresenta como objetivo a garantia dos direitos das pessoas com necessidades especiais e a efetivação de ações governamentais necessárias ao seu cumprimento, assim como as demais disposições constitucionais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade. O art. 2º da mesma lei indica que ao Poder Público e aos seus órgãos cabe assegurar às pessoas com necessidades especiais o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, entre outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Para Lima (2010), o termo inclusão não significa que devemos incluir somente as crianças, adolescentes e jovens com necessidades especiais como: Síndrome de Down, deficiência auditiva e visual, mas também as pessoas que apresentam diversas formas de dificuldades educacionais consideradas especiais à parte das dificuldades de aprendizagem já conhecidas, dentre as quais, os problemas psicossociais, socioeconômicos, culturais e étnicos raciais dentre outras limitações educacionais que merecem atenção diferenciada. Não queremos afirmar aqui que essas pessoas necessitem de atenção diferenciada porque não são capazes de aprender, muito pelo contrário, sabemos que a condição de pobreza, cor da pele dentre outras particularidades não determina capacidade e tão pouco mede a inteligência do indivíduo. O que nos referimos aqui é que a classe mais pobre da sociedade brasileira sofreu e ainda sofre todas as formas de

negligência e preconceitos, além de terem seus direitos sociais ignorados. Essa desigualdade, principalmente no acesso à educação, aprofundou ainda mais as diferenças sociais. Desta forma, a política social atual veio para reparar os erros do passado e garantir os direitos previstos desde 1988 na Constituição. Não se trata de discriminação contra esses povos como muitos pregam e sim afirmação de direitos a estes que precisam somente de oportunidades para desenvolver seu potencial. Não podemos negar que o contexto histórico produziu e reproduziu as mazelas que a população mais vulnerável enfrenta. Portanto, cabe ao Estado elaborar políticas públicas que visem à erradicação desses problemas.

Para Smith (2001, 34), os alunos com fraco rendimento escolar são vítimas da incapacidade de suas escolas (ou qualquer instituição educacional) para ajustarem-se às diferenças individuais e culturais. Quando as crianças (ou qualquer estudante) não se ajustam ao modelo posto e não rendem nos estudos, as autoridades da instituição educacional ocasionalmente consideram mais fácil culpar os alunos, ao invés de examinarem suas próprias deficiências. Desta forma, muitos alunos, sobretudo aqueles com dificuldades educacionais especiais ficam fora da escola ou universidade.

É preciso adotar uma nova postura principalmente no que se refere aos Currículos Pedagógicos para que assim, possamos avançar na consolidação da Política Nacional Inclusiva por meio de programas assistenciais na busca de melhoria para a educação não apenas no Ensino Básico, Ensino Fundamental, Ensino Médio mais principalmente no Ensino Superior nas universidades públicas e privadas. Santos (1996, 52) enfatiza que “[...] trabalhar com conteúdos padronizados, oriundos de uma visão cartesiana e mecânica do universo, é impedirmos o caminho da evolução”. Dessa forma, a metodologia deverá atender os alunos de acordo com seu modo de aprender para que consigam acompanhar a turma e assim concluir o curso capacitados para adentrar no mercado de trabalho de forma igualitária.

A política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de janeiro de 2008 tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantia do acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação dos profissionais da educação em assuntos da área de educação inclusiva; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação

intersetorial na implementação das políticas públicas.

As Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva assegura que no atendimento educacional especializado, seja preciso identificar a demanda, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. A Lei 12. 852 de 2013 assegura aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado ressaltada a importância da acessibilidade de edificações, transportes, espaços, mobiliários, equipamentos, sistemas e meios de comunicação, assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa. No art. 13, evidencia-se que as escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes. De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), o objetivo principal da PANAES é de “garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”.

Assim, a política inclusiva tem como foco os grupos vulneráveis e excluídos historicamente da sociedade, dentre os quais estão os negros, indígenas e as pessoas com necessidades educacionais especiais ou reduzidas. Acreditamos que as políticas públicas voltadas para o atendimento dessas pessoas que há séculos foram renegadas e tratadas como pessoas sem direitos, simplesmente pela cor, raça, necessidades especiais ou por pertencerem a certas etnias indígenas dentre outras, configura como um grande salto rumo à consolidação da igualdade social entre as classes. A Lei 12.852, de 2013, assegura aos estudantes negros, indígenas e alunos oriundos de escola pública o acesso ao Ensino Superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei. Aos servidores públicos, famílias e sociedade cabe tão somente cumprir e fazer valer tais direitos.

Política Nacional de Assistência Estudantil

Para Vasconcelos (2010, p.402), a Assistência Estudantil no Brasil surge juntamente com os movimentos históricos da política de Assistência Social que buscavam, além do fim do regime autoritário, a instituição de uma nova ordem social. As questões relacionadas à assistência estudantil

tinham como objetivos garantir aos alunos de famílias de baixa renda a igualdade de oportunidades, proporcionar as condições básicas, para permanência e conclusão do curso, além de contribuir para redução da evasão escolar dos alunos com situação socioeconômica vulnerável. Em 1987, o FONAPRACE e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) foram os segmentos educacionais responsáveis pelo fortalecimento dessa luta, pois defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior nos assuntos relacionados aos direitos sociais dos estudantes.

A partir do ano 2000, com a vitória do governo do Partido dos Trabalhadores – PT houve mudanças significativas no cenário da política de Assistência Social Estudantil. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS veio para regulamentar a Política de Assistência Social no Brasil, esta já assegurada na Constituição de 1988. O SUAS vem com um olhar voltado para a proteção e promoção de direitos das crianças, adolescentes, jovens e das famílias com baixa renda. É dentro da perspectiva da afirmação e de garantia de direitos da assistência social que pretendemos analisar os pontos positivos e negativos da aplicação da Política Nacional de Assistência Estudantil no Campus Universitário do Alto Solimões INC, que atualmente conta com aproximadamente 1.500 alunos matriculados.

O projeto educacional atual pauta-se na implantação e incentivo da educação a distância, na educação profissionalizante com a implantação do Programa de Ensino Profissionalizante – PEP, além de outras especificidades. Com base nesse contexto, a promulgação do PNAES de 12 de Dezembro de 2007 representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil por representar a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades para os estudantes no Ensino Superior Público (VASCONCELOS, 2010: 403).

No Estado do Amazonas, a implantação dos Campi já é realidade. Dispomos de cinco Campi Universitários no interior do Estado, cujos municípios contemplados são: Coari, Benjamin Constant, Itacoatiara, Humaitá e Parintins. O Campus de Benjamin Constant atende nove municípios da região do Alto Solimões: Tabatinga, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Amaturá, Tonantins, Jutai, Tefé e Fonte Boa. Com a implantação do Campus do Alto Solimões ocorreu a inclusão de muitos jovens na educação superior no interior do Estado do Amazonas. Porém, ainda há muito para avançar, principalmente com implantação de mais campis e a formação de recursos humanos.

Diante do exposto, o estudo teve como objetivos: identificar e descrever os pontos positivos e negativos da Política de Assistência Estudantil no Instituto de Natureza e Cultura – INC/BC, Campus do

Alto Solimões e realizar um estudo do perfil socioeconômico dos alunos contemplados pelo Programa Auxílio Moradia do INC. Assim como apontar os problemas detectados pelo Serviço Social no dia a dia como também a formação do banco de dados com perfil socioeconômico dos discentes beneficiados com a PNAES e elaboração do presente artigo.

Método

Trata-se de um estudo empírico baseado no método qualitativo com análise localizada da Política Nacional de Assistência Estudantil. Minayo et al (1999) descrevem a pesquisa qualitativa como aquela que auxilia na interpretação de questões consideradas à parte das estruturas sociais e das relações humanas. Para Dyniewicz (2006), a pesquisa qualitativa busca soluções para problemas do cotidiano, descobrindo conhecimento novo para compreensão e transformação da realidade. De acordo com Minayo (1999), a amostragem, na pesquisa qualitativa, envolve aspectos relacionados à compreensão do fato social a ser investigado, não sendo prioridade o critério numérico, assim como não há preocupação com generalizações.

Os dados foram coletados em formulários socioeconômico do arquivo do setor de Serviço Social do Instituto de Natureza e Cultura, Campus Universitário do Alto Solimões, Amazonas no período de 16 a 30 de agosto de 2014.

Participaram da pesquisa 120 alunos do INC/BC beneficiados com a PNAES na modalidade de Auxílio Moradia.

<u><i>Faixa etária</i></u>	<u><i>Quantidade</i></u>
De 17 a 20	33
De 21 a 30	68
De 31 a 40	08
De 41 a 50	10
Mais de 50 anos	01
<u><i>Gênero</i></u>	<u><i>Quantidade</i></u>
Masculino	48
Feminino	72
<u><i>Estado Civil</i></u>	<u><i>Quantidade</i></u>
Casado / União Estável	07
Solteiro	103
Não respondeu	10

<i>Cursos</i>	<i>Quantidade</i>
Pedagogia	20
Ciências Agrárias e do Ambiente	33
Administração	24
Letras	16
Ciências biológicas	18
Antropologia	09
<i>Municípios de origem</i>	<i>Quantidade</i>
São Paulo de Olivença	36
Santo Antônio do Içá	25
Tonantins	10
Tabatinga	03
Amaturá	27
Manaus	06
Jutaí	02
Roraima	01
Pernambuco	01
São Gabriel da Cachoeira	01
Comunidades indígenas tanto de Benjamin Constant como dos demais municípios	08

Tabela 1 - Fonte: Pesquisa realizada em agosto de 2014.

A tabela 1 contém os dados dos alunos beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil como o Auxílio Moradia no Instituto de Natureza e Cultura/Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Dentre os participantes, 72 são do sexo feminino e 48 masculino, a maioria se declarou solteiro, 103. A faixa etária varia de 17 a 62 anos. A maioria cursando Ciências Agrárias e do Ambiente, somando 33; Administração com 24 e Pedagogia com 20 alunos. Os municípios de origem com maior índice são: São Paulo de Olivença com 36, Amaturá com 27, seguido de Santo Antônio do Içá com 25 alunos. Destes, dois estudantes são naturais de Pernambuco e outro de Roraima. Os alunos dos municípios de Atalaia do Norte e Tabatinga não podem se beneficiar do Auxílio Moradia porque a universidade considera que o benefício é somente para os alunos que se deslocaram de outros municípios e que comprovem despesas com aluguel no município de Benjamin Constant. Desta forma, pretendem evitar que aumente a demanda para o barco. Porém, temos três alunos beneficiados

com o auxílio moradia e que moram em Tabatinga devido problema de saúde porque o município oferece melhores serviços. Outra argumentação, é que o Instituto dispõe de apenas 120 bolsas o que não é suficiente para beneficiar todos os alunos que moram de aluguel, seja qual for o município.

Assim, para se beneficiar com o auxílio moradia o aluno precisa apresentar comprovante de aluguel no município de Benjamin Constant e ainda comprovar que é oriundo de outros municípios ou comunidades indígenas dentre outras distantes de Benjamin Constant e demais municípios. Porém, os discentes dos outros municípios podem concorrer em outras modalidades de bolsas como: Bolsa Acadêmica com 262 bolsistas, Bolsa Permanência para os discentes indígenas e quilombolas com 99, Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID, Bolsas de Extensão, Bolsa Trabalho, Bolsa de Iniciação à Pesquisa, Bolsa de Atividade Curricular e Extensão dentre outras.

Percebemos a burocratização na forma em que a assistência ao estudante vem sendo prestada no Alto Solimões. Primeiro porque ao invés de resolver o problema de deslocamento dos estudantes, joga-se a culpa para os alunos. Segundo porque a universidade se propôs atender os municípios do Alto Solimões e não é o que vem acontecendo na prática. Observamos que a assistência aos estudantes se apresenta cada vez mais burocrática e seletiva, na medida em que beneficia um grupo e exclui outros, ao tempo em que tira o direito do aluno de morar onde melhor lhe convém.

Desta forma, fica evidente a fragilidade da universidade em resolver os problemas de assistência aos alunos. Acreditamos que seria prudente aumentar o quantitativo de bolsas e auxílios para atender a todos de forma igualitária, ao invés de dificultar o acesso dos alunos aos benefícios. Assim, o benefício que deveriam servir para manter os alunos na universidade até a conclusão do curso pode ser que com tanta burocratização se torne um dos fatores da evasão.

Para coleta dos dados, foi utilizado o questionário socioeconômico elaborado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PROCOMUN da UFAM, para inscrição dos candidatos à bolsa Trabalho e Auxílio Moradia.

Depois de preenchidos, os formulários foram recolhidos e analisados, prosseguiu-se com análise e contagem dos conteúdos como: idade, gênero, municípios de origem, renda e estrutura familiar, profissão e escolaridade dos pais entre outros, em seguida a criação do banco de dados com processamento no Programa Excel.

Depois de coletados, os dados foram processados no programa Excel. Em seguida, contabilizados de acordo com a categoria e expostos em tabelas. Por fim, a discussão à luz das Políticas e Programas de Assistência aos estudantes como a PNAES e a Política de Educação Inclusiva, dentre

outros.

A utilização de dados do Serviço Social da UFAM/INC é assegurada na legislação que regulamenta a profissão e nas atribuições previstas em edital quando assegura que o Assistente social deve realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados.

Resultados e discussão

Nesta seção, serão expostos os dados do perfil socioeconômico dos alunos beneficiados com o Auxílio moradia do INC/BC e das famílias.

Tabela 2 - Perfil dos alunos. (n=120)

<i>Alunos com filhos</i>	<i>Quantidade</i>
Sim	36
Não	75
Não respondeu	09
<i>Filhos por alunos</i>	<i>Quantidade</i>
Um	23
Dois	11
Gravida	01

Fonte: Pesquisa realizada em agosto de 2014.

Na tabela 2, temos o quantitativo de filhos por alunos. Dos 120 participantes, 36 confirmaram que têm filhos, sendo a maioria mulheres, destas 23 afirmaram que têm um filho e 11 com dois filhos. Durante a convivência com as alunas, detectamos que uma das maiores dificuldades que elas enfrentam, além da distância da família, é o fato de terem que deixar os filhos com os pais ou com as avós em outros municípios para poderem cursar um curso superior. Algumas já choraram no Setor de Serviço Social e são convencidas a fazer acompanhamento psicológico para suportarem o sofrimento. Infelizmente, algumas não conseguem se adaptar e retornam para seus municípios desistindo do curso. Recentemente, uma aluna desistiu porque o esposo faleceu e ela não tinha com quem deixar os filhos no seu município.

São muitas as reclamações dos discentes com relação às dificuldades enfrentadas, os problemas financeiros e familiares citados anteriormente, principalmente para aqueles oriundos de outros municípios. De acordo com os relatos de alguns alunos, percebe-se que esses estudantes enfrentam também problemas relacionados à vida acadêmica, entre os quais,

dificuldade para interpretar textos e para a apresentação de seminários. Isto é frequente entre os discentes indígenas, que relatam existir bullying dentro das salas de aulas, onde os colegas e em muitos casos, até mesmo os professores riem quando estão apresentando os seminários, tudo porque eles não dominam o português. A dificuldade é comprovada na fala de um aluno em pesquisa realizada por Lima (2010) na turma do 5º período do Curso de Pedagogia do INC.

A primeira dificuldade de aprendizagem acontece no momento que deparo com textos pelo fato de não conseguir interpretar. Outro quando o professor vem para sala com sua metodologia pronta, mesmo sabendo que não está sendo relevante continua com a mesma, o modo como ele explica que muitas vezes não entendemos.

Quatro anos depois da realização da pesquisa, percebe-se que pouca coisa mudou no INC, porque continuamos ouvindo dos alunos situações de discriminação de estudantes e por parte de professores para com os alunos. Inclusive de que eles são “burros”. Isso vai refletir na qualidade do ensino e da aprendizagem. Vê-se que o professor, que deveria incentivar, é o primeiro a contribuir para o fracasso e desistência de muitos alunos. Percebe-se que apesar de a universidade estar mais próxima desses jovens, eles ainda enfrentam dificuldades e barreiras para realizar o sonho de concluir um curso superior.

A seguir, serão listadas as principais reclamações dos alunos relacionadas ao ensino, assistência estudantil e mais aqueles detectados pelo Serviço Social que serão apontados como os pontos positivos e/ou negativos na efetivação da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e Política Nacional de Educação Inclusiva – PNAES no INC.

Tabela 3 - Pontos positivos e negativos detectados no dia a dia pelo Serviço Social do INC.

<u>Pontos Positivos</u>	<u>Pontos Negativos</u>
Interiorização universitária	Necessidade de implantação de mais campi no interior do Amazonas e ausência da casa do estudante.

Efetivação de Programas de inclusão social e educacional a nível superior (PROUNI, SISU, FIES, COTAS ETC)	Ausência de capacitação de profissionais principalmente em legislação educacional inclusiva e assistencial para atender as diversidades étnica/cultural do INC no Alto Solimões.
Presença da Pesquisa e extensão no Alto Solimões.	Ausência de Currículos Pedagógicos adequados para atender a diversidade étnico/cultural do INC no Alto Solimões. Corpo docente insuficiente.
Inclusão de grupos indígenas, ribeirinhos e pessoas com necessidades educacionais especiais do Alto Solimões na educação superior.	Ausência de acessibilidade ou acessibilidade precária para esse público e violação da Política Educacional Inclusiva. Prática do bullying e discriminação, sobretudo, aos indígenas e discentes com necessidades educacionais especiais.
Inclusão dos alunos de comunidades ribeirinhas principalmente os filhos de agricultores, pescadores no ensino superior.	Ausência Currículos Pedagógicos que ofereçam apoio para permanência e conclusão do curso para esses alunos. Falta de apoio social, sobretudo, para aqueles de comunidades distantes do município, por exemplo, oferta de transportes ou auxílio financeiro diferenciado para o deslocamento.
Apoio financeiro aos estudantes e familiares por meio das bolsas e auxílios.	Ausência de incentivo ao protagonismo das famílias de alunos com baixa renda.
Formação dos jovens para o mercado de trabalho	Ausência ou escassez de postos de trabalho nos municípios do interior do Estado do Amazonas, principalmente para os jovens que concluíram o ensino superior.

Oferecimento de bolsas e auxílios financeiros por meio do PNAES.	Burocratização e seletividade para o acesso às bolsas e auxílios e falta de equidade no processo seletivo. Atraso frequente no pagamento das bolsas e auxílios.
Incentivo material e financeiro para a prática esportiva.	Ausência de quadras esportivas nas dependências do INC/BC.
Execução dos Programas de Assistência Estudantil.	Não cumprimento da política do controle social no que se refere à democratização, deliberação e participação da comunidade acadêmica na elaboração dos editais para o processo seletivo das bolsas e auxílio moradia oferecidos pela universidade.
Instalação do Campus Universitário no município de Benjamin Constant.	Ausência de infraestrutura. Serviços públicos precários, péssima qualidade de vida para quem reside no município. Isso reflete na evasão de estudantes e servidores.

Fonte: LIMA (2014).

Observa-se na tabela 3 que, apesar das críticas, já avançamos muito no assunto educação superior no Estado do Amazonas. A expansão universitária no Brasil ganhou força com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que tem como objetivo criar condições para a ampliação, acesso e a permanência dos alunos carentes na educação superior nas Universidades Federais. Decreto 6.096/2007.

Dessa forma, a interiorização universitária possibilitou a inclusão de grupos que historicamente foram excluídos da sociedade considerada moderna. Por meio do PNAES e dos programas de assistência estudantil, que contemplam principalmente os estudantes negros, quilombolas e de baixa renda, os programas de inclusão possibilitaram a acessibilidade arquitetônica e acesso aos materiais pedagógicos para facilitar a vida dos estudantes com necessidades especiais dentre outros direitos. Porém, é preciso maior investimento em formação de recursos humanos, principalmente em assuntos relacionados à educação inclusiva no Ensino Superior, pois ainda nos deparamos com profissionais da educação superior despreparados para lidar com os discentes que apresentam necessidades educacionais especiais, sobretudo os indígenas que enfrentam situações

particulares decorrentes do contexto cultural, além da precariedade na acessibilidade arquitetônica da instituição.

Em relação à educação superior, a Política de Educação Inclusiva prevê que a transversalidade na educação especial deve efetivar-se por meio de ações que promovam o acesso, a permanência, a participação, além de ações que envolvam o planejamento, a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, comunicações e sistemas de informação, materiais didáticos e pedagógicos. Estes, por sua vez, devem ser disponibilizados já nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e extensão. Entretanto, na realidade não é o que acontece na prática dentro do INC.

Observamos a falta de comprometimento com a qualidade da educação em vários aspectos como: a violação da legislação educacional, sobretudo aquelas voltadas para garantia de direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, o não cumprimento da política do controle social no que se refere à desburocratização, democratização, deliberação e participação na elaboração dos programas sociais e editais da universidade dentre outros problemas detectados. Esses problemas devem ser discutidos no sentido de encontrarmos soluções e assim oferecer uma educação superior realmente de qualidade no INC.

Outro ponto a ser discutido é a questão do PNAES no que se refere à assistência social para os estudantes por meio das bolsas e auxílios. Observa-se na prática que não avançaremos disponibilizando apenas o benefício. Todavia, é preciso comprometimento com o pagamento regular das bolsas e auxílios e respeito aos limites de cada indivíduo. O problema é real e compromete a qualidade de vida dos estudantes bolsistas. O problema que os estudantes enfrentam devido aos constantes atrasos dos pagamentos pode ser considerado uma forma de violação dos direitos humanos já que muitos sofrem constrangimento por parte dos donos do imóvel devido os atrasos do aluguel.

Ouvimos relatos de alunos que já desistiram ou que ainda se arrastam tentando concluir seus cursos, que os mesmos não tinham ou têm como se manter no município. Muitos desses alunos recebem ou recebiam a bolsa ou auxílio moradia e mesmo com o apoio desistiram e/ou passam dificuldades. Acreditamos que isso se deva ao atraso nos pagamentos. O assunto é preocupante e merece ser discutido no sentido de repensar a política de apoio ao estudante no INC como um incentivo e não como desestímulo. Não basta somente inserir os alunos no programa, é preciso um maior comprometimento em relação à regularidade no pagamento das bolsas. Em relação ao atraso do Auxílio Moradia, a situação pode ser considerada grave porque muitos alunos pagam o aluguel com esse apoio

financeiro, e quando atrasam eles passam vexames e constrangimentos. Já ouvimos relatos de alunos que foram despejados do imóvel pelos donos, ou que o proprietário do imóvel tomou pertences dos alunos porque o aluguel atrasou. Diante dos relatos dos alunos, acreditamos que esse problema seja um dos motivos da evasão. Sabe-se que não é esse o objetivo do PNAES e sim garantir a permanência do aluno até a conclusão do seu curso:

O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, implantado em 12 de dezembro de 2008, é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica. (VASCOCELOS, 2010, p. 409).

A efetivação do PNAES no interior do Estado do Amazonas deve ser considerada uma ação fundamental no que se refere à inclusão e garantia da permanência e conclusão do curso pelos alunos carentes do município de Benjamin Constant e demais municípios do Estado do Amazonas. Há dez anos, o Estado do Amazonas contava apenas com uma Universidade estadual e uma federal com campus apenas na capital. Hoje, dispomos de cinco campi federais no interior do Estado do Amazonas, dentre os quais o de Benjamin Constant. Apesar das precariedades, pode-se afirmar que é positivo porque antes muitos jovens do interior que não tinham condições de morar na capital para cursar um curso superior, paravam seus estudos no Ensino Médio. Agora contam com um campus próximo da sua região de origem e auxílio financeiro para garantir sua manutenção. Acreditamos que a implantação de universidades num número maior de municípios do interior do Amazonas facilitará o acesso e permanência dos jovens com menor sofrimento nos cursos superiores.

Tabela 4- Grupos étnicos (n=120)

<i><u>Etnias/Descrição</u></i>	<i><u>Quantidade</u></i>
Discentes que se auto declararam indígenas	14
Ticuna	04
Kokama	07
Witoto	01
Kambebe	01
Caixana	01

Fonte: Pesquisa realizada em agosto de 2014.

Na tabela 4, temos o índice de estudantes indígenas beneficiados com o Auxílio Moradia. Não deixando de citar que nas demais bolsas de estudos, temos um quantitativo maior de estudantes indígenas, como na bolsa permanência do Ministério da Educação; que hoje beneficia 99 discentes indígenas de diversas etnias. Há, ainda, como ponto positivo o Restaurante Universitário. Estes dados podem ser considerados um dos pontos positivos do PNAES porque os Programas de apoio à permanência dos alunos na universidade, apesar de sofrerem críticas por parte daqueles que acreditam que as políticas sociais só servem como incentivo ao ócio. Não se pode deixar de reconhecer tamanha importância, tanto do PNAES como das políticas de inclusão e afirmação para facilitar não apenas o acesso, mas também a permanência destes jovens que há tempos foram excluídos dos seus direitos. Desta forma, os dados acima por mais que sejam numericamente pouco expressivos, podem, sim, ser concebidos como a concretização de direitos sociais dos jovens pertencentes destes grupos étnicos.

Como o objetivo do estudo é apontar os pontos positivos e negativos da efetivação dessas políticas no INC/UFAM, cabe então apontar que um dos problemas observados é o não cumprimento da legislação relacionada à Política de Assistência Estudantil, uma vez que o acesso aos programas sociais são burocratizados e seletivos. Outra questão é a ausência de capacitação para os profissionais da educação e principalmente para aqueles que trabalham com as políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos sociais de indígenas, quilombolas, negros e pessoas com necessidades especiais.

Vale ressaltar que a assistência social estudantil é um direito garantido no artigo 195 da Constituição Federal de 1988, que além de garantir a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, aponta uma nova concepção para a Assistência Social ao incluir na esfera da seguridade social a assistência como uma política pública, que, junto com as políticas de saúde e da previdência social, compõe o tripé do Sistema de Seguridade Social brasileira (VASCONCELOS, 2010: 403). Estes que estão sendo regulamentados 26 anos depois da Constituição Federal e 11 anos após a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Nº 8.742 de dezembro de 1993.

De acordo com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (2007), a assistência Estudantil tem como foco:

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar,

apenas, no acesso à educação superior gratuita. Tornase necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

A lei 12.852 de 2013 rege que as instituições de ensino devem incluir no currículo pedagógico temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero, violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito. Vale reforçar que esses temas são de suma importância, já que assistimos a inúmeras violações de direitos dessa população nos últimos anos, principalmente no que se refere à igualdade no acesso aos programas sociais.

Perfil socioeconômico das famílias

Tabela 5 - Estrutura familiar (n=120)

<u>Composição familiar</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Número de membros por famílias</u>	<u>Quantidade</u>
Pai e Mãe	71	De 02 a 05	65
Pai	02	De 06 a 10	49
Mãe	37	Mais de 10	06
Avos	01	-	-
Não respondeu	09	-	-

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores em agosto de 2014.

Em relação à composição das famílias, verificou-se que ainda é alto o índice de mães responsáveis pela família, ou seja, 37 das 120 famílias pesquisadas são chefiadas somente pelas mães e 71 pelo pai e mãe e há 02 em que o pai é o único responsável. De acordo com os dados do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE de 2010, o índice de famílias chefiadas por mulheres passou de 22,2% em 2000 para 37,3% em 2010. Cerca de 80% das famílias são nucleares, ou seja, casais com filhos ou monoparentais, significa que a mãe ou o pai tem outros filhos. Além disso,

18% são famílias compostas pelo núcleo e mais outros parentes.

Com relação ao número de membros, verificamos a redução de filhos pelas famílias, ou seja, 65 dos respondentes afirmaram terem até 5 membros, apesar de 49 respondentes afirmarem ter mais de seis membros na família, os dados do IBGE apontam que os nascimentos estão em baixa no Brasil nos últimos anos. Até os anos 60, as mulheres tinham em média seis filhos, hoje esse índice caiu para menos de dois. Em relação à situação pedagógica e econômica, quanto maior o salário e a escolaridade, menos filhos a brasileira tem. A média é de pouco mais de um filho para quem tem nível superior e de três para quem não concluiu o Ensino Fundamental ou não tem instrução. (IBGE, 2010). Acredita-se que isso se deva também ao programa de controle familiar do Sistema Único de Saúde – SUS, onde as mulheres recebem contraceptivos gratuitos.

Tabela 6 - Renda familiar (n-120)

<u>Rendimentos</u>	<u>Quantidade</u>
Menos de um salário mínimo	35
Entre um salário e meio	15
Um salário	52
Dois salários	15
Três salários	03
Famílias beneficiárias do Bolsa Família	54
Membros da família com necessidades especiais e/ou aposentados atendidos com o Benefício de prestação Continuada – BPC.	05

Fonte: Pesquisa realizada em agosto de 2014.

Percebemos que um dos maiores problemas que as famílias enfrentam é a baixa renda, já que os dados apontam que 35 das 120 famílias sobrevivem com um salário mínimo, 15 dessas famílias sobrevivem com

uma renda entre um salário mínimo e meio, ou seja, entre R\$ 728,00 reais e R\$ 1.098 e 52 responderam que a família possui renda de um salário mínimo. O Benefício de Prestação continuada da Assistência Social (BPC) foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993; pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008 e Decreto nº 7.617 de 17 de novembro de 2011.

De acordo com os dados, 54 famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família. Não podemos negar que o Programa Bolsa Família tenha grande importância na complementação da renda dessas famílias. Esse também pode ser considerado um dos pontos positivos, pois as crianças, adolescentes e os jovens, sobretudo aqueles cujas mães são a mantenedora do lar, estes que antes não podiam estudar, porque tinham que trabalhar para ajudar na complementação da renda da familiar, complemento este que hoje é compensado com a Bolsa Família para que as crianças, os adolescentes e jovens possam permanecer na sala de aula e também erradicar o trabalho infantil. O programa Bolsa Família foi instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Vale ressaltar que o problema do desemprego, ausência ou baixa renda não é exclusivo do município de Benjamin Constant, sendo um problema que pode ser considerado como uma das principais preocupações dos jovens. Estes certamente enfrentarão dificuldade com sua inserção no mercado de trabalho nesses municípios. Veja a fala de uma mãe em pesquisa realizada por Lima (2014, p. 47) no município de Benjamin Constant quando relata a situação da filha de 16 anos:

A vida da minha família é muito difícil, sofri muito porque minha filha tinha vergonha do meu trabalho, principalmente porque vendo pão num peneiro que levo na cabeça pelas ruas. Mas agora está melhor, depois de muita conversa que tive para tentar mostrar para minha filha que preciso fazer esse trabalho porque é o que eu sei fazer. Afinal, é da venda dos pães que eu tiro o sustento dos filhos. Hoje estou mais feliz porque ela não tem mais vergonha de mim e ainda me ajuda. Eu acho que ela sofria bullying pelos alunos por causa do meu trabalho, por isso ela tinha vergonha. Mas graças a Deus ela superou. Agora eu que tenho dó de ver minha filha acordar quatro horas da manhã para me ajudar assar os pães e vender, depois ainda vai para aula. Mas “eu não posso fazer nada porque aqui é difícil emprego e na prefeitura eles

só dão trabalho para quem é do lado deles” (Sic).

Podemos observar que a questão do trabalho informal e/ou baixa renda é um problema que muitas famílias enfrentam para criar seus filhos, além da ausência de empregos para os jovens. No entanto, esse fenômeno não é uma particularidade dos municípios do Alto Solimões. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil conseguiu diminuir sua taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos, de 19,4%, para 15,3%, em 2011. Destes, 19% não trabalhavam, nem estudavam. Os que tinham trabalho formal somavam 58%. A pesquisa aponta que em 2011 o número de jovens matriculados no Ensino Superior chegou a 35% enquanto que países como Venezuela, Argentina e Caribe juntos somavam somente 70%. No Amazonas, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) de 2012, 54,4% dos jovens na mesma faixa etária eram considerados como economicamente inativos.

Todavia, se não forem tomadas providências, os jovens que hoje estão na universidade serão os futuros pais que também enfrentarão os mesmos problemas devido à escassez de postos de trabalho nos municípios. A lei 12.852, de 2013, Estatuto da Juventude, em seu art. 14 prevê que o jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. Para responder aos objetivos da lei, é preciso pensar em políticas de promoção de postos de trabalho no interior do Estado como, por exemplo, a interiorização da Zona Franca, a criação de cooperativas com participação de jovens, dentre outros meios que fortaleçam o empreendedorismo no interior do Estado do Amazonas.

Situação pedagógica dos pais

Tabela 7- Nível de escolaridade dos pais (n-120)

<u>Descrição</u>	<u>Quantidade/ Pais</u>	<u>Mães/ Quantidade</u>
Analfabetos	07	10
Alfabetizados	02	02
Ensino fundamental incompleto	39	31
Ensino fundamental completo	10	17
Ensino médio incompleto	03	34
Ensino médio completo	20	04
Ensino superior incompleto	00	03

Ensino superior completo	04	06
Ensino técnico	00	01
Especialização/Pós-graduação	01	01
Não respondeu	34	12

Fonte: Pesquisa realizada em agosto de 2014.

A tabela 7 comporta os dados sobre a escolaridade dos pais. Verificamos que muitos pais não foram alfabetizados, sendo 10 mães em relação a 07 pais. 34 mães não concluíram o Ensino Fundamental enquanto 39 pais tiveram a mesma escolarização. Talvez esse seja um dos motivos para os baixos salários. Todavia, sabemos que antigamente o acesso à educação era mais difícil e os pais na maioria trabalhavam. Muitos ainda trabalham nas lavouras, que ficam distantes da zona urbana. Esse fator, somado ao cansaço físico da vida diária na lavoura dificulta a inserção dos pais aos Programas de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Tabela 8- Profissão/ocupação dos Pais (n-120)

<u>Descrição</u>	<u>Quantidade/ Mães</u>	<u>Quantidade/ Pais</u>
Dona de casa	17	-
Agricultor (a)	37	32
Pescador (a)	04	10
Autônomo (a)	06	07
Professor (a)	05	05
Técnica de Enfermagem	02	-
Cozinheira	01	-
Lavadeira	01	-
Aposentado (a)	09	09
Empregada doméstica	02	-
Funcionário (a) pública (a)	06	09
Auxiliar de serviços gerais	06	01
Agente Comunitária de Saúde	03	-
Merendeira	03	-
Mecânico	-	01
Desempregado	-	02

Vigia	-	03
Falecido	01	06
Não respondeu	18	35

Fonte: Pesquisa realizada em agosto de 2014.

Em relação à profissão ou ocupação dos pais, 37 dos pais e 32 mães exercem atividades agrícolas, a maioria na agricultura familiar. É prática comum neste município, onde as famílias geralmente utilizam um pedaço de terra de várzea para plantio e cultivo de alguns produtos para manutenção da família como: banana, mandioca, melancia, cheiro verde além da torra da farinha, o principal alimento dos amazonenses.

Observamos que os pais exercem variadas ocupações para garantir as obrigações familiares. Acreditamos que um dos maiores problemas dos municípios do interior do Amazonas seja a escassez de postos de trabalho. Segundo Lima (2014), um dos principais problemas dos municípios é a falta de emprego, onde os postos de trabalho são escassos e os que existem estão limitados aos serviços públicos. Como se isso não fosse o bastante, a remuneração ainda é muito baixa. Além disso, percebemos que os postos de trabalhos são usurpados pelos gestores para garantia de votos, principalmente para membros de famílias numerosas. Assim, essa escassez de empregos para os pais e os jovens faz com que a desigualdade social aumente cada vez mais nos municípios do Estado do Amazonas. Pois é sabido que esse não constitui um problema isolado, já que a falta de empregos é comum não somente nos municípios do Estado do Amazonas. Porém, percebemos que nesse Estado o problema é bem mais grave por conta de sua localização geográfica, este que aliado a outros problemas sociais como a ausência ou precarização dos serviços públicos ou má gestão das políticas públicas e dos programas sociais, estes que deveriam servir para amenizar as mazelas sociais consideradas comuns nas sociedades modernas, terminam por reforçá-las.

Considerações Finais

Com o estudo, foi possível concluir que um dos pontos positivos da Política Nacional de Assistência Estudantil e demais legislações voltadas para garantir e assegurar a inclusão e os direitos de estudantes carentes dos municípios do Alto Solimões no INC/BC é sua real implementação. Principalmente quando observamos o aumento no índice de estudantes de outros municípios do interior do Amazonas, oriundos de famílias com baixa renda cursando um curso superior nos cinco campi. Apesar de existirem os pontos negativos, o PNAES tem contribuído de forma positiva para inserção na universidade e formação dos jovens residentes em municípios

do Alto Solimões, Amazonas.

Porém, apontamos como pontos negativos na efetivação da política assistencial na UFAM/INC a burocratização e seletividade, sobretudo no que se refere aos pagamentos sociais e à ausência de um currículo pedagógico que assegure metodologias diferenciadas que atendam a todos, que respeite as pessoas com necessidades especiais e as diferenças etnoculturais existentes no INC. Estes pontos que devem ser apontados como problemas graves.

Ouvimos constantes reclamações de alunos relacionados à violação de direitos, sobretudo em assuntos relacionados à legislação inclusiva e de assistência social estudantil. Além disso, observamos o aumento da evasão de alunos bolsistas cujas justificativas são as dificuldades para apresentar seminários e interpretar textos. Isto ocorre principalmente entre os estudantes indígenas, que se queixam das dificuldades para compreender a língua portuguesa por não ser sua língua materna.

Observamos também os atrasos de pagamento das bolsas e do auxílio moradia, que prejudicam principalmente os alunos oriundos de outros municípios. Este problema pode ser apontado como o principal ponto negativo e que merece críticas no sentido de buscar melhorias para a educação superior no Instituto de Natureza e Cultura- INC. Deve-se buscar garantir o cumprimento da legislação, uma vez que garante que as Instituições educacionais devem se adequar para atender os alunos e não os alunos se adequarem às normas institucionais.

Por fim, gostaríamos de apontar que para a melhoria da educação superior, não somente no INC, é necessária a união de todos para discutir os problemas existentes. Só assim, encontraremos meios de atender não apenas aos estudantes pertencentes aos grupos que foram negligenciados historicamente, conforme a legislação, mas que oportunize a todos uma educação de qualidade sem que os estudantes precisem enfrentar problemas que comprometam sua vida acadêmica.

Dessa forma, acreditamos que seja relevante a oferta de cursos de capacitação para os profissionais da educação superior com conteúdos relacionados à garantia dos direitos sociais e humanos. Somente assim, provavelmente alcançaremos uma educação superior verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

Referências bibliográficas

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e métodos. Porto: Porto, 1991.

BRASIL, Instituto de Geografia e Estatística - IBGE Censo de 2010 e 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br> Acesso em: 04 set. 2014.

BRASIL, Instituto de Geografia e Estatística - IBGE Censo de 2012. Disponível em: < www.ibge.gov.br> Acesso em: 04 set.2014>

BRASIL, Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais. Belém, julho de 2007.

BRASIL. Senado Federal. Estatuto da Juventude Lei nº 12.852. Brasília. Agosto de 2013.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. Senado Federal. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. Janeiro. 2008. Curitiba, 15 de julho de 2006.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011. Que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 6.214 de 26 de novembro de 2011. Que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada.

BRASIL, Presidência da República Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 regulamenta o Programa Bolsa Família.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens.

BRASIL, Senado Federal. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei ne 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL, Senado Federal. Leis 12.435 de 06 de julho de 2001. Regulamenta a Assistência Social no Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. Código de Ética do Assistente Social. Coletânea de Leis- CRESS-AM/Roraima. 2. ed. Manaus: Valer, 2010.

DYNIEWICZ, A. M. Curso de Avaliação de Efetividade de Promoção à Saúde.

FOLHA, UOL. Desemprego no Brasil. Edição de domingo 16 de fevereiro de 2014 - 8:30 AM. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/01/1398955-nova-pesquisa-do-ibge-mostra-desemprego-maior-no-1-tri-de-2013.shtml>> Acesso em: 04 nov. 2014

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, C. S. Experiências com Círculos Restaurativos em uma Escola Pública no Estado do Amazonas. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) --Faculdade da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

LIMA, C. S. Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) - Faculdade de Educação da Serra – FASSE do Amazonas. Manaus: Amazonas. 2010.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. (Coleção Saúde em Debate, 46).

OIT, Organização Internacional do Trabalho. O desemprego no Brasil em 2011.

PIOVESAN, A; TEMPORINI, E. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo – Brasil. 1995.

SANTO, Ruy. Cesar do Espírito. Pedagogia da transgressão: um caminho para o autoconhecimento. Campinas SP. Papirus. 1996.

SMITH, C. Dificuldades de aprendizagem de a à z. Porto Alegre. Artmed. 2001.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <catolicaonline.com.br/revistadacatolica> Acesso em: 04 de set. 2014.

COMO VEJO A ESCOLA: CONCEPÇÕES DOS ÍNDIOS TICUNA DO ALTO SOLIMÕES – AM

Antônia Rodrigues da Silva

Introdução

A escola surgiu na vida dos índios nos primórdios da colonização do Brasil, quando a Igreja Católica, a serviço da coroa portuguesa, deu início às atividades de educação escolar que tinham como propósito levar os índios a abdicar da sua língua e da sua cultura, e adquirir a língua e a cultura dos invasores. Nesse formato, a escola contribuiu para a dizimação cultural de milhares de povos indígenas.

Como resultado das lutas e das mobilizações, estas últimas ocorridas sobretudo a partir da década de 70 do século passado, os povos indígenas, habitantes originários do Brasil, conquistaram o direito de ser cidadãos e tiveram reconhecidas suas diferenças étnica e cultural. No campo educacional, foi assegurado, do ponto de vista legal, o direito a educação escolar especificada, diferenciada, bilíngue, intercultural e de qualidade (C/F 1988; LDB – Lei 09393/1996).

Este trabalho consiste na apresentação de parte da dissertação de mestrado, resultado da pesquisa realizada junto às escolas indígenas Ticuna do município de Benjamin Constant – Alto Solimões (AM) que objetou compreender em que medida os índios Ticuna estão conseguindo transformar a escola num instrumento de afirmação étnica e cultural. O viés aqui apresentado versa sobre o sentido e o significado da educação escolar para os índios Ticuna.

Na condução deste estudo privilegiamos como metodologia a Fenomenologia (HUSSERL, 1967) como aporte teórico-metodológico que norteou este estudo por meio da abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) e a entrevista semi-estruturada (MINAYO, 1996) como o instrumento utilizado para realizar a coleta dos dados.

Com este trabalho constatamos que os índios Ticuna concebem a escola como um instrumento necessário a sua sobrevivência física e cultural e como um espaço de aquisição de outros saberes que articula-se com o seu modo de vida social e cultural, deve acontecer numa intrínseca relação com a natureza e com o estado de modo a transportá-los para um patamar de igualdade junto à sociedade.

A escola na visão dos Índios Ticuna

Entendida como uma prática humana e social, a educação faz parte das manifestações sociais desde o princípio da humanidade, ou seja, ela é inerente ao surgimento da humanidade. Concordando com as ideias de Brandão (2007), compreendemos a educação como “[...] uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam entre tantas outras invenções de sua cultura”.

Para Émile Durkheim, a educação deve ser compreendida como uma,

[...] ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (1978, 41).

Nos primórdios da humanidade, classificado pela história como era primitiva - modo de produção comunal - as pessoas educavam-se mutuamente numa relação de troca. Nas palavras de Freire (2005) ninguém educava ninguém, tampouco ninguém se educava, as pessoas se educavam em comunhão, mediatizadas pelo mundo. Na antiguidade e na idade média cujo modo de produção era respectivamente escravista e feudal, surge uma classe ociosa que vivia do trabalho alheio. É nesse quadro social que surge a escola com o propósito de ocupar o tempo livre das pessoas ociosas por meio do lazer/estudo (SAVIANI, 1997).

Antes da colonização do Brasil os povos indígenas não conheciam a educação que acontece na escola. Isso significa que a escola foi instituída/imposta para os índios na relação de contato com colonizador europeu. Esses povos foram submetidos a um processo educativo que tinham como propósito de levá-los a negar sua língua e da sua cultura, e absorver a cultura do colonizador europeu.

Ao discorrer sobre a educação escolar indígena, Grupioni destaca o seguinte:

Se, historicamente, a introdução da escola em meio indígena serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos, como a catequização, a civilização e a integração forçada dos índios à comunhão nacional, atualmente a escola ganhou um novo sentido para os povos indígenas, tornando-

se um meio de acesso a conhecimentos universais e de valorização e sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais. De algo imposto, como vimos, a educação e a criação de escolas em terras indígenas passaram a ser uma demanda dos próprios povos indígenas, interessados em adquirir conhecimentos sobre o mundo de fora das aldeias e em construir novas formas de relacionamento com a sociedade brasileira e com o mundo (2006, 58).

O desejo dos povos indígenas pela escola também foi retratado por Meliá (1979), quando em sua obra intitulada *Educação indígena e alfabetização* o autor destaca que hoje a escola é desejada pelos índios em suas próprias aldeias e ratifica da pela pesquisa junto aos índios Ticuna, porque segundo dizem, a educação escolar poderá muni-los de instrumentos indispensáveis para que eles possam conquistar a igualdade perante a sociedade e com isso, exercer a sua cidadania e melhorar as suas vidas.

Cumprе registrar que o povo Ticuna, grupo étnico mais numeroso do Brasil é, segundo a FUNAI, a maior população indígena do Amazonas, habitando 26 terras indígenas localizadas nos municípios de Tabatinga, Santo Antônio do Içá, Amaturá, Tonantins, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, bem como nos países circunvizinhos (Peru e Colômbia). Apesar da influência da mídia e o acesso às novas tecnologias, este povo tem conseguido manter, em grande parte, suas tradições culturais, assegurando sua especificidade/singularidade, a qual traduz o seu modo de existência.

De acordo com Paladino (2010), a importância que a educação escolar adquiriu para os Ticuna deve-se ao fato de ela possibilitar a aprendizagem oral e escrita do português, um instrumento valioso no contato com os “brancos”, para evitar ou ao menos atenuar as situações de exploração, preconceito e inferiorização aos que se viam submetidos no cotidiano. Ainda na concepção de Paladino,

A aspiração pela educação escolar está relacionada ao engajamento de um segmento dos Ticuna em organizações indígenas e na construção de um projeto de autonomia. Para ele, lideranças e membros das organizações Ticuna geralmente comentam que se eles aprenderam na prática certos códigos, condutas e estratégias de atuação, seus filhos devem estar preparados, mais do que eles, para os tempos modernos e para lidar com novas tecnologias, adquirindo as habilidades necessárias para elaborar e administrar projetos e ocupar os cargos que antigamente concentravam

os brancos. Assim, seu esforço tem se voltado para que os filhos consigam uma escolarização mais avançada da que eles tiveram (2010, p. 3).

Para que pudéssemos compreender e abordar a questão da educação escolar desenvolvida junto aos índios Ticuna, foi necessário incluir na discussão a questão do que é e para que serve a educação escolar. Na fala dos entrevistados nos foi possível identificar três perspectivas que traduzem o sentido da escola para os Ticuna as quais serão analisadas sucintamente neste texto.

Educação escolar: semente que brota

Os Ticuna não concebem a escola como um elemento estranho à realidade vivida por eles, pelo contrário, é percebida como uma extensão e um *continuum* da vida. Veja o que disse uma professora:

A educação escolar é como uma semente que dá uma nova vida para nossas crianças. A educação para mim é que as nossas crianças sejam uma criança crítica e desenvolvida mesmo. Que possam não ser aquela criança maltratada possa ser uma criança que sabe das coisas.

Assim como a semente que germina e gera uma nova vida, a escola para eles apresenta-se como um importante instrumento que vai proporcionar o renascer para uma nova vida. “A escola é importante porque na verdade ela é uma saída para conhecer o mundo da sociedade lá fora, através da escola a gente conhece o que existe” (CACIQUE). Em conformidade com essa visão a professora disse:

A educação é importante para que nossa criança possa ter o conhecimento como que são a sociedade, como que a gente pode viver. Estamos preocupadas que nossas crianças não seja uma criança qualquer, tem que ser igual, tem que ser desenvolvida mesmo, não tem que ser todo tempo aquele coitadinho, ‘ah aquele índio Ticuna é coitadinho’, também crescer e ser alguém na vida (PROFESSORA).

Mas eles entendem que embora uma semente tenha sido gerada a partir de um fruto saudável, ela precisa de condições para se desenvolver na sua plenitude. Do mesmo modo, a escola, dependendo das condições e do ambiente, tanto pode ajudá-los quanto pode servir para oprimi-los.

Agora os Ticuna tentam cultivar essa semente em um novo terreno, utilizando novos nutrientes que incorpore as tradições culturais que ainda existem e resgatar as que estão em vias de extinção ou até mesmo aquelas que já caíram no esquecimento. A escola precisa ser um lugar de apropriação dos conhecimentos construídos e vividos pelos povos Ticuna na e fora da aldeia.

Ao comparar a escola a uma semente, indubitavelmente, os índios Ticuna entendem que a escola é necessária e importante porque poderá proporcionar outro modo de vida diferente daquela que foi experienciada por eles em outras épocas. Por meio da educação escolar eles serão *esclarecidos* – perspectiva kantiana – porque irá colaborar para elevar a capacidade de reflexão crítica da realidade.

Educação escolar: canoa da vida

Ao fazer uma reflexão em torno do significado da educação escolar, um dos pais disse que “a escola indígena é como uma canoa que leva os Ticuna pra frente porque com a educação a gente descobre muita coisa além do que ganhamos na família. Sem a educação a gente não é nada”.

Para os Ticuna a educação escolar apresenta-se como uma “canoa da vida” que os “levará para frente” superando a condição de inferioridade em favor de uma igualdade junto aos demais grupos sociais. Para eles se não tiver educação na comunidade a sociedade Ticuna não vai conseguir se desenvolver. Caso eles não tenham uma escola a favor deles, os “brancos” vão continuar dominando e explorando os Ticuna como fizeram e, muitas vezes ainda fazem.

Para corroborar com tal entendimento, trazemos aqui a ideia de Paulo Bruno (2006, 264) que nos diz:

Ao pensarmos nos significados da afirmação “ir mais pra frente” consideramos que a aquisição dos conhecimentos escolares científicos não tem sido percebida como um processo capaz de desvalorizar os saberes indígenas. Ao contrário, a ela é atribuída a possibilidade de levar os Ticuna para um ‘patamar superior’ ou ‘mais avançado do que aquele em que imaginavam estar.

Apesar da experiência traumática e etnocêntrica que ao longo dos tempos dominou a vida escolar dos índios Ticuna, eles acreditam que a escola já começa a dar sinais de mudança uma vez que a língua

e a sua cultura já fazem parte do ambiente escolar. “Ir para frente” por meio da escola pressupõe assumir a educação escolar nos seus aspectos administrativo, financeiro e pedagógico, desenvolvendo um trabalho a partir das necessidades e reivindicações dos Ticuna e trabalhando os conteúdos necessários à melhoria das condições de vida da comunidade onde estão localizados.

Um professor disse: “Nós pensa, se a gente não estuda os brancos vão dominar, é preciso conquistar a igualdade para não ser enganado, conhecer de onde vem como surgiu, o que pensa”. Um dos pais completou a ideia enfatizando que “através da educação a sociedade da gente vai se desenvolver crescer mais, a comunidade também vai conquistando o que quer, essa parte é importante para nós”.

A escola pensada como uma canoa dá a ideia de condução para outra instância na sociedade e na relação com os “brancos”. A canoa como instrumento de transito (ir e vir) poderá operar mudanças no sentido de transportá-la para o lugar onde eles desejam chegar.

Educação escolar: Lei da vida

As leis foram criadas pelos homens para guiar a vida em sociedade. Por isso, se elas forem cumpridas, podem operar como um mecanismo importantíssimo para que cada povo viva e exerça sua cidadania. A escola enquanto um ambiente de socialização, apropriação e produção do conhecimento é vista pelos Ticuna como o caminho que possibilita libertá-los da condição de homem inferior que ainda está cristalizada no imaginário de muitas pessoas.

Conforme pensa uma mãe entrevistada “a educação escolar indígena colabora para elevar a qualidade de vida. É como se fosse uma lei que liberta da escravidão porque enquanto os Ticuna não descobre seu direito, seu dever é como se você está numa prisão”.

Ao enfatizar o sentido da escola para os Ticuna, dois professores dizem “com a posse dos conhecimentos do ‘branco’, adquiridos pelo domínio da leitura e da escrita, vai ser possível enxergar o que está a nossa volta, ler o que está escrito, para não ser mais enganado” e outro ressalta que “se não for pela escola não tem como a pessoa resgatar seu direito e seu valor porque a escola é a base principal da qual os Ticuna busca seu direito de valorização”.

Na mesma concepção ressaltou uma mãe:

Ter o conhecimento da nossa realidade de hoje, a gente precisa aprender para a gente se defender. Eu como mãe

eu converso com os meus filhos que eles têm que ir para a escola aprender a ler e escrever, saber os seus direitos para se defender e conhecer outras realidades do mundo, se a escola não existisse a gente só dependeria deles mesmos não saberia nossos direitos.

De acordo com os Ticuna a educação assim como uma lei, deve ter um sentido amplo e catalisador das reais necessidades de cada povo tomando para si a responsabilidade de intervir para melhorar em todos os aspectos as suas vidas. Tal concepção é ratificada no pensamento de Mandulão (2006), o qual enfatiza que pensar a escola indígena,

[...] é pensar a vida. Por exemplo, a temática da terra e preservação da biodiversidade está profundamente relacionada à vida, à saúde, à existência dos povos indígenas. Sem a terra, o ser “índio” é nada. A discussão na escola sobre estes assuntos é importante para que cada aluno indígena conheça os seus direitos assegurados em lei. Neste sentido, o contexto fornece as temáticas a serem estudadas nas escolas, tornando-as espaços de rituais de formação para a vida (p. 221).

Nesse novo processo a educação escolar é vista como o instrumento que possibilita elevar os índios Ticuna à condição de sujeitos de direito, de cidadãos, assegurando entre outros o direito à escola. Com as novas diretrizes, a escola segundo os Ticuna, pode proporcionar as condições para que eles possam viverem e serem reconhecidos como um povo etnicamente diferente, sem deixar de ser cidadão brasileiro. Como diz um dos professores,

O aprendizado que recebemos na escola é para aprender novas orientações para a vida. E os Ticuna atualmente desejam e reivindicam escola porque querem receber também conhecimentos para melhorar a sua sobrevivência como qualquer cidadão brasileiro.

Do que foi exposto é possível verificar que os índios Ticuna estão vivendo um período de transição entre a escola para os índios (de caráter integrador e assimilador da cultura dominante) e a escola desenvolvida com os Ticuna (onde o fazer pedagógico deve partir da cultura e a da vida deles). Para eles, este é o momento em que a educação formal deve abrir-se para incorporar os seus valores e a sua cultura, possibilitando o resgate ou construção da sua identidade.

Considerações finais

Se a educação está eivada de sentido, de conceitos, valores e finalidades que devem norteá-la, nos parece, seguindo às ideias de Luckesi que nesse processo a primeira pergunta a ser feita é a que se refere, ou melhor, qual o sentido e o valor da educação na e para a sociedade.

Verificamos no decorrer das atividades de campo uma recorrência da relação estabelecida da educação escolar com o modo de existência deste povo tanto na relação com a natureza (água, plantas), com a cultura (canoa, plantação) e com o estado brasileiro (Lei).

As falas dos sujeitos denunciam como a água influencia a vida dos índios na região Amazônica associada à canoa como um forte elemento da cultura Ticuna, percebemos a intrínseca relação com a natureza e com o modo de vida desse povo. A relação da escola com a água, concebida ainda como uma semente que brota e traz em si uma nova vida, demonstra a intensa relação dos Ticuna com a natureza.

A educação escolar comparada a uma canoa dá ideia de deslocamento, poderá transportá-los para um nível de compreensão da sua realidade social e por isso poderá igualá-los aos não índios contribuindo para que possam sair da subalternidade.

É clara a compreensão dos Ticuna acerca da relação que estes devem estabelecer com o estado por meio das leis, compreendem que vivem no estado de direito e para exercer a cidadania precisam conhecer os ordenamentos jurídicos. Indubitavelmente para eles a escola oferece as condições para se apropriarem desses códigos de conduta e assim estabelecer uma relação com o estado e com a sociedade mais equitativa.

Da resposta a essa pergunta segue-se uma compreensão da educação e do seu direcionamento. Ou se pensa e se reflete sobre o que nela se fez e se faz e assim se realiza uma ação educativa consciente; ou não se reflete criticamente e se executa uma ação pedagógica com baixo nível de consciência, a partir de uma concepção mais ou menos obscura e opaca existente na cultura vivida do dia-a-dia. Se a ação pedagógica no universo Ticuna não se processar a partir de conceitos e valores explícitos e conscientes, ela se processará, queiramos ou não, baseada em conceitos, pré-conceitos e valores que a sociedade propõe a partir de sua postura cultural.

Referências bibliográficas

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Editora Porto, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos).

BRUNO, Paulo Roberto Abreu. “*Pra frente*” com a escola: reflexões sobre a educação escolar Ticuna. In: SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FILLOUX, Jean-Claude. Émile Durkheim. Tradução de Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo. Recife - PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Mec, SECAD, 2006 (Coleção Educação para Todos; 8).

HUSSERL, E. *Investigaciones lógicas*. Tradução de M. Garcia Morente e J. Gaos. Madri: Revista de Occidente, 1967.

MANDULÃO, Fausto da Silva. *Educação na visão do professor indígena*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Mec, SECAD, 2006 (Coleção Educação para Todos; 8).

MELIÁ, Bartolomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 1996.

SAVIANI, Dermeval. *A Nova Lei da Educação LDB – Trajetória, Limites e Perspectivas*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1997.

ESCOLA EM ALDEIA TICUNA: CONSTRUINDO PROCESSOS EDUCACIONAIS NA COMUNIDADE VILA DE BETÂNIA, ALTO SOLIMÕES

Renan Albuquerque Rodrigues

Mara Francisca Silva Rubim

Vila de Betânia: cotidiano e escola

A comunidade indígena Ticuna Vila de Betânia é um distrito do município de Santo Antônio do Içá, localizado na Região Norte, Estado do Amazonas, à margem esquerda do Rio Solimões, a 888 km em linha reta da capital Manaus e 1.310 km por via fluvial. Há no município 43 comunidades rurais: 25 comunidades ribeirinhas e 18 comunidades indígenas de etnias Ticuna e Cocama.

O local onde hoje é denominado Vila de Betânia antigamente era um sítio de propriedade particular, do agricultor Manoel Franco, chamado de caroara pelos Ticuna – em função do lago existente nas terras dele. Naquela época, nos anos 1960/70, índios conviviam no município junto com não índios.

Todavia, a partir de conflitos entre eles na sede de Santo Antônio do Içá, missionários norte-americanos que então atuavam junto à prelazia local sugeriram a compra do sítio de Franco para que os tradicionais tivesse área própria e pudesse desenvolver atividades de extrativismo, coleta e agricultura familiar.

Na Vila de Betânia, com a ajuda de indígenas, os missionários construíram igreja, casas e escola. A proposta foi formar territorialidade comunal entre os tradicionais e dirimir a situação de confronto com os comunitários urbanos que viviam na sede de Santo Antônio do Içá.

Entretanto, a proposta serviu de estopim para a influência decisiva dos religiosos cristãos na cultura indígena. A Festa da Moça Nova e demais rituais foram proibidos, bem como atividades relacionadas a herança cultural material foram cerceadas entre os aldeados, que viram seus sentidos de pertencimento desfalecerem.

Saberes tradicionais dos Ticuna passaram a ser considerados satânicos e no limite da situação houve banimento de práticas culturais entre adultos e jovens adultos, além de mulheres, adolescentes e crianças.

Apenas os velhos mantiveram conhecimentos ancestrais em níveis de oralidade, o que levou a uma situação instável entre os indígenas e os missionários, ocasionando em 1986 a ocupação da Vila de Betânia por policiais federais.

O Estado entrevistou e ordenou o retorno da missão religiosa à sede de Santo Antônio do Içá. Atualmente, missionários americanos ainda vão fazer atividades espirituais na comunidade, mas são obrigados a se retirar do local em função de um acordo judicial firmado com a Polícia Federal.

Os meios de transporte da comunidade Ticuna são fluviais, principalmente. Via barcos, balieiras e canoões, utilizados para fazerem compras, visitar familiares, levar filhos para estudar na sede, vender produtos, receber salários ou participar de reuniões etc., indígenas se locomovem e estabeleceram redes de diálogo com não indígenas.

Sobre o trabalho dos tradicionais, a maioria atua nas áreas da agricultura, pesca, como funcionários de escolas indígenas, saúde étnica e comércio interfluvial, além de coleta em quintais agroflorestais de parentes na Vila de Betânia.

Após o entreviro com os missionários, hoje os Ticuna se organizam a partir da entidade *PiaSol*, cooperativa que exerce o papel de orientação e normatização do cotidiano na Vila de Betânia, salvaguardando saberes e fazeres comuns entre os aldeados que se mantiveram ali.

A busca por conhecimentos acadêmicos e/ou científicos formais, sendo assim entendidos, tem aumentado entre os Ticuna na medida natural em que se eleva a própria quantidade de pessoas na comunidade em busca de inserção em universos distintos e diferentes, o que significa que o trânsito entre rural e urbano aumentou.

O deslocamento da Vila até a sede de Santo Antônio do Içá tem apresentado alta rotatividade por conta da interação de adolescentes, jovens adultos e adultos Ticuna em meios sociais fora da aldeia.

A partir de idealização comum entre os Ticuna, acerca da necessidade de “sair para estudar fora”, pais indígenas que tem condições financeiras ou melhores contatos na cidade enviam os filhos mais cedo para aprenderem falar, ler e escrever na língua portuguesa, dado o entendimento de que o português é base essencial para o intercâmbio na sede municipal.

A partir dessa construção de entendimento, os Ticuna procuram acompanhar a evolução técnico-científica ocidental e trazê-la para dentro da comunidade, onde podem usufruir dela e compartilhar as possibilidades a partir do uso coletivo. A atitude, porém, chama atenção de não indígenas, que tendem a tecer críticas em razão das ressignificações sobre a realidade diante das transformações do mundo.

Vila de Betânia é uma comunidade Ticuna que dispõe de razoável infraestrutura no Alto Solimões, em comparativo a demais aldeamentos orientados a partir de governança estatal, os quais possuem frágil acomodação de instituições públicas, como escola, praça, posto de saúde etc.

Na Vila, há ruas asfaltadas, atendimento médico, odontológico, residências, quadra poliesportiva, campos de futebol, comércio e escolas municipais e estaduais climatizadas. Além da esfera material, a comunidade procura sempre envolver-se com seu *habitus*, mantendo relação comunal.

Acerca do dia a dia escolar na localidade – e ponderando sobre o envolvimento com *habitus* – durante a enchente a maioria dos alunos deixa de ir à escola para tomar banho no rio, para pescar e ir para a roça com os pais, fomentando envolvimento socioculturais e familiares.

A partir dessa observação, e ainda de acordo com a concepção de escola que respeita fatores culturais envolventes de indivíduos indígena, essa seria a postura mais acertada a adotar diante da realidade Tucano, acoplando modelos educacionais às trajetórias de vida das pessoas.

Por outro lado, se a escola é considerada flexiva entre os aldeados de Vila de Betânia, essa flexibilidade tende a fomentar controvérsias, tais como índice baixo em avaliações externas; dificuldades na escrita e leitura; e reprovação ou aprovação de alunos(as) sem conhecimentos básicos da língua portuguesa.

A essas questões, somam-se variáveis intervenientes relacionadas a homicídio entre jovens, consumo excessivo de psicotrópicos e de álcool. São fatores concorrentes para rendimentos escolares ruins entre estudantes de diversas idades, sobretudo considerando-se que em ambientes indígenas Ticuna a idade de 11 a 12 anos já é considerada parcialmente emancipatória.

A emancipação dá direito a jovens de manterem contato com realidades externas a saberes tradicionais, envolvendo-se muitas vezes em conflitos pessoais ou grupais, o que só gera problemas educacionais para toda a comunidade, implicando em crises em ambientes urbanos fora da aldeia.

A partir da problemática descrita, observou-se a necessidade em 2013 da implantação de um Projeto Político Pedagógico (PPP) para a escola da Vila de Betânia. A atividade foi planejada a partir de leis socioculturais e considerando-se o status das pessoas que moram no lugar.

Elaborou-se, assim, planos de cursos diferenciados e calendários escolares de acordo com as tradições Ticuna. A proposta está em análise pela Secretaria de Estado da Educação do Amazonas (Seduc), mas há expectativa positiva de profissionais da instituição escolar indígena.

Na construção do PPP, observou-se, por exemplo, que materiais didáticos utilizados por pedagogos e docentes da escola de Vila de Betânia estavam longe da realidade dos tradicionais, fazendo com que se instalasse uma série de dificuldades na compreensão de conteúdos interdisciplinares.

O panorama sugeriu a necessidade de se analisar em que medida elementos da própria cultura do povo Ticuna são ou deixam de ser inseridos em materiais didáticos e atividades escolares dessa comunidade. Elementos como figuras regionais (animais, frutas, meios de transporte), artesanatos, grafismos, rituais, músicas, contos, mitos e ritos, os quais são pressupostos que desde tempos imemoriais influenciam indígenas em sua construção enquanto pessoa.

Esses mesmos elementos, inclusive, tendem a ser retomados na atualidade após esquecimento forçado por ações de missionários na localidade, como descreveu-se no início deste artigo.

Nesse íterim de discussão, o estudo se importou em identificar fatores que envolvam problemáticas referentes à educação indígena Ticuna hoje, considerando a educação enquanto processo por meio do qual o indígena participa da sociedade urbana e adquire costumes que podem ajudá-lo na relação com não indígenas.

A interdisciplinaridade no contexto escolar indígena

A escola, por meio da interdisciplinaridade, tende a se adequar de forma significativa a valores históricos, culturais e sociais da comunidade (BAUMAN, 1925). Entretanto, procurar garantir os mecanismos de compreensão do conhecimento e poder relacioná-los ao cotidiano do aluno é pressuposto relevante no processo ensino-aprendizagem.

É a partir de um PPP diferenciado, fomentador de estratégias e possibilidades educacionais e culturais do alunado, que se iniciam atitudes para que se possam aglutinar conhecimentos a interesses históricos.

No tocante à comunidade Ticuna de Vila de Betânia, nota-se a cultura relativamente rica em elementos que podem ser inseridos em sala de aula, dando apoio seja a educandos da Educação Infantil ou mesmo do Ensino Médio, estimulando esses sujeitos na compreensão de conteúdos fundamentais.

Atualmente, existe uma série de fatores para amenizar esse problema, da inserção sociocultural nos currículos das escolas, que também é evidente em outras comunidades indígenas. Um deles é centrado no desenvolvimento de projetos e programas de educação bilíngue (português e Ticuna) pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingues (OGPTB).

A perspectiva tem por finalidade disponibilizar livros didáticos que por vezes não chegam à sala de aula, fomentando “[...] novos paradigmas para a educação de sociedades indígenas em substituição ao condenado modelo de escola como veículo de interação e assimilação linguística e cultural” (MONTE, 2000, p. 99).

Na medida em que povos tradicionais da Amazônia conduzem o cotidiano por meio de elementos culturais tender-se-ia a relacionar cultura com educação, ou seja, saberes locais a saberes científicos. Mas nem sempre o conhecimento é representado de forma a integrar saberes.

Por conta disso, o Estado precisa aglutinar conhecimentos não indígenas a indígenas, por meio de elementos socioculturais que facilitem a compreensão do mundo de acordo com a realidade local. Tanto porque o estímulo ao entendimento sobre o que o outro produz é propriamente um real ato de compreensão (ZABALA, 1998). E também por conta de um processo efetivo de alteridade, buscando reconhecer o outro enquanto agente de diálogo.

Alteridade é um conceito que ajuda a entender a noção de troca entre pessoas (AUGÉ, 1994). O propósito para o uso do termo aponta para dialogismos possíveis dentro da perspectiva interdisciplinar no espaço da escola em ambientes indígenas amazônicos. A sociabilidade dessas relações escolares, portanto, sugere a abertura de pontos de equilíbrio de tensões entre saberes indígenas e não indígenas.

A alteridade auxilia o entendimento acerca da educação interdisciplinar quando força reflexão acerca da temática mediante diferentes lugares de fala. Por meio da prática da alteridade populações urbanas podem refletir sobre o que se faz na escola indígena, pela escola indígena e a partir da escola indígena. De outro modo, comunidades tradicionais se permitem pensar sobre a vida nas urbes via ato de alteridade.

Como se almeja inferir aqui, a alteridade tende a se apresentar como fator primordial para o estabelecimento de relações de troca de saberes, sobretudo quando a questão abrange situações em que a educação escolar de base é o cerne do debate: principalmente posta a noção de que não se nasce indígena, constrói-se uma indianidade; e de igual forma não se nasce branco, constrói-se um branqueamento.

Educação ocidental em detrimento à educação Ticuna

A região amazônica requer meios didáticos apropriados para a intervenção de propostas pedagógicas de acordo com realidades encontradas em cotidianos indígenas (SILVA, 2013). Conflitos existentes entre saberes tradicionais e não tradicionais dificultam a concretização da

educação em variados aspectos, uma vez que povos étnicos tendem a ser submetidos a perspectivas curriculares e avaliações externas.

O problema neste sentido é justamente a exigência de avaliações docentes situadas fora da realidade vivenciada por indígenas. Quando observado o modo de vida de populações tradicionais da Amazônia, podem-se fazer comparações com a história social em relação a fatores que envolvem a educação da localidade direcionada.

Mas quaisquer comparações tendem a ser problemáticas considerando-se territorialidades e simbolismos próprios de mesorregiões tão díspares, tais como é o Alto Solimões em relação ao Baixo Amazonas, ou comparando-se o Alto Rio Negro ao Médio Madeira, também mesorregiões amazônicas, por exemplo (GEERTZ, 2009; MORIN, 2010).

A educação é responsável pelo desenvolvimento cognitivo do indivíduo, mas sem estruturas de saberes locais é difícil sociabilizar o educando a partir de sua realidade, proporcionando-lhe crescimento intelectual. É possível crer que a tecnologia trouxe mudanças a povos tradicionais e possibilitou-os buscar novos conceitos de vida e aprendizagem nas escolas. Mas muitas vezes seus saberes não estão relacionados na questão educacional com suas vidas, o que se configura em problema efetivo (RANAUT, 2011).

A construção interdisciplinar por meio dos elementos culturais tende possibilitar a indígenas do Alto Solimões uma relação objetiva de ensino-aprendizagem, via integração a saberes ocidentais. Todavia, comunidades indígenas encontram-se em meio a uma problemática educacional severa, cuja centralidade é a relação da sociedade indígena à não indígena (SHUTZ, 2012; SANTOS, 2002).

Considerações finais

Parece ser notório o quanto a educação indígena precisa de reordenamentos significativos em diversas regiões do país, incluindo-se a Amazônia no caso abordado. Objetiva-se possibilitar meios para que haja capacitação profissional de professores e gestores, sendo que as especificações direcionadas aos Ticuna no Alto Solimões não se apresentam diferenciadas.

É importante, porém, salientar que métodos educacionais sistematizados precisam ser analisados de forma sucinta e objetiva nesse processo, em especial no contexto da elaboração de recursos e materiais didáticos que abranjam interculturalidades, fortalecendo as vidas social e intelectual dos alunos Ticuna. Em suma, o indígena precisa ser respeitado pela sociedade educacional e não assumido por ela a partir de relações

objetais.

A justa insistência de comunidades indígenas por fortalecimento em seus propósitos – incluindo-se melhorias na qualidade de ensino e diferenciação de abordagens educacionais – é atitude por meio da qual se almejam possibilidades de amenizar controvérsias relacionadas a educadores e educandos em áreas indígenas amazônicas.

Existem similaridades e diferenças importantes de serem problematizadas no intuito de identificar diagnósticos válidos para áreas indígenas. Primeiro porque se tratam de ambientes ancestrais, com memórias vinculadas a tradicionalismos; segundo porque são sociedades complexas em sua cosmologia, sociopolítica, sexualidade e parentesco, além de demais esferas sociais; e terceiro porque, como já se indicou, deve-se presumir alteridade no trato com a pessoa indígena porque estão em jogo saberes e fazeres históricos.

Além disso, cabe enfatizar que estão postas as resoluções CNE/CEB Nº 03/1999 e CNE/CEB Nº 05/2012, do Conselho Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 de 09/01/01), as quais reafirmam diretrizes e metas específicas para a escola indígena. Dentre elas, destaca-se: i) reconhecimento administrativo da categoria escola indígena no sistema de ensino; ii) ênfase na formação de professores indígenas; iii) produção de materiais didáticos específicos; iii) reconhecimento de programas e currículos específicos; iv) adaptação do projeto escolar à realidade indígena; e v) criação de condições de autonomia e autogestão de projetos escolares.

Estão criadas, pois, condições legais, jurídicas e administrativas, inclusive com a atribuição de competências e reconhecimento de uma categoria especial no sistema de ensino, para a implantação da educação diferenciada e específica para os indígenas. A escola indígena, portanto, já é reconhecida em lei como diferenciada, específica, bilíngue e intercultural.

Mas até que ponto legislações específicas tendem a assegurar garantidas na realidade? Essa é uma questão que será respondida ao longo dos tempos, na prática, a partir de avaliações da realidade dos Ticuna do Alto Solimões, por exemplo. Essas avaliações tenderão a matrizes curriculares construídas de acordo com o Projeto Político Pedagógico de cada povo indígena.

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Le sens des autres*. Paris: Fayard, 1994.

BAUMAN, Zygmund. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MONTE, Nietta L. *Educação e Sociedade Indígenas no Brasil*, I Congresso Brasileiro de História da Educação, Rio de Janeiro, 7/11/2000.

RANAUT, Claud. *Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos*. In: PHILIPPI Jr., Arlindo et AL. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011, p. 100.

SCHUTZ, Alfredo. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfose da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2013, p. 9- 18; 177- 185.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

INTERCULTURALIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: OS AVANÇOS E ENTRAVES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TEMÁTICA INDÍGENAS NAS ESCOLAS

Lilian Marta Grisolio Mendes

Introdução

A história não é outra coisa senão uma sucessão de várias gerações, cada uma delas explorando a matéria, os capitais e as forças produtivas legadas pelas que as precederam. Isto quer dizer que, por um lado, prosseguem elas – em condições completamente distintas – a atividade precedente, enquanto que, por outro lado, modificam as circunstâncias anteriores mediante uma atividade humana totalmente diversa. (Karl Marx).

Uma escola e um ensino de história mais plurais pressupõem transformações e novas práticas pedagógicas. Uma temática essencial para este processo que vem sendo implementado, renovando a história ensinada e os currículos escolares, é a temática do ensino de cultura africana e indígena. Este texto objetiva refletir sobre questões introdutórias a cerca da importância da efetivação e continuidade de um trabalho intercultural que promova a diversidade, o respeito e o combate a todo tipo de preconceito e discriminação. Um elemento importante é remover da história indígena ensinada os estereótipos de uma cultura unívoca, atrasada, exótica, fixa e construir novas visões de sociedade mutáveis e complexas, entendendo-as como parte de um processo histórico-social.

Porém, para tal tarefa, faremos antes uma breve reflexão sobre o ensino de história africana que pode contribuir sobremaneira com nossos objetivos propostos, visto que parte do mesmo processo de ruptura e transformação com o intuito de promover o direito a igualdade. O caminho da luta pelo ensino de história afro-brasileira e dos povos indígenas se entrecruzam e fazem parte de um mesmo escopo teórico de emancipação dos povos e rompimento com tradições históricas naturalizadas pelo ensino de história. Evidentemente, levamos em conta suas especificidades.

No momento da implementação desses estudos, a questão fundamental que surgia era: por que devemos ensinar a história africana?

Para esta pergunta, poderíamos responder com outra questão: por que estudamos a história dos EUA ou do continente europeu? Civilização Greco-Romana, Feudalismo, Grandes Guerras? No entanto, a resposta reside em primeiro lugar, na visão estereotipada e preconceituosa reproduzida há décadas sobre aquele continente, tal qual sobre as nações indígenas. Além disso, é válido destacar as similitudes que aproximam nosso país daquele continente e povos, à saber, nossa proximidade climática, diversidade ambiental, cultural e religiosa, a presença cultural dos povos africanos na formação do povo brasileiro, influência das línguas, etc.

Por estas e outras razões, nos últimos anos vem sendo realizados a introdução do ensino de África e afro-brasileiros nas salas de aula, o que os especialistas nomeiam de uma ação em prol da afro-educação. Para a realização desse ensino, entendemos que é preciso uma visão ampliada e plural que parte das diversas contribuições do continente africano nas mais variadas áreas do conhecimento.

Desde 1988, a Constituição Federal trás significativa contribuição ao declarar que o Ensino de História deve levar em conta as diferentes culturas e etnias presentes na formação do povo brasileiro:

Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

§ 1º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (BRASIL, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, por sua vez ratificou a Constituição e citou especificamente as três matrizes: a indígena, a africana e a europeia. Em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trazem nos chamados Temas Transversais a questão da pluralidade cultural e em 1999, se afirma o debate sobre a inclusão da história da cultura afro-brasileira e indígenas nas escolas. Organizações não governamentais, movimentos sociais e universidades foram sujeitos ativos nesse debate e reivindicações. Todavia, somente em 2003 que foram assinados dois importantes instrumentos jurídicos que tornaram o ensino da história afro-brasileira obrigatório. A lei 10.639/03 e o decreto 4886/03 que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, que atendeu as demandas ligadas as políticas afirmativas que em síntese busca vencer preconceitos e desigualdades raciais acumuladas historicamente mediante a geração de oportunidades.

Essas leis além de apontar a necessidade da pluralidade racial em nossa sociedade, trouxeram à tona os problemas no campo educativo, que permitiram a permanência de discriminações e estereótipos nos conteúdos e materiais didáticos. Assim, escancarou a necessidade de se repensar e de se problematizar aspectos fundamentais como currículo, conceitos e metodologia.

Evidentemente que tais questões geraram uma série de controvérsias e polêmicas. Foram inúmeras alegações e contraposições, no entanto, o fato é que essas leis são fruto de um longo debate político-educacional e da atuação constante e persistente de grupos e acadêmicos que estão conseguindo mudar práticas estabelecidas há muito tempo. Estas leis representam um esforço de reparação ao tratamento de exclusão, inclusive do sistema educacional, que historicamente atenuava a valorosa contribuição dessas etnias.

Um importante material didático usado na década de 1940 pode ilustrar de forma indelével como esse processo ocorre nas salas de aula. O livro de História do Brasil do autor Orestes Rosólia, em consonância com o Decreto-lei da Educação de abril de 1942, trás um capítulo sobre a formação étnica do país. Esse capítulo nos revela a importância dos debates atuais e nos possibilita perceber as consequências daquele modelo educacional de Ensino de História.

No capítulo em questão, o autor apresenta uma descrição dos povos *brancos*, em resumo, ocidentais, cristãos e civilizados. Depois dos povos indígenas, que entre outras coisas possui um ânimo supersticioso, acreditavam no *pagé* “[...] espécie de feiticeiro detestável que era respeitado e temido pelo seu poder de malefícios e de prever o futuro [...]” (ROSÓLIA, 1948, p. 93). O autor ainda afirma que os povos indígenas não possuíam uma religião, pois “[...] não construíram templos, não possuíam sacerdotes e nem chegaram a ter uma noção abstrata de desuses aos quais tributassem culto” (Ibid., p. 92). Além disso, o autor ainda classifica os indígenas de insubmissos e defeituosos, “[...] rendia menos e nunca chegou a ser um bom agricultor” (ibid., p. 95).

Quanto aos negros a análise parte da ideia de que foram escravizados pela sua fácil submissão, além disso o autor afirma que:

[...]em geral o escravo negro era feliz no seu trabalho e na sua submissão. Os grandes engenhos, verdadeiros povoados, contendo centenas de escravos, ofereciam-lhes constantes atrativos com festas, cerimônias religiosas e sociais e com isto, entretinham o constante interesse do negro (Ibid., p. 95).

No último item do capítulo o autor apresenta dois gráficos de comparação entre a população do século XVIII e outra da década de 1940. Segundo as estimativas apresentadas os índios compunham 13,5% da população e depois apenas 2%. A mesma lógica da mestiçagem e branqueamento da população se aplicam aos negros que totalizavam 60% no primeiro gráfico e passaram para apenas 8% da população no século XX.

Articulando o ensino de história e as práticas sociais esse tipo de material auxilia na compreensão de permanências de estigmas e estereótipos ainda presentes nos dias de hoje e revela a necessidade de rompermos com essa visão equivocada da existência de uma cultura civilizada e superior.

Interculturalidade e o Ensino de História Indígena

É nesse contexto que se impõe a necessidade do uso de conceitos como da interculturalidade e da multiculturalidade nos processos de reflexão, investigação e ações educativas.

Vale aqui definir tais conceitos por vezes tomados como equivalentes. A interculturalidade pressupõe relação e interação entre as culturas, a relações entre os povos diferentes. Já a multiculturalidade parte do entendimento que nossa sociedade é composta por diversas culturas, assim pressupõe a existência e a convivência desses costumes e hábitos distintos. Dessa forma, a multiculturalidade é uma característica marcante em nossa sociedade: a miscigenação. No entanto, a interculturalidade vai além de reconhecer nossa diversidade, pressupõe que possamos nos relacionar e interagir. Conforme a autora Bianca Fraccalvieri,

O acréscimo da preposição “inter” não é somente quantitativo, mas qualitativo, e pode indicar o espaço compartilhado por uma ou mais culturas e, [...] é também reciprocidade, diálogo cultural, encontro com o outro, alteridade absoluta, cultura que traz a marca da diferença. Na verdade, este encontro com o outro não é algo de novo na Filosofia. Pelo contrário, faz parte da própria natureza, e sua vocação a interculturalidade pode ser historicamente comprovada. (FRACCALVIERI, 2008, p.23)

Nossas três matrizes para a formação do povo brasileiro possui suas especificidades. A população indígena é a única nativa, ou seja, já estavam aqui com sua cultura, costumes e organização. Os europeus são imigrantes que chegaram por vontade própria, motivados pelo contexto do desenvolvimento do seu continente. E os povos africanos, por sua

vez, também imigrantes, porém forçados e obrigados a abandonar seu continente. Os índios e africanos, portanto, apesar de suas diferenças, tiveram suas tradições e cultura atacadas e foram obrigados a se adaptar de forma trágica e violenta a novas realidades.

Isso justifica a necessidade de se reconhecer a multiculturalidade, não como um sinal de inferioridade e defeito, mas algo próprio da nossa riqueza e que contribui para a interculturalidade, ou seja, com a interação e diálogo de várias culturas. É importante ressaltar que a diversidade é um fenômeno que acompanha a história da humanidade. É próprio das sociedades humanas elementos diferenciadores. A Europa é um grande exemplo disso, apesar de certa visão equivocada de um patrimônio cultural único, é formada por diversos povos, línguas, dialetos, religiões. Uma educação que corrobore para a interculturalidade e que auxilie a conhecer, respeitar e trocar com outras culturas possibilita a todos acessar o patrimônio cultural dos povos indígenas e africano¹.

No tocante, especificamente ao tema da educação indígena ocorreu o mesmo percurso de luta, cobranças e reivindicações relatadas até aqui, porém somam-se outras importantes questões que desatacaremos a seguir.

Muitos especialistas são categóricos em afirmar que existem danos irreparáveis no caso indígena brasileiro. Em virtude do modelo educacional e de políticas públicas baseadas na ideia de uma educação civilizadora para os povos indígenas, considerados selvagens e insubmissos, ocorreu o desaparecimento de muitas línguas, consideradas atualmente como extintas, assim como inúmeras tradições.

Assim, a lei 10.645/08 é também fruto de intenso debate e atuação do movimento indígena em defesa da história, ensino e da cultura indígena. Infelizmente apesar da lei, observa-se que as escolas ainda reproduzem o hábito de discutir a história dos povos indígenas ou dos afrodescendentes somente em datas comemorativas como o dia do índio ou no dia da consciência negra. Isso, inevitavelmente, corrobora para a manutenção da visão preconceituosa e fragmentada da história dos povos repetindo os equívocos e distorções históricas. Precisamos ir além.

Conforme os pioneiros dos movimentos indígenas são na verdade cinco séculos de resistência ao contato e dominação dos povos brancos. No caso indígena, para além das mudanças e implementações no currículo oficial de ensino de história, soma-se a luta pelo direito da escola indígena de fato: diferenciada, bilíngue e intercultural. Nessa concepção rompe-se com a crença equivocada numa escola única e universal. Nessas escolas o trabalho pedagógico valoriza a oralidade e a reconstrução de memórias.

1 Para aprofundamento em relação aos conceitos de inter e multiculturalidade indicamos MCLAREN, 1997 e SILVA, 2010.

Esta escola não é isolada, ao contrário, é intercultural por que pressupõe o diálogo entre as tradições indígenas e o conhecimento científico. Diferente daquele índio estático, imóvel há 500 anos e que não pertence ao tempo presente, o movimento indígena quer se relacionar com o mundo, porém sem perder sua cultura de dinâmicas próprias de seus povos.

Era comum o ensino de história enfatizar apenas a dominação, as derrotas e extermínios, vitimando ou infantilizando os povos indígenas, concedendo um status de passividade e incapacidade, uma dominação sem resistência ou conflito².

No século XIX e início do século XX, enquanto a história crítica era forjada, o Brasil legitimava a história oficial, baseada na concepção francesa onde o centro dos estudos era a gênese da civilização, neste caso a europeia cristã ocidental. A história nomeada como tradicional ganhou força e relevância, consolidando uma metodologia rígida e determinando conteúdos. Logo a biografia de ilustres, os fatos marcantes e as datas exatas formavam a tríade que aprisionou o ensino de história por muito tempo³.

Nesse contexto foram construídas as explicações para o “Descobrimento de Brasil”, para a Independência do Brasil ou ainda para “Proclamação da República”, assim como a explicação para a escravidão e dominação dos povos indígenas, cristalizando a visão de povos inferiores e preguiçosos.

No entanto, as muitas crises da educação, os surgimentos de novas gerações de historiadores e movimentos sociais, entre outros fatores corroboraram na reelaboração e ressignificação dos nexos constitutivos da História. Os avanços conquistados, novos temas, novas fontes e olhares vêm alterando esse cenário e mostrando que o ensino de história pode cumprir outros papéis mais humano e democrático. Promover o respeito à diversidade e o combate a todo e qualquer tipo de discriminação ou exclusão é função *sine qua non* da escola e das políticas públicas.

Assim,

[...] a ausência da história indígena efetiva indígena na

2 Aqui vale citar a autora Elza Nadai que nesse sentido afirmava que “O resultante dessa abordagem reproduzida há décadas nos programas de História foi a construção de algumas abstrações, cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal” (NADAI, 1992, 150)

3 Dessa forma, conclui sobre esta questão a autora Elza Nadai: “Assim, a História, enquanto disciplina educativa ocupou nas suas origens, um lugar específico, que pode ser sintetizado nas representações que procuravam expressar as ideias de Nação e de cidadão embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da Nacionalidade brasileira” (NADAI, 1992, 142)

maioria dos livros didáticos não corresponde à presença efetiva e ativa de indígenas e afro-brasileiros na realidade histórica, presença essa que vem deixando infinitos sinais e vestígios que são fontes históricas. É possível e necessário, assim, utilizar o vasto universo de fontes (entendidas também como recursos didáticos) sobre a história desses povos para a elaboração de materiais e atividades didáticas para a prática de ensino e pesquisa de História na educação básica (COELHO; MEIRA; LIMA, 2012, 08).

Nesse sentido, uma última reflexão imperativa nesse debate, diz respeito à formação crítica dos professores de História. Concordamos que para alteração definitiva desse modelo escolar no tocante a educação plural e intercultural é a formação de professores e gestores da educação comprometidos com uma visão crítica e atuante. Para romper, por exemplo, com práticas antipedagógicas como as habitualmente vistas nas escolas, de educação infantil e de fundamental I, que no dia 19 de abril (dia do índio) fantasiam e pintam os rostos das crianças numa ação que folcloriza e cria estereótipos sobre os povos indígenas.

Desta forma, entendemos que não é papel do historiador conformar-se com o discurso oficial e sim analisar, questionar, problematizar, propor, revelar interesses para que os sujeitos possam se posicionar, redefinir a sua compreensão sobre o mundo e atuar frente à história. Sem isso a pesquisa histórica seria inútil e sem sentido.

Sendo assim, apesar de muitos historiadores colocarem em oposição às questões indígenas e a história crítica que parte do referencial teórico marxista, compreendemos alguns pontos fundamentais que podem colaborar com os avanços necessários em prol de uma luta pelos direitos dos povos indígenas. A luta dos indígenas contra a dominação dos brancos e colonizadores e a destruição de seus valores e costumes tem relação direta com a ideia de luta de classes desenvolvida por Marx. Assim como a questão da dominação não apenas econômica, mas também cultural. Dessa forma, a luta indígena é também uma luta contra a hegemonia de um discurso e projeto de poder. Apesar do contexto e algumas distorções próprias do contexto histórico, podemos citar José Carlos Mariátegui, o fundador do comunismo peruano e um dos mais influentes marxistas da América Latino. Este autor produziu inúmeros textos analisando e relacionando às questões indígenas latino-americanas com as teorias revolucionárias do marxismo. Em seu texto escrito em 1929, *“El problema de las razas em América Latina”*, ele afirma:

Só o movimento revolucionário e classista das massas indígenas exploradas poderá lhes permitir dar um sentido real à libertação de sua raça da exploração favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política. Na maioria dos casos, o problema indígena identifica-se com o problema da terra. A ignorância, o atraso e a miséria dos indígenas são apenas a consequência da sua escravidão. (MARIATEGUI, 1999, 110)

Outra importante questão é a crítica ao consumismo próprio do capitalismo. Já na chegada dos portugueses ao Brasil, o encontro entre as duas culturas e sua estranheza ficou bem clara. Para os portugueses, o índio era preguiçoso porque poderia passar o dia pescando o maior número de peixes possíveis para acumular (dentro da lógica já em curso de acumulação primitiva) e para os indígenas era difícil compreender para que pescar tanto se ele só precisava de um peixe para se alimentar.

A lógica da crítica ao consumo, fundamento básico do capitalismo formulado na teoria sobre a mercadoria em Marx, pode ser vista na crítica que os indígenas fazem sobre o consumo exagerado e na supervalorização das mercadorias em detrimento dos valores e tradições.

Segundo Walter Benjamin em “Sobre o conceito da História” (BENJAMIN, 1994) a sociedade moderna é a era do aceleração das relações tecnológicas. É este o ritmo das sociedades capitalistas que dificulta a assimilação e transmissão das experiências. O tempo de produção artesanal, própria das sociedades indígenas dava ao homem condição de narrar e transmitir suas tradições e memórias. Já o tempo do capital absorve nossas capacidades reflexivas de ouvir e guardar: tudo é efêmero e provisório. No entanto, para a cultura indígena, o tempo da produção do capital é nocivo para sua existência. A preocupação com a preservação de seus costumes, língua e tradições é real e essa luta é travada tanto no âmbito das políticas públicas e movimentos indígenas, como na luta pelo ensino da história indígena.

Conforme nos relata Ailton Krenac um dos maiores ativistas indígenas do nosso país:

[...]quem tem identidade, quem tem alteridade, ele pode sofrer todas as perseguições, pode passar por todos os becos circunstâncias da vida, mas ele não perde o rumo, por que ele sabe quem ele é, sabe de onde veio e para onde vai. Ele não vai ficar se vendendo em troca de bugiganga. E um grande trajeto da civilização moderna é que por falta de alteridade as pessoas estão vivendo por conta das bugigangas: é

consumir o próximo celular, a próxima porcaria eletrônica, o próximo carro, o próximo item tecnológico. As nossas crianças estão sendo estimuladas o tempo inteiro a essa alienação de ter objetos, de ter coisas. Então, a maioria de nós estamos forçados pela ideia de ter coisas e não de ser. (KRENAC, 2012, 128)

Nesse sentido, defendemos o ensino de História numa perspectiva crítica, pluralista e combativa, que contribua para a revisão dos currículos e métodos de ensino, construção de novas práticas e políticas no sentido de combater a exclusão, a dominação e o desaparecimento da cultura indígena.

O desafio das atuais políticas públicas e da educação é garantir a continuidade e a ampliação das ações efetuadas até aqui e garantir a existência e os direitos da educação indígena. Para tal, o ensino de história crítico é fundamental para que auxilie os não indígenas a romperem com seus preconceitos e para que desenvolvam uma visão mais plural e diversa da nossa sociedade.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. *Sobre o conceito da história*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232. (Obras escolhidas; v. 1)

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FRACCALVIERI, B. *Filosofia como lugar aberto para um diálogo entre culturas*. *Revista Filosofia Ciência & Vida*. São Paulo: v 2, n 23, p. 24-31, 2008.

KRENAC, A. *História Indígena e o eterno retorno do encontro*. In: LIMA, P. L. O. (Org.). *Fontes e Reflexões para o ensino de história indígena e afro-brasileira: uma contribuição da área de história do PIBID/FaE/UFG*, Belo Horizonte: UFG, Faculdade de Educação, 2012, p. 114-131. (Coleção PIBID Faz)

COELHO, A.; MEIRA, E.C.R.; LIMA, P. L. O. *Apresentação*. In: LIMA, P. L. O. (Org.). *Fontes e Reflexões para o ensino de história indígena e afro-brasileira: uma contribuição da área de história do PIBID/FaE/UFG*, Belo Horizonte: UFG, Faculdade de Educação, 2012, p. 4-9. (Coleção PIBID Faz)

MARIÁTEGUI, J. C. *El problema de las razas em América Latina*, In: LOWY, Michel. *O marxismo na América Latina*. Tradução Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges, 2ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 108-111.

MCLAREN, P. *Multiculturalismo Crítico*. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

NADAI, E. *Ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectivas*. In: ANPUH, *Dossiê Memória, História e Historiografia*. São Paulo: Anpuh, 1993.

ROSÓLIA, O. *História do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1948.

SILVA, L. E. *A educação étnico-racial: Reflexões sociológicas e filosóficas*. *Revista Educação*, UnG, v. 5, n. 1, p. 45-53, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/issue/view/37/showToc>> Acesso em 05 mar. 2014.

MEMÓRIA DO TRABALHO:

RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO NO ALTO JAVARI

Tharcisio Santiago Cruz

Introdução

O artigo visa uma abordagem sobre as relações sociais na região denominada de Alto Javari, na tríplice fronteira amazônica (Brasil-Peru-Colômbia). Parte das categorias trabalho e memória para construir estudo sobre trabalhadores que atuaram na região do Alto Javari¹. Tem como objetivo central a abordagem sobre a constituição destas relações. Faz-se uso do método dialético de análise com o intuito de identificar as contradições no cerne das formas de trabalho tradicional no Alto Javari.

Ressaltamos como pressuposto basilar a identificação da memória do trabalho no contexto de relações sociais edificadas na parte extrema da fronteira do Brasil com os Estados nacionais do Peru e Colômbia. Tais relações expressam condições de vida e de trabalho que permitem nos levar a percepção, a partir da contribuição teórica da sociologia, das características de tais relações de trabalho existentes na região.

O norte de nosso estudo enfoca relações de trabalho como resultante de decisões políticas anteriores, seja no período colonial ou posterior, que direcionaram as formas de ocupação da Amazônia. Trata-se neste caso de componente fundamental para a constituição e existência de relações sociais como um todo. Desse modo, o trabalho constitui-se em categoria sócio histórica, dentro de uma perspectiva da sociologia, pois permite a identificação das transformações e estabelecimento das relações sociais que ocorreram na região.

Constitui-se assim como universo de experiência desse estudo as identidades que estão centradas na memória do trabalho na região fronteiriça. A base empírica está nos município de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, por se tratar do telos de precarização nas relações de

1 Região localizada entre Brasil e Peru margeada por rio de mesmo nome e diversos afluentes brasileiros e peruanos, no Amazonas é também denominada de Vale do Javari, abriga o maior contingente populacional indígena das Américas. Representa a área cultural do Javari, vizinha a área cultural do Solimões composta pelos povos indígenas do Solimões, principalmente o povo Ticuna.

trabalho, e também por revelar a dimensão de tensões de caráter interno e externo, ou seja, os limites geográficos dos municípios e a migração diária de indivíduos peruanos e indígenas que vem trabalhar no local. O caráter precário de relações de trabalho, bem como, das relações sociais revelam vários elementos a serem discutidos, tais como: as condições de vida dos trabalhadores da orla dos municípios (agricultores, indígenas ou peruanos); a própria reificação dessas relações encontradas nessa localidade, a manifestação de estigmas e discriminação entre as categorias populacionais e de trabalhadores.

Para Raymundo Faoro (2001), a América vivenciou um processo de invenção de caráter edênico, na tradução de naturalistas, viajantes e humanistas, rompendo com a crise europeia do século XV, a Amazônia e acomodada na rota das fugas migratórias e demográficas da Europa medieval, no confronto em aristocracia e trabalhadores agrícolas e verdadeiras “hordas de vagabundos, mendigos e bandidos que vagueiam sem emprego nos campos e nas vilas” (Faoro, 122). A centralização das monarquias europeias coloca em evidência necessidades estratégicas de ocupação e exploração da América e da Amazônia.

De acordo com o IBGE (2013)² “O povoamento do município de Benjamin Constant deve ter-se iniciado nas primeiras décadas do Século XVIII. Por volta de 1750 já existia nas proximidades da foz do Javari, no Solimões, a aldeia do Javari”, população estimada de 37.564 mil habitantes, em área de 8.793,417km². Já Atalaia do Norte, “criado com a denominação de Remate de Males, pela lei estadual nº 176, de 01- 12-1938, subordinado ao município de Benjamim Constant”, população em torno de 16.000 mil habitantes, numa área de 76.351,667 km².

Os estudos e leituras que realizamos sobre a região nos mostram o modo como se formou o quadro humano-cultural do Amazonas. A Amazônia pode ser interpretada como mais uma região do planeta em que o processo de ocupação é resultado de decisões políticas na Europa medieval, o que até hoje tem significativa influência nas relações sociais, de trabalho e pensamento político.

Benjamin Constant e Atalaia do Norte, que fazem fronteira com o Peru, são muito próximos e demonstram a manifestação de rica diversidade cultural e forte influência indígena. Optamos por concentrar nosso enfoque nas relações sociais, de trabalho que envolvem esses diversos grupos humanos.

Para Marx (2004), nos Manuscritos econômico-filosóficos, o trabalho em primeiro plano media a relação entre homem e natureza, a manifestação de uma troca de caráter dialético, cujo ápice de sua

2 www.ibge.gov.br. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

contradição se faz mostrar na tentativa de domínio do homem sobre a natureza. Através do trabalho se manifesta assim a contraditória relação do homem com a natureza. O trabalho é entendido como ato de domínio em sua dimensão ontológica e subjetiva. Através do trabalho o homem se apodera da natureza externando suas forças naturais, numa modalidade concreta.

A contradição se manifesta num processo em que o homem ao transformar a natureza transforma a si próprio, quando consegue reproduzir e criar os próprios meios de existência por meio do trabalho, e isto segundo Marx, difere o homem dos outros seres vivos. “O trabalho como forma de transformação recíproca”. Esta dialética está presente na própria existência e diferenciação do homem em comparação aos demais seres vivos, é através do trabalho que o homem cria as próprias condições e meios de existência, fator este que o diferencia dos demais seres vivos. Esse processo é resultante de demorado trabalho de aprimoramento de técnicas e conhecimento de suas potencialidades humanas.

Dimensões e revelações no campo

Evidencia-se na observação sobre trabalho na região, o confronto e proximidade de um modelo de, “capital natural”, dinamizando um conjunto de forças produtivas, apontadas por Marx (1985) como, “a força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pela grande habilidade dos trabalhadores... a combinação social dos processos de produção e as condições naturais.” (MARX, 1985)

Na observação empírica identificamos a assertiva de Marx sobre “a força produtiva do trabalho útil, concreto” (MARX, 1985, 53), na constituição das relações sociais e de trabalho, não necessariamente nas fábricas e indústrias, porém no movimento entre forças produtivas e no trabalho concreto visíveis nas atividades dos trabalhadores em estudo.

Revela-se o trabalho tradicional seja: agricultura, pesca e extrativismo complementados também com a exploração de madeiras com alto valor econômico, seja, para o mercado nacional ou internacional, principalmente com negociadores da Colômbia e Peru.

Ambas as formas de trabalho se complementam, mas a atividade com madeira tornou-se lucrativa desde o século XIX e durou de forma intensa até a década de 1990, período denominado entre os moradores como o “fechamento do rio” especificamente o rio Javari, devido a delimitação das reservas indígenas dos povos do Vale do Javari³: Mayoruna, Matis,

3 De acordo com o projeto “Atividade de Educação em Saúde e orientação sociais aos indígenas do Vale do Javari” a Terra Indígena Vale do Javari, homologada por Decreto Presiden-

Marubo, Matses, Kanamary.

Este fato resultou em intensa migração dos trabalhadores e suas famílias que habitavam a região pertencente aos povos indígenas, a maioria se dividiu entre os municípios: Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga. É o que identificamos no estudo de Bráulio (2010).

Benjamin Constant, por exemplo, não manteve a extensão territorial de 88.719 km² obtida quando transformado em município no ano de 1.898, pois suas terras foram redirecionadas para a criação dos municípios de:

a) Atalaia do Norte- desmembrado em 1955, o qual adquiriu uma extensão de 76.687Km²;

b) Tabatinga- criado em 1981 e que passou a obter uma área de 3.239 Km². Antes da redistribuição o município teve duas sedes, Remate de Males e Esperança, esta foi elevada a categoria de vila e transformada em sede do município em 1928 e obteve a denominação Benjamin Constant por força do ato estadual nº 4.344 de 31 de dezembro de 1934. A sede do município de Benjamin Constant foi elevada a categoria de cidade em 31 de março 1938 pelo decreto-lei nº 68, sendo determinado pelo decreto lei nº. 97, de 04 de julho do mesmo ano, a indenização dos terrenos desapropriados em Esperança para que nele fosse instalada a sede do município.

Ambos os municípios são marcados por decisões políticas desde o período da Amazônia colonial, demonstrando o caráter impositivo da monarquia lusa sobre a vida da sociedade local, revela também recente processo de mudanças de ordem político-administrativa.

As relações sociais são assim marcadas por decisões externas, como a mudança de categoria de vila, desmembramentos e autonomia dos municípios. Estes fatores e outros, como a criação das áreas indignas interferem de forma marcante no modo de vida de suas populações, como afirma um dos trabalhadores,

cial 02/05/2001, com território de 8,5 milhões de hectares e 2.068 Km. “Conforme Programa de Proteção Etnoambiental Vale do Javari – Parceria FUNAI e CTI (Centro de Trabalho Indigenista) nos rios afluentes do Javari: Jaquirana, Curuçá, Itacoai e Ituí habitam os povos indígenas de família linguística Pano, terra de Ocupação Tradicional Indígena desde 1998. Povos: Marubo, Matis, Mayoruna, Mayá e Kulina do complexo cultural Pano. Kanamary, Djapá e Kulina-Arawá, etnias não Panos, que habitam o Vale do Javari que pertence ao município de Atalaia do Norte, onde existem 54 aldeias” (BRANCO E CRUZ, 2011)

No Alto, foi onde eu nasci e me criei, vim pra cá pra forma família, bem dizer obrigado porque a Funai começou a bagunças com o povo, não foi só comigo, foi com muitas pessoas que moravam no alto... Com oito anos de idade que eu comecei a trabalhar com o meu irmão mais velho, me lembro como hoje tava com o terçado no ombro levei uma queda e o terçado furou minha orelha...” (Sr. L.B.R, 66 anos, morador de Benjamin Constant)

“...comecei a trabalhar desde criança, estudava um pouco em casa com os pai que sabia. Minha mãe era cearense me ensinou, agora não faço mais nada não enxergo mais. Trabalhava com seringa, plantava roça e no inverno trabalhava com madeira, era com madeira mesmo...” (Sr. A.C.B. 75 anos, ex-morador do alto, vive em Atalaia do Norte)

O fala deste trabalhador revela aspectos importantes da memória em temos de trabalho, quase que remotos mas ainda vivos em sua memória. Assim também acompanhou as transformações na região e suas consequências, como a perda de seu local de nascimento, infância e trabalho e a atuação da Funai que deixou impressão muito negativa para estes.

Segundo Konder (1988) sobre a memória e história oral é importante a reflexão sobre a contribuição de Walter Benjamin, “a história, tal como os homens a fazem, não é um movimento contínuo, linear; ela é marcada por rupturas e se realiza através de lances que, em princípio, poderiam sempre ter sido diferentes” (KONDER, 1988)

A investigação sobre a memória revela diversas dimensões que o contato nos permitiu, como afirma um antigo morador da região em destaque,

“Andava pela mata carregando minha espingardazinha... Sempre meu pai dizia assim pra gente ‘o que se vê com os olhos não se pega com a Mão’, e assim nós vivemos, meu pai não teve condições de educar nos e dizia assim, ‘olha amanhã quero o serviço de fulano feito’...Ninguém nunca teve a certeza da idade da gente, eu é que joguei na sorte e falei pro tabelião” (E.S.B, 78 aos, morador do bairro Cohabam de cima)

A compreensão sobre a realidade dos homens que trabalharam nos seringais, também denominados de caboclos, é importante expor que

sua existência implica em fatores de ordem econômica, política, histórica e antropológica, visto que nesse entrelaçamento o elemento nordestino tem importante participação no processo de configuração sociocultural amazônica, nos traços físicos que se configuram até os dias de hoje, que ressaltam a mistura, e nos aspectos psicológicos que nos mostram o tipo de composição neste amálgama.

Tomando como parâmetro os estudos sobre o homem da Amazônia, em enfoque o caboclo e sua identidade étnica, este foi inserido dentro de uma origem de inferioridade. Esta foi imposta e assimilada. Há a contribuição de Eduardo Galvão (1976) e suas pesquisas sobre a constituição do caboclo e influências do meio ambiente, a natureza e o esforço do homem para adaptar-se a esse meio. Eduardo Galvão distingue a formação do caboclo destacando fatores étnicos e condicionantes de ordem econômica da sociedade nacional, o caboclo dentro da constituição e caracteres relevantes, “Como produto da miscigenação do índio com o branco” (GALVÃO, 1976)

Percebemos assim a constituição de um quadro de visível precariedade de trabalhadores tradicionais e das relações sociais nos municípios, fato que se constata nos demais municípios do Alto – Solimões, que podem ser explicadas, com o conhecimento da memória do trabalho e de como estas se constituíram. Trata-se da constituição de um modelo de relações políticas, pautadas no quase total desconhecimento dos elementos mínimos dos tramites político- institucionais, como: o voto, a participação, o papel dos partidos devido a herança das relações políticas coronelistas que se constituíram ainda no apogeu dos ciclos da Borracha. Estes modelos que se cristalizaram no que podemos definir como coronelismo moderno.

As relações de trabalho e políticas são elementos de uma realidade concreta, manifestação social latente nestes municípios como em outras partes do mundo. A intenção aqui é mostrar o quadro social mais amplo a ser pesquisado, na busca de apreender e analisar os grupos sociais em questão e consequentemente a reflexão sobre seu modo de ser, já que a memória possibilita adentrar no cerne da compreensão das relações sociais existentes.

Considerações temporárias

As entrevistas foram essenciais para a percepção da memória dos trabalhadores, principalmente os mais velhos e o relato de suas vivências em momentos significativos das condições e formas de trabalho anteriores e atuais, como a atuação destes nas florestas e sítios no denominado Alto Javari, antes da demarcação das terras indígenas. As entrevistas foram importantes no sentido de identificar momentos em se afirmaram

estratégias, discursos e modelos políticos que foram fundamentais para a consolidação de relações políticas atuais. Como preconiza a teoria dialética, o contato e convívio com as pessoas, em meio às contradições de uma realidade concreta, possibilita o compartilhamento das experiências vividas pelos atores. A vivência do contexto social dos municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte incorpora as experiências acerca das condições, formas, relações de trabalho e políticas, e a própria compreensão do universo dessas relações.

A base teórica da dialética a qual recorreremos, através da base epistêmica de Engels (1979) é a possibilidade de identificarmos as contradições neste universo do trabalho. A própria concepção de Práxis de Vasquez (2001) e como esta é perceptível na concepção de trabalho e existência dos atores em questão.

Observando as experiências desse contexto social de trabalhadores que constituem o grupo social que possui as experiências que podem tornar possível conceber o texto construído a partir de suas memórias e relatos e com isso a interpretação das relações de trabalho e políticas em questão. A constituição de relações sociais e políticas apontadas podem ser explicadas pela identificação da relação do estado brasileiro para com determinadas regiões brasileiras, neste caso a Amazônia e a mesorregião do Alto Solimões.

Referências bibliográficas

BRAULIO, O. As Representações sociais de trabalho e educação em comunidades ribeirinhas. Dissertação de Mestrado. Manaus: Faced/UFAM, 2010.

CRUZ, T. S.; OLIMPIO, I. Projeto de Extensão Universitária. Atividade de Educação em Saúde e orientação social aos indígenas do Vale do Javari. UFAM, 2011.

FAORO, R. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo, Globo, 2001.

ENGELS, F. A dialética da natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALVÃO, E. Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, baixo Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

KONDER, L. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____. A ideologia Alemã. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. Manuscritos econômico- filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. O Capital: crítica de economia política. Vol. 1. Livro primeiro. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013.

QUANDO HAITI TAMBÉM É AMAZÔNIA:

CORPO, CULTURA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Adailton da Silva

Introdução: Corpo como dado, humano como espécie.¹

Embora o avassalamento político, a perda da autonomia cultural ou mesmo a escravização não sejam, de maneira nenhuma, problemas particularmente *raciais*, eles se tornaram *concretamente raciais*, e portanto, consubstanciais à condição do ‘negro’ como *negro* a partir do momento em que uma visão *especificamente racista* presidiu esses acontecimentos. Isso ocorreu, concretamente, com os grandes “tráficos negreiros” árabes e europeus do século VIII ao XVIII e se agravou, singularmente, com a mundialização da hegemonia ocidental a partir do século XVI. (MOORE, 2010:8)

Neste texto será proposta uma abordagem da crítica cultural e das questões ambientais para analisar o fenômeno dos refugiados climáticos vindos do Haiti para a Amazônia brasileira. O recorte temporal levará em consideração o processo resultante da ocupação de descendentes de africanos nas Américas e no Caribe desde o início do tráfico transatlântico de escravos. A perspectiva analítica destacará a importância de focar o *corpo* para melhor compreender mudanças ambientais e configurações culturais.

No campo das ciências sociais ocorre significativo esforço, principalmente a partir das questões ambientais (LATOUR, 2004; LAMMEL, 2008) e das descobertas biotecnológicas (SANTOS, 2012) mais recentes, de buscar redefinir a relação entre natureza e cultura. Para Hall o objeto mesmo das Ciências Sociais estaria definido como “distinto daquele que é parte da programação biológica ou instintiva” (HALL, 1997:1).

Digladiam em busca de superação duas faces da mesma questão². Em uma perspectiva biologizante, as respostas estabelecidas por meio da cultura nas mais diversas sociedades seriam o resultado da busca de

1 Agradeço as críticas e sugestões feitas a este texto por Rita Martins e Michel Justamand.

2 Luiz de Castro Faria (2006) fez notar como no caso brasileiro uma Antropologia se partiu em duas Ciências neste debate.

autopreservação da informação contida no material genético em sua interação com o ambiente circundante. Todos os artefatos culturais humanos encontrariam paralelo nas estratégias adotadas por outras espécies, sendo o comportamento humano, em sua regra geral, orientado por processos químicos e metabólicos capazes de incutir a ilusão de um aparato mental produzido muito mais instintiva e individualmente do que racional e coletivamente (MORRIS, 1993). Esta clivagem é, em alguma medida, anti-humanista, de “restrição” e “determinismo” sociais, no sentido que propõe Ortner (2007), ainda que carregue pretensões atemporais e universalistas.

As formas de interação dos indivíduos da espécie humana com o meio ambiente estabeleceriam o modelo explicativo preponderante para melhor compreender as relações entre as populações da espécie neste caso. Luta por território, competição por bens escassos, associação para proteção contra perigos externos, aprimoramento técnico para maior domínio dos recursos naturais, corrida para satisfação das necessidades, enfim, o trabalho exaustivo de genes egoístas (DAWKINS, 1979)

Entende-se aqui a unidade da espécie humana como patrimônio adquirido (biológico) e como projeto em construção (social). Leve-se em conta que este projeto é recente do ponto de vista da história da espécie humana sobre o planeta, e também que têm tido sérios empecilhos em sua execução programática. Defensores do Humanismo como perspectiva ideológica por vezes esforçam-se para esquecer o fato de que há grupos humanos, como os indígenas isolados³ ou em situação de isolamento da região amazônica, que não parecem estar interessados em compartilhar do projeto social de Humanidade. Aparentam preferir conviver em íntima relação com outras espécies da flora e fauna amazônica do que com outros grupos humanos. Infelizmente para eles, estão condenados a coabitar o mesmo planeta que os outros humanos.

Se levado em consideração somente o que os humanos fizeram e fazem aos outros seres que coabitam este planeta, podem-se entender as perspectivas do *homo sapiens* em relação aos membros de sua espécie, suas lógicas culturais particulares ou pretensamente universais?

Outra perspectiva subordina a existência mesma da realidade, em termos de meio ambiente, às possíveis formulações estabelecidas dentro do universo da cultura para dar sentido ao que é alheio à humanidade enquanto espécie, às populações enquanto grupo, e aos indivíduos enquanto universos imaginativos. O discurso constrói a realidade ao ser a única forma de acesso a esta. O pensamento lógico e as operações fundamentadas na racionalidade das comunidades é que permitem formular qualquer compreensão sobre o modo como os seres humanos se relacionam entre si e com os não-

3 Além da floresta amazônica, a floresta equatorial da Nova Guiné é a outra região do planeta onde há significativa concentração de povos isolados ou em situação de isolamento.

humanos. As formas de interação entre seres humanos em cada grupo ou sociedade estabeleceriam assim o modelo explicativo preponderante para melhor compreender as relações singulares de cada população humana com o seu meio ambiente. A condição humana estaria definida pela sua característica de “criatura cultural” (ORTNER, 2007:389). Esta abordagem permitiria distinguir uma “liberdade” propriamente humana, incluindo aí a possibilidade de reconhecimento da importância do sujeito enquanto elemento criativo e diferenciado. Por esta mesma razão estaria sujeita às condicionalidades específicas no tempo e no espaço que dificultam tanto comparações quanto generalizações (GEERTZ, 2001).

Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros (HALL, 1997:2).

Se levado em consideração somente o que os humanos fizeram e fazem uns com os outros, membros da mesma espécie, com base em suas lógicas culturais particulares ou pretensamente universais, se pode entender as perspectivas do *homo sapiens* frente aos outros seres vivos que coabitam este planeta?⁴

Em ambos os traços da encruzilhada não se reconhece o corpo como parte do caminho. Hall, por exemplo, refuta a acusação de que um idealismo cultural teria substituído o materialismo na geração de intelectuais influenciados pela virada cultural. Propõe então uma articulação entre “política”, “economia” e “cultura”, mas permanece desconsiderando a questão biológica ou ambiental na análise (HALL, 1997:14). Não é considerada a plataforma em que estímulos se traduzem em pensamentos, ou o mecanismo através do qual os pensamentos são emanados e transformados em interações com o meio ambiente. O antropocentrismo mostra-se parente, consanguíneo e por aliança, do etnocentrismo.

Em uma assertiva, seguir é o que o caminho prescreve. Em outra perspectiva o caminho só existe porque assim foi nomeado, ligando dois pontos no espaço com uma direção.

Os objetos certamente existem também fora destes sistemas de significação[...]; os objetos certamente existem, mas eles

4 “[...]esse fenômeno que se chama correntemente de ‘subjetividade’ contemporânea – uma derivação direta [...] da individualidade moderna” (RODRIGUES, 1999:15).

não podem ser definidos como “pedras”, ou como qualquer outra coisa, a não ser que haja uma linguagem ou sistema de significação capaz de classificá-los dessa forma, dando-lhes um sentido[...]. Isso manteve aberto um fosso entre a *existência* e o *significado* de um objeto. O significado surge, não das coisas em si — a ‘realidade’ — mas a partir dos jogos da linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas. O que consideramos fatos naturais são, portanto, também fenômenos discursivos (HALL, 1997:10).

Todavia a humanidade faz parte do cenário em que a encruzilhada se manifesta, para os humanos e outros seres da natureza – seja como obstáculo ou atalho. Nossa capacidade de reconhecer o que somos e o que não somos se desenvolveu ao longo de muitos ciclos de convivência e interação com o meio ambiente. O corpo foi este lugar e caminho, veículo e mensagem em que o aprendizado se deu. E é ele mesmo o corpo (ou quase 7 bilhões de corpos), em seus modos de estar no mundo, resultado desta interação com o meio ambiente. É ainda através dele que podemos produzir outras interações que permitem aprender e ensinar, criar e ser criado, caminhar e ser caminho.

Retomando o debate com Stuart Hall, sua argumentação aposta em um exemplo comparativo bastante ilustrativo, extraído do trabalho de Karl Marx:

[...] o pior dos arquitetos era mais inteligente do que a melhor das abelhas, visto que o primeiro teve de construir conceitualmente o *modelo* em sua mente, antes que pudesse construí-lo, enquanto as abelhas diligentes, guiadas pelo instinto, conseguiriam apenas construir de forma limitada (HALL, 1997: 11).

Neste exemplo, o autor simplifica a comparação desconsiderando a variedade das abelhas, sua antiguidade como espécie (120 milhões de anos), sua contribuição para o meio ambiente, a interação com outras espécies, e a sua adaptabilidade criativa. A comparação que destaca diferentes potencialidades e limitações talvez fosse mais eficaz se focasse sua atenção no corpo, característica que distingue sem necessariamente hierarquizar humanos e abelhas. Esta referência daria uma noção mais segura do porquê, por exemplo, as abelhas possuem corpos capazes de voar e os humanos produzem máquinas enormes para imitar (de forma severamente limitada) esta forma de utilização do meio ambiente. Além, é claro, de poder levar em conta os prejuízos e vantagens da convivência

entre humanos e abelhas, para ambos (SERRES,1990).

O Homo Sapiens ampliou exponencialmente sua possibilidade de reprodução, disseminação e interferência no meio ambiente desde seu surgimento há mais de 100 mil anos. Mas este processo também alterou o que significa ser um exemplar da espécie humana neste mundo, a relação desta espécie com inúmeras espécies vivas ou extintas, e a relação entre os diversos grupos e populações humanas.

Os variados corpos humanos e suas formas de interação com o meio ambiente foram catalogados pelos sistemas culturais em uma miríade de índices classificatórios, e alguns destes basearam as hierarquizações de poder no mundo das pessoas. Sociedades, culturas e populações vêm sendo, há muito, oprimidas ou suprimidas em sua existência conquanto tenham maior reciprocidade e menor nível de intervenção em sua relação com seu espaço ecológico.

As sociedades e culturas tradicionais, em suas lógicas vivenciadas (e não apenas imaginadas) que minimizam o impacto ambiental em sua reprodução social e biológica, são tratadas como parte dos recursos naturais a serem investidos de mais-valia no mundo das pessoas. Corpos taxados como improdutivos, obstáculos ao modelo de desenvolvimento exploratório por um lado, e/ou mão-de-obra barata para projetos internacionais de desenvolvimento sustentável inclusive em uma nova/velha visão hipócrita e salvacionista em outro extremo. Se a presença de certos corpos humanos, definidos em termos de população, não altera satisfatoriamente o ambiente em uma direção economicamente imposta, seus corpos e o ambiente que ocupam sofrem a pressão para a mudança exercida pela ação de outra população, com outra relação com o ecossistema. O corpo recebe e retoma sua condição de dado relevante, por aquilo que faz no ambiente, assim como pelo modo como é feito pelo ambiente. Conforme observa Echeverri (2009) em suas análises sobre o impacto das mudanças climáticas sobre as populações indígenas da Amazônia colombiana:

Los infantes e niños son el grupo más vulnerable a enfermedades virales. También, la disminución en la disponibilidad de proteína y las fallas en las cosechas afectan directamente el crecimiento y desarrollo sano de los segmentos más jóvenes de la sociedad (ECHEVERRI, 2009:153).

O corpo ainda informa em si ao sistema cultural quais características são tomadas como relevantes para a vivência como pessoa entre humanos, mesmo em tempos de globalização liberal.

O executivo de classe média, de meia-idade, que perdeu a ‘perspectiva de carreira’ é cada vez mais um fenômeno de nossos tempos — mesmo que esteja atingindo níveis mais altos de remuneração. Algumas mulheres podem ter maior capacidade de sobrevivência — mas geralmente a níveis mais baixos de remuneração, treinamento, seguro-emprego e perspectivas — do que a maioria dos homens. Os negros ainda têm o dobro da taxa de desemprego dos brancos (HALL, 1997: 5). [Grifos do autor]

Idade, sexo⁵ e cor da pele, características definidas a partir do corpo e tomadas de significado distintivo pela cultura, são alguns dos muitos exemplos de correlação articulada entre a informação biológica e a dimensão simbólica humanamente atribuída.

Diferentes populações, referenciadas a partir de certas relações bioecológicas, vão ocupar lugares desiguais na construção do projeto de uma humanidade harmoniosamente integrada. Populações que ocupam um lugar importante no processo de exploração dos recursos naturais que sustenta o sistema econômico, que contemporaneamente ainda conformam insumo esgotável no mercado global, têm sua capacidade produtiva e reprodutiva resguardada pelos interesses de mercado⁶. Já as populações que possam representar de algum modo entrave aos projetos de desenvolvimento econômico tendem a ser substituídas ou aniquiladas.

A exploração insustentável dos ambientes naturais se constituiu na esteira da subordinação dos corpos colonizados por corpos colonizadores. A desigualdade predatória e destrutiva entre seres humanos é o que sustenta a vulnerabilidade continuada e crescente de pessoas e ambientes ao redor do globo?

A escravidão atlântica para exploração dos corpos e do ambiente

El concepto de cultura y cómo entender su relación con la adaptación es en sí un campo controvertido [...] Sin embargo no se puede esperar una división nítida de las culturas, cada una asociada a una cierta población humana, como si estas fueran estructuras independientes, ya que, en un contexto globalizado, los grupos humanos están cada vez más

5 Ulloa (2011) também vai destacar as diferenças nas percepções de homens e mulheres indígenas sobre as mudanças climáticas.

6 Esta diferença no tratamento entre populações de acordo com sua importância no sistema produtivo é apontada por Taddei & Gamboggi (2010) ao analisar as distintas respostas para a seca que atingiu a Amazônia, o Nordeste e a Região Sul do Brasil.

interrelacionados. Por lo tanto, no se puede suponer que sea posible llegar a la adaptación por una simple evaluación de ‘recursos culturales’, disponibles para este fin según la sociedad en cuestión. Mas bien, dentro del marco cultural de cada sociedad, hay que sacar a la luz los factores cruciales que puedan restringir o apoyar a la acción a favor de la adaptación (HEYD, 2011:18).

Há diferentes perspectivas para a análise dos desdobramentos da escravidão de africanos e descendentes nas Américas e no Caribe. Neste campo, as dimensões mais profundamente investigadas vêm destacando, em um intenso debate, os aspectos cultural, político e econômico das sociedades que se constituíram com a diáspora negra.

Com a crise ética e epistemológica de algumas das formulações marcadamente racistas nas ciências sociais após a Segunda Grande Guerra, as proposições que destacavam elementos explicativos para a condição dos afrodescendentes, levando em conta o impacto do meio ambiente em suas vidas tornaram-se pouco consideradas.

Para o tema aqui tratado, é necessário considerar que há uma forte correlação entre os recursos ambientais disponíveis no planeta e o fator humano em seu percurso como espécie. Na busca por uma melhor compreensão desta correlação, será analisada neste trabalho a situação dos migrantes haitianos, descendentes de africanos escravizados no Caribe, refugiados ambientais no Brasil.

Na montagem do sistema de exploração colonial o fator ambiental esteve presente. A partir da gestão mais ou menos direcionada de uma variedade de recursos naturais disponíveis no planeta é que chegamos à condição de ocupação da Terra que a Humanidade compartilha hoje. Invenções tecnológicas e outros artefatos culturais permitiram a exploração de determinadas parcelas do ambiente natural desde as navegações europeias que conectaram de forma constante e transformaram diferentes regiões do planeta. Parcelas significativas de diferentes e complexos ecossistemas foram sendo trasladadas, refeitas e adaptadas em novas possibilidades de interação.

Um dos recursos naturais mais importantes no empreendimento da colonização das Américas e do Caribe foram as pessoas que atravessaram os oceanos, trazendo sua capacidade orgânica de alterar o meio ambiente.

É difícil e bastante embaraçoso admitir que o comércio de seres humanos, que ainda hoje persiste em amplas redes de tráfico internacional de pessoas, é importante para entender o mundo das pessoas. O impacto do trabalho escravo no mundo atualmente carrega maiores inconvenientes

para o projeto da “Aldeia Global” do que em outros períodos da história. Quando o trabalho compulsório tinha um peso bem mais significativo no processo de transformação de recursos naturais em bens de consumo, como foi durante o tráfico transatlântico de africanos escravizados, era não somente um empreendimento legal e cristão, como coordenado diretamente por representantes delegados pelos governos. Os tempos mudaram, porém, seres humanos permanecem escravizando outros seres humanos, como uma chaga aberta que impede a concretização do projeto de Humanidade enquanto unidade planetária (MORIN, 2003).

Para gerar a riqueza que financiou a revolução industrial na Europa, produziu-se do lado oeste do Oceano Atlântico uma intervenção em larga escala, em uma extensa área com potencial de produção daquilo que hoje pode ser chamado de biomassa. Na linguagem dos economistas, sua vantagem relativa estaria em transformar luz solar em dinheiro (SAN MIGUEL, 2001).

Houve também a exploração de recursos minerais abundantes⁷, a construção e manutenção de cidades, e todo o trabalho envolvendo a perpetuação de um enorme fluxo de gentes e mercadorias. Sem os avançados tratores, guindastes, colheitadeiras, escavadeiras, gruas, motores, perfuratrizes e outros equipamentos disponíveis nos dias atuais, a energia de corpos humanos foi largamente utilizada para realizar o trabalho de dominar e explorar a natureza e suas riquezas.

Corpos humanos vivos também foram comercializados para o fornecimento de proteínas e anticorpos aos rebentos dos exploradores, amas de leite que garantiram a saúde e vitalidade dos sinhôs e sinhas no Novo Mundo, além de mantê-los limpos, seguros e alimentados. Corpos que foram trazidos por europeus e americanos aos milhões, desde a África para as Américas e o Caribe, para explorar, sobretudo, recursos naturais encontrados neste lado do Mar de Atlas⁸. Entrementes, ao longo dos mais de três séculos de escravidão, alguns seres humanos tiveram seus corpos escravizados desde o ventre nas Américas, compartilhando o status social e o destino de seus ancestrais biológicos.

7 “No Caribe e no Brasil, os africanos recém chegados eram com frequência destinados a trabalhar nos engenhos de açúcar e nas minas, cujos proprietários haviam sido incapazes de manter o crescimento das populações escravas de forma natural. A mortalidade causada pelas condições de trabalho e nutrição, a baixa fertilidade característica das mulheres que trabalhavam nessas propriedades açucareiras e as altas taxas de mortalidade dos bebês e crianças que atingiam sua prole impediam esse crescimento natural.” (THORNTON, 2004: 410)

8 “Mais da metade de todos os africanos transportados para as Américas no século XVIII destinara-se às colônias das ilhas do Caribe, e aproximadamente um terço ao Brasil”. (THORNTON, 2004:409)

A combinação destes fatores irá se tornar determinante para que os afrodescendentes representem, em estimativas modestas, os seguintes percentuais: 23,9% da população das Américas do Sul e Central (mais de 100 milhões de pessoas), 73,2% da população no Caribe (mais de 28 milhões pessoas). Entre os países do mundo com maior quantitativo de pessoas classificadas como descendentes da diáspora africana está em primeiro lugar o Brasil, com mais de 95 milhões de afrodescendentes em uma população total de aproximadamente 200 milhões de pessoas (GATES JR, 2014) . O Haiti é o quarto país do mundo com maior quantitativo de população da diáspora africana, com mais de 90% da população afrodescendente ou mais de 8,7 milhões de pessoas. Haiti é também o país do Caribe com a maior população afrodescendente da região, em números absolutos.

A presença destas populações também se estabeleceu pela relação entre as diferentes áreas de influência dos impérios coloniais. O mercado de colonos franceses nas Américas e no Caribe tinha maior e melhor acesso aos escravos vendidos em portos controlados pela coroa francesa e seus parceiros comerciais. O que de algum modo significa dizer que o fluxo de pessoas seguia na maioria das vezes as rotas marítimas que se conseguia controlar. Rotas estas que estavam também determinadas, em alguma medida, por condições ambientais.

O oceano não é navegável em qualquer tempo e em qualquer direção, e o era bem menos para os navegadores de séculos atrás. O tráfico transatlântico dependia enormemente de fatores como as direções das marés, do desenho das encostas e baías, da configuração dos arquipélagos, da força e constância dos ventos. Estas e outras características estabeleceram caminhos, rotas, portos que se ligavam pelo mar, e que se tornaram alvo de ferrenhas disputas entre os impérios coloniais, piratas e populações nativas.

Toda a região do Caribe foi palco destas disputas, e permanece, em grande medida, tendo enorme importância na geopolítica mundial, por possuir rotas estratégicas para fins militares e comerciais. O Estado brasileiro, em seu anseio por ampliar sua influência entre as nações do mundo, tem investido desde 1947 para ampliar sua influência nesta região⁹. Isto ficou ainda mais evidente com a participação das forças armadas brasileiras na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH, que teve início a mais de 10 anos.

Em alguns lugares do Caribe, todo o poder de uma grande esquadra pouco vale contra quem puder controlar o porto e a enseada. Assim é no Haiti e também em Cuba. Até Cristóvão Colombo foi flechado na Ilha de Hispaniola, na região hoje conhecida como Golfo de Las Flechas

9 Ver Rocha (2000) e também Silva (2002)

(San Miguel, 2001:62). Este é um dos fatores estratégicos que permitiu que a revolução feita pelos africanos escravizados e seus descendentes no Haiti tenha sido bem sucedida. Apesar da reverberação sobre o que ocorreu no Haiti implicando em uma contribuição decisiva para a luta abolicionista e anti-colonial e consequente desmonte de todo o sistema escravocrata, o que lá se deu dependeu também de condições ambientais. Ainda que Jean Jaques Dessalines e Thoussant L'Ouverture tenham tido a habilidade política para jogar com as disputas entre as forças imperialistas, guiados por seus Luás conselheiros¹⁰, seu exemplo não pôde ser seguido em outras partes do complexo atlântico.

As condições geográficas da Ilha de Hispaniola, depois chamada de Santo Domingo e dividida entre Haiti e Republica Dominicana, serão também a razão de seu sufocamento como modelo de sociedade. As mesmas rotas marítimas que impediram a entrada de invasores passaram a ser controladas para que a rebelião em Santo Domingo não se espalhasse contaminando o restante do sistema colonial. A ilha sofreu daí em diante um embargo comercial e militar que impediu seu desenvolvimento e subordinou sua autonomia política através do estrangulamento. Ainda assim conseguiu livrar-se da ocupação dos EUA que durou de 1915 a 1934.

Os corpos colonizados trazidos para produzir bem estar aos corpos dos colonizadores e outros não poderiam ser permitidos de produzir para si mesmos a partir da natureza rica deste lugar. Ou de levar com seus corpos o exemplo de luta pela liberdade. Os corpos dos africanos e seus descendentes vivendo na esplendorosa paisagem do Haiti passaram a ser vistos desde então, como perigosos para outras paisagens e corpos, pelo que a liberdade em seus corpos significava. Esta população de descendentes de africanos havia de ser impedida de construir um espaço de autonomia suficiente para tornar-se concorrente dos descendentes de europeus enquanto agentes colonizadores no Novo Mundo.

A escravidão atlântica foi um regime cruel e desumanizador. Expos uma imensidão de pessoas a situações de injustiça que ainda não foram de todo superadas no mundo, uma herança de que não se consegue livrar ainda hoje. No entanto e apesar do horror, havia uma racionalidade, um tanto perversa em seu funcionamento. Um negócio que durou tanto tempo, enriqueceu tantas pessoas e empobreceu muitas outras mais, funcionava com uma lógica. Tantos recursos investidos não foram apostados ao acaso. Para além da correlação mais óbvia entre oferta e demanda, o produto

10 “O mundo foi criado pelo Gran Met, o Grande Mestre, pai de todas as coisas, que depois de completar sua obra, cansado retirou-se para bem longe. Distante e inacessível, Ele entregou o controle do mundo aos Luás, os mestres, os senhores. [...] Os Luás ou são guinens, africanos, ou criolos, nascidos no Haiti. Tem como seu domínio, conforme sua natureza, a água, o ar, o fogo ou a terra, o chão onde pisamos.” (LOPES, 2005:299)

comercializado no tráfico transatlântico – o africano escravizado – tinha prestígio diferenciado no mercado de escravos. Os grupos étnicos, os portos de origem, tipos físicos, sexo e idade estabeleciam distinções no comércio entre as diferentes qualidades de escravo, com variedade de preços e destinos.

Grande parte da população nativa das Américas e do Caribe sucumbiu nos primeiros séculos de contato com os colonizadores, vítima de uma enormidade de endemias para a qual seus organismos não estavam adaptados. Quando a violência das armas, da escravidão e da exploração predatória dos recursos naturais não os atingia, algum colonizador microscópico os debilitava. Os nativos desta vasta região possuíam baixa imunidade aos agentes infecciosos trazidos nas caravelas, e pouco ou nenhum conhecimento sobre os cuidados com o corpo eficazes para enfrentar estas novas doenças. Toda a farmacopeia disponível nos recursos naturais e dominada pelos ameríndios e caribenhos era insuficiente dado o pouco conhecimento acumulado dos sintomas e evolução destes males (UJVARI, 2012).

Todo o acúmulo adaptativo destas populações ao meio ambiente produzido ao longo de milhares de anos foi dizimado pela presença de micro-organismos que foram transplantados de outro ecossistema através dos corpos dos recém-chegados. O próprio corpo do colonizador, seus hábitos de higiene e alimentação, e toda a matéria orgânica produzida pela sua presença eram armas da dominação colonial. Outros corpos de animais como ratos, pombos, porcos, cavalos, bois, galinhas, cachorros e gatos acompanharam o mesmo movimento (UJVARI, 2012).

Em toda a região do Caribe, que serviu de entreposto e recebeu em pequenas faixas de terra intenso fluxo de humanos e outras unidades biológicas neste período, as populações nativas quase não tiveram como sobreviver. Na maioria das ilhas a herança biológica dos antigos povos nativos é pouco visível no fenótipo dos atuais moradores. Em regiões de extensa faixa territorial, como a floresta Amazônica, as populações se deslocaram de forma a poder melhor administrar o contato. Nas pequenas ilhas estas populações foram bruscamente substituídas ou absorvidas por outras.

Em grande medida os europeus e seus descendentes também enfrentaram agruras com as mudanças de ambiente durante o empreendimento colonial nas Américas e no Caribe. Porém em menor grau do que no continente africano, onde a presença de europeus no interior do território só vai ocorrer no século XIX com o desenvolvimento da quinina. Ou seja, os europeus se mantiveram a pouca distância da costa na África até que um recurso tecnológico os permitisse viver em regiões onde apenas o organismo adaptado das populações nativas suportava viver.

Nas Américas já há sinais da presença europeia na profundidade da floresta Amazônica ainda no século XVI. As memórias do forte que deu origem a cidade de Tabatinga são uma das provas disto. As possibilidades de contato dos colonizadores com as regiões de alta diversidade biológica da região, com provável concentração de agentes endêmicos, se estabeleceram em um período anterior em séculos nas regiões colonizadas do lado oeste do Atlântico. Ainda assim muitas modificações nos hábitos alimentares, de higiene e de cuidados com o corpo tiveram de ser incorporados gradativamente pelos colonizadores para garantir o sucesso do empreendimento de exploração do meio natural.

Alguns destes cuidados foram aprendidos pelos colonizadores europeus no contato progressivo com populações que viviam abaixo do Trópico de Câncer no lado leste do Atlântico, outros aprendidos com os indígenas no lado oeste deste oceano. Ainda que os europeus não estivessem presentes no interior profundo do continente africano, estavam nas costas africanas séculos antes de chegar as Américas. E os africanos também já tinham contato com os europeus e suas pragas bem antes de serem trazidos aos milhões para as Américas.

O colonizador europeu dispunha das informações sobre a adaptação das práticas para a sobrevivência em um ambiente de clima equatorial e tropical. E para realizar as tarefas que mais expunham seus corpos às vulnerabilidades oferecidas pela exposição ao ambiente hostil, àquelas situações em que as mudanças de práticas não eram suficientes ou possíveis, para isto faziam uso dos corpos dos africanos escravizados, e em menor grau das populações indígenas em diferentes regimes de trabalho. Estas populações, que em alguns casos já conheciam os cuidados com o corpo necessários para a sobrevivência na região entre os trópicos, tiveram seus corpos utilizados como *escudo biológico* do colonizador.

Sendo o continente africano o lugar de mais antiga ocupação humana conhecida, é também o lugar de maior nível de variabilidade e troca de material genético entre subgrupos humanos. O Homo Sapiens está presente no continente africano desde seu surgimento no planeta, entre 100 e 150 mil anos atrás. Quando se compara com o registro mais antigo da presença humana na Amazônia, que nas estimativas mais generosas gira em torno de 50 mil anos, encontra-se um potencial de variabilidade genética bem mais reduzida no lado oeste do Atlântico Sul.

Quando alguns grupos humanos migraram deste o continente Africano foram se adaptando em outros ambientes, e deixaram de se recombinar com as variedades de material genético que permaneceram naquela região. Os grupos humanos que ficaram no continente permaneceram em seu processo de variação de material genético, e ao

mesmo tempo refazendo combinações com o que se preservou naquela região. Por isso é possível reconhecer por exame de DNA um ancestral africano para cada grupo humano espalhado no planeta, mas o inverso não é verdadeiro. Há grupos humanos em África cuja ancestralidade genômica longínqua somente pode ser encontrada no próprio continente¹¹.

Isto significa dizer que o recurso humano transportado pelos navios negreiros, além da enorme diversidade cultural, representava um estoque concentrado de variadas adaptações genéticas da espécie humana no planeta. Neste estoque estiveram presentes os tipos humanos que viveram a dezenas de milhares de anos na costa, no sahel, no deserto, nas montanhas e na floresta tropical africana (DIAMOND, 2006). A variabilidade genômica, neste caso, não configura uma outra raça, no sentido biológico do termo e nem mesmo possui grande relevância na determinação fenotípica dos indivíduos. Apenas registra, a ancestralidade genética em termos de região geográfica, e pode ajudar a diagnosticar doenças como a anemia falciforme, por exemplo (PENA, 2009).

O potencial produtivo e de adaptação dos corpos dos africanos escravizados eram difundidos entre mercadores desde o início da expansão islâmica (Séc.VIII) quando se estabeleceu o primeiro circuito regular transcontinental de comércio de africanos escravizados. Naquele período foi o ouro o principal recurso natural que conectava os dois pontos da rota que levava africanos escravizados da África para a Ásia. No Caribe de oito séculos depois, os vínculos foram estabelecidos pela trindade ouro, escravos e açúcar (SAN MIGUEL, 2001).

É possível encontrar elementos de adaptação ao meio ambiente que tenham favorecido a escolha pela utilização do escravo africano no Caribe e nas Américas sem compactuar com formas de racialização vulgares e quaisquer ideologias que busquem justificar a opressão ou a supremacia de certas populações.

O argumento exposto aqui busca reconhecer a configuração de um sistema classificatório utilizado como base precária do conhecimento na escolha e estabelecimento da escravidão de seres humanos, porém com a necessária crítica a sua crueldade e injustiça. No processo de constituição do colonialismo a ciência ocidental não dispunha dos atuais conhecimentos sobre DNA. Mas os mercadores e compradores de escravos sabiam avaliar

11 A diversidade de povos da África resultou de sua geografia variada e de sua longa pré-história. A África é o único continente que se estende da zona temperada do norte á do sul, também abrange alguns dos desertos mais secos do mundo, as maiores florestas tropicais e as montanhas equatoriais mais altas. A África era habitada por humanos muito antes do que qualquer outro lugar: nossos ancestrais remotos originaram-se de lá há sete milhões de anos, e o Homo Sapiens anatomicamente moderno pode ter surgido lá desde então. (DIAMOND, 2006:378)

o retorno de seus investimentos com base na capacidade produtiva dos corpos utilizados como insumo do colonialismo. A sobrevivência maior ou menor de certos tipos humanos quando expostos às condições extremas foi observada minuciosamente por centenas de anos de utilização de mão de obra escrava. Que algumas das “peças” adquiridas pudessem morrer ou debilitar-se era previsto. Mas para o senhor de escravos o africano adoecia menos no contato com os europeus do que os ameríndios quando em determinados ambientes. Obviamente outras razões contribuíram para a escolha do africano como mão de obra escrava em detrimento do nativo ameríndio. Se trata aqui de dar relevância aos aspectos vinculados à interpretação feita, a partir dos dados disponíveis, para compreender o papel do *corpo*.

Neste contexto, considerou-se que os corpos dos africanos escravizados, em sua variedade, teriam condições de ficar mais expostos ao contato com os colonizadores europeus do que os corpos dos ameríndios escravizados. Ao mesmo tempo estariam alguns destes africanos providos de um organismo melhor adaptado para conviver com as condições ambientais encontradas nas Américas e no Caribe do que os corpos da grande maioria dos colonizadores europeus. Séculos de escravidão nas Américas foram selecionando ainda mais os potenciais sobreviventes ao regime de exploração. Ainda que outras habilidades tenham sido exploradas pela escravidão além do trabalho manual e da força física, e que a vida dos africanos diaspóricos não tenha se limitado à escravidão, a precariedade das condições de sobrevivência era implacável aos mais vulneráveis. Depois de tornar-se propriedade de outrem, muitos só tinham o corpo como recurso (natural ou cultural) para sobreviver¹².

A escravidão dos africanos ampliou exponencialmente as possibilidades de exploração dos recursos naturais, dada sua potencial resistência às endemias e aos agentes infecciosos. O *Corpo*, neste caso, aparece simultaneamente como possibilidade de modificação do ambiente e como resultado mesmo das condições impostas tanto pelo ambiente quanto pela cultura.

O esforço para encontrar um *corpo* que servisse aos interesses do sistema escravista produziu este *corpo*. A exploração colonial aqui se configura como expropriação dos saberes de cuidado do corpo, de relação de

12 “Ainda mais importante é que esses africanos vieram para a América para trabalhar, e o regime escravo, na maior parte das vezes exigia trabalhos incrivelmente pesados, levando as pessoas ao limite de sua capacidade física ou além deste limite, encurtando seu tempo de vida e reduzindo o tempo para a vida cultural. Contudo, nem sempre os senhores desejavam ou podiam restringir a vida cultural, a reunião de grupos ou os entrecruzamentos de amizades. Dentro do espaço permitido pelo regime de escravidão, os africanos recriaram uma cultura africana na América, embora esta nunca fosse idêntica à que ele haviam deixado na África” (THORNTON, 2004:413)

troca com o meio ambiente e também do potencial biogenético adaptativo das populações em determinados ambientes¹³. Podem-se considerar aí as dimensões de biopoder e expropriação de patrimônio genético e cultural sendo realizadas por gerações, em larga escala, como parte do arranjo de construção da hegemonia global por parte das populações de origem europeia¹⁴.

É também no compartilhamento de certas características visualmente perceptíveis através da corporeidade, de experiências fisicamente sensíveis de ausência de liberdade do corpo próprias desse modelo de escravidão, que uma identidade afrodescendente tem início deste lado do oceano Atlântico.

A construção desta identidade, na região do Caribe, parece ser menos fundada na modernidade no sentido que propõe Bauman (2012). O “pertencimento” aí foi duramente imposto e configurou o seio da revolta que gerou a história que é uma das mais eloquentes e trágicas da diáspora africana e a única nação da História a ser criada por uma revolta de escravos negros: o Haiti. Uma identidade estabelecida pela força, e não buscada pelo desejo de pertencimento, um “nós” produzido pela opressão do escravismo. Um projeto de sociedade conduzido por ex-escravos rebeldes, e não por membros da elite; por pessoas que tinham seus ancestrais em outras terras; por quem não aderiu a novos senhores, mas expulsou ou matou todos os senhores.

Entre los siglos XVI – XIX, la existencia de grandes contingentes de esclavos africanos y de sectores cada vez más amplios de negros y mulatos libres hizo que el color y el origen étnico se convirtieran en los criterios fundamentales de la identidad, que se puede definir como ‘la suma de las marcas de diferenciación’ (SAN MIGUEL, 2001:52-53).

A Revolução do Haiti, ainda que tomada de forte inspiração nos ideais da Revolução Francesa, se opôs aos caminhos tomados pela segunda. Tanto pelos corpos e recursos disputados entre as duas, quanto pela característica transnacional e anti-colonial da primeira. O comunitarismo

13 “A demografia das Américas no século XVIII indica um fato importante- que as pessoas nascidas na África, socializadas e criadas na cultura africana constituíram, com frequência a maioria das sociedades americanas – entre aquelas de descendentes africanos em lugares como a América do Norte, onde havia uma grande população europeia ou euro-americanos, e em termos absolutos nas áreas como as ilhas do Caribe e o Brasil” (THORNTON, 2004:412)

14 Ainda que não siga sua perspectiva evolucionista, o argumento aqui exposto leva em consideração a tese defendida por Jared Diamond (2006).

produzido em torno da diáspora africana e a dimensão simbólica manifesta na Revolução Haitiana será inspiradora para o movimento de *Négritude*¹⁵ e o Pan-africanismo¹⁶, em um sentido deveras diverso ao apontado por Bauman, absorvendo simultaneamente as dimensões “naturalista” (origem comum ou característica partilhada) e “discursiva” (construção constante e eternamente inacabada) do processo identificatório (BAUMAN, 2012). É também a conformadora de uma resposta ao projeto de Humanidade que vinha da França em fins do século XIX.

“O Haiti produz a primeira Revolução radical de essência antirracista, anticolonialista e anti-imperialista. Um desafio global à proposta monstruosa de desigualdade congênita entre as raças humanas e a superioridade natural de uma sobre a outra. Ela é o grande divisor de águas da modernidade, relativo à reivindicação fundamental dos direitos inerentes à condição humana. Não por acaso, Joseph Antenor Firmin (1850-1911), antropólogo haitiano, foi o primeiro intelectual negro a transferir esse desafio para o campo teórico e científico. Sua obra *De l'égalité des races humaines* (A igualdade das Raças Humanas), publicada em Paris em 1885, respondia ponto por ponto às teses de Arthur de Gobineau” (MOORE, 2010:10).

O corpo, em suas permanências e incontinências, aí é uma informação fundamental para estabelecer o limite das identidades possíveis. A fronteira da fragmentação da identidade é a vivência do corpo, totalidade irrefutável para qualquer redemoinho cultural. Nas palavras de Pedro L. San Miguel sobre a região do Caribe “El color y el fenotipo eran – y quizás sigan siendo todavía – los emblemas más visibles de la identidad” (SAN MIGUEL, 2001:55).

A proposta aqui não é subordinar-se ao determinismo da ecologia cultural. Pretende-se apresentar como características humanas foram

15 Uma das contribuições mais destacadas neste sentido, no âmbito das Ciências Sociais foi dada pelo etnógrafo haitiano Jean Price-Mars em sua obra ‘*Así habló el tío*’, que representou um verdadeiro resgate da cultura popular de seu país, em especial de suas raízes africanas. Price-Mars seria reconhecido como um dos fundadores do movimento de *Négritude*. (SAN MIGUEL, 2001:57)

16 San Miguel (2001:66) afirma que, entre as múltiplas reverberações e implicações ideológicas do estudo das revoltas dos escravos, são palpáveis, por exemplo, os nexos culturais com os movimentos de *Négritude*, *Black Power*, de “retorno a África” e das lutas pelos direitos civis. Também é evidente sua relação com as lutas anticoloniais no Caribe, África e Ásia, em especial com as manifestações ideológicas, como as obras de Frantz Fanon e Albert Memmi.

realocadas em diferentes ambientes naturais, e pela mesma via, como estes diferentes ambientes foram estabelecendo novas e complexas relações com as populações. A via é o corpo, permeada e inscrita pelo fluxo da cultura para o ambiente e do ambiente para a cultura. Não o é num sentido unilateral, e sim em um duplo caminho. Em perspectiva bastante semelhante a encontrada nesta citação baseada na concepção resguardada pelos indígenas do México:

[...] el agua está en nosotros, el calor Del sol está en nosotros, lo que nos nutre está en nosotros, el aire entre y sale de nuestro cuerpo y el alma se relaciona con el espacio y el tiempo. El clima está en nosotros y nosotros estamos en el clima (KATZ & LAMMEL, 2008:31).

Assim como nas concepções dos indígenas do México, tradições culturais da diáspora africana com variações presentes no Brasil (Candomblé) e no Haiti (Vodun), relacionam o vento, a chuva, o trovão, os raios, o arco-íris, as tempestades e as águas dos rios e do mar com divindades que foram sincretizadas com santos cristãos.

No caso do Candomblé e do Vodun, estas divindades comem, bebem e dançam com sua família ritual quando corporificados, ou seja, manifestam-se e comungam com sua comunidade através de um corpo que foi devidamente preparado para os receber. O corpo é o meio através do qual as forças da natureza se fazem humanas, em atos de intenso poder simbólico. Se afirma que desde tempos imemoriais as forças da natureza são personificadas como entidades divinas (HEYD, 2011:19). Desde que a humanidade tem *Corpo*, ele é significativo para a construção da cultura.

Migração, território e a comunidade das nações

San Miguel (2001) afirma que o Carib ou Canib, descrito pelo marinheiro Cristóvão Colombo em suas narrações míticas, assim foi chamado porque este imaginava que aí viviam indígenas que se alimentavam de carne humana. A região passou a ser conhecida a partir destes relatos como habitadas principalmente por dois grupos aborígenes: os taínos e os caribes. Esta categorização passou a representar algo mais que uma simples classificação cultural, já que estabeleceu uma dicotomia entre o comportamento destes grupos humanos: os Taínos – sedentários, pacíficos, nobres, desinteressados, agricultores; e os Caribes – errantes, ferozes, cruéis e canibais. A dicotomia entre o Taíno e o Caribe teria sido, segundo San Miguel, a expressão inicial em terras Americanas da oposição entre o “bom selvagem” e o “selvagem bárbaro”.

Esta noção de “selvagem bárbaro”, serviu de sustentação ideológica às políticas mais agressivas que se irradiaram desde o Ocidente até o chamado Terceiro Mundo, entre elas o genocídio, a escravidão, o extermínio, o apartheid, a discriminação étnico-racial, e as leis anti-imigração. A concepção, que parece ter se originado nos relatos de Colombo, de que o Caribe é uma zona de choque entre sociedades, estilos de vida e culturas permanece influenciando as interpretações sobre a região e sua população. O Caribe é descrito comumente como uma “Zona Quente”, misturando aí o sentido climatológico da expressão, os estereótipos sobre a sexualidade de seus habitantes, e também como zona de disputa entre diferentes potências.

Avançando a partir do argumento desenvolvido por Hall, só é possível regular e governar a cultura, quando se controlam as pessoas. O processo de constituição do Estado Nação moderno desenvolveu novas formas de administrar os corpos. Mais do que em qualquer outro período histórico desenvolveram-se mecanismos de controle sobre a unidade biológica que delimitam as possibilidades de existência e reprodução de cada ser humano.

A exploração do meio ambiente pelo sistema de plantation teve muitos impactos na definição do meio ambiente atual, inclusive no que diz respeito às populações humanas e a forma como estão distribuídas nas Américas e no Caribe.

Asi, pues, en el siglo XX el Caribe sería visto como el área nuclear de eso que Charles Wagley denominó ‘plantation America’ (la América de la plantación)[...] La plantación fue el eje de un vasto complejo económico que vinculaba al Caribe y otras regiones de América – entre ellas Brasil – con los mercados del Atlántico norte a través de la exportación de productos tropicales (azúcar, cacao, café, algodón, índigo y tabaco, entre otros) y con África por medio del comercio de esclavos (SAN MIGUEL, 2001:47) .

O que leva a pensar que o histórico de aproveitamento humano do potencial de produção dos biomas é fundamental para compreender as configurações das sociedades em períodos mais amplos de tempo, ou seja, para análises que busquem atingir a compreensão dos fenômenos que produziram as alterações climáticas aceleradas após a revolução industrial e agrícola do final do segundo milênio da era atual. As mudanças de longa duração no meio ambiente, talvez ainda mais do que as mudanças nos ciclos de curta duração, fornecem dados concretos para compreender a base com que as sociedades tiveram de lidar em seu processo de obtenção

de recursos para reprodução social. Também para pensar que a estratégia para amenizar os impactos das mudanças ambientais tem de ser planejado para um largo período e envolvendo muitas pessoas.

Enorme investimento foi feito para tornar viável a monocultura de exportação neste lado do Atlântico, para que fosse conformado o terceiro mundo como fornecedor de commodities e dependentes do mercado financeiro internacional. A vocação econômica a ser explorada como sustentáculo da inserção dos subdesenvolvidos (e em desenvolvimento) na comunidade das nações é oferecer o potencial do meio ambiente em troca da viabilidade financeira.

Na passagem do predomínio europeu para a doutrina da América para os Americanos, algumas populações que aqui viviam por gerações e que contribuíram significativamente para a construção da riqueza produzida com a exploração da natureza, permaneceram fora dos planos.

Um dos organismos da ONU com a missão de ajudar a resguardar a integridade dos corpos humanos expulsos dos ambientes onde constituíram seu modo de vida é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ACNUR.

Após a profunda crise que enfrentaram as potências do ocidente em meados do século XX, vêm se consolidando um sistema internacional que busca normatizar em nível global as possibilidades do trânsito de pessoas entre fronteiras nacionais. O ACNUR é um órgão do sistema ONU criado justamente no momento da crise dos refugiados expulsos de seu território quando do reconhecimento do Estado de Israel. A mesma comunidade das nações que reconheceu o direito do povo de Israel de possuir um território, procurou também minimizar os impactos produzidos por este reconhecimento na vida das populações afetadas com esta medida.

A mesma ONU que tem buscado gerir a construção dos acordos internacionais para proteção ambiental, os resultados e a desobediência de tais acordos por parte dos Estados participantes do sistema, entende também que se deve buscar remediar os problemas sofridos pelas populações mais severamente atingidas pelas mudanças climáticas.

Enquanto ainda não se constituem consensos suficientes para viabilizar a solução para a redução na emissão de poluentes que contribuem para o efeito estufa, para a utilização de fontes de energia limpas e sustentáveis, para o melhor aproveitamento da água potável e da produção de alimentos saudáveis, as populações que estão sendo expulsas de seus lares em função das catástrofes ambientais provocadas ou não pela ação humana devem receber apoio da comunidade internacional.

Para que a ACNUR possa incluir nos marcos de sua missão as

populações severamente atingidas por mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global, passou a considerar (ainda que com dificuldades conceituais) este fenômeno como uma catástrofe climática planetária.

Enquanto isto, a Comunidade do Caribe - CARICOM, tem apelado nas cortes internacionais por ações reparatórias aos danos provocados pela escravidão atlântica de africanos. Haiti está entre os países que exige indenização às antigas metrópoles que se beneficiaram do tráfico escravista. (HENRIQUES, 2014)

Cidadãos haitianos, descendentes dos africanos escravizados que foram levados para o Caribe, seguem agora guiados por coiotes em direção à floresta amazônica brasileira. Entram no Brasil principalmente pelas cidades fronteiriças nos estados do Amazonas, Rondônia e Acre. Considerados como refugiados ambientais, são tratados como vítimas de um crime sem algoz, vulneráveis em decorrência de um desastre natural. No entanto, este problema parece ter uma origem mais remota, e ter mais envolvidos além dos deuses que controlam o clima.

A fragilidade política do Estado Nacional haitiano na comunidade das nações, em decorrência de seus processos de descolonização, rebelião e recolonização contribuiu para que o país fosse ocupado por forças internacionais de pacificação, e que parte significativa de sua população enfrentasse os riscos da migração internacional ilegal.

O povo brasileiro ocupa lugar privilegiado e mítico no imaginário internacional acerca da sua forma de lidar com populações identificadas como racialmente diferentes. Uma parte disto pode ser debitado ao enorme quantitativo de população afrodescendente que vive neste país. O governo brasileiro foi alçado no cenário internacional, com apoio da ACNUR, à posição estratégica quanto a questão das migrações e fronteiras, que tem recrudescido em quase todo o mundo. Além disto, o território brasileiro está recebendo novas ondas migratórias de diferentes partes do mundo em crise.

Neste momento, em que parece haver um esforço concentrado das agências internacionais para remanejar parte significativa da população do Haiti para outras partes do globo, o Brasil parece ser o único país capaz de absorver significativos contingentes desta população de forma a diluir sua densidade demográfica. Pouco impacto têm os mais de 4 mil haitianos em uma população de 200 milhões de pessoas, ou mesmo entre os mais de 85 milhões de afrobrasileiros, ainda mais se espalhados em um território do tamanho do Brasil.

São outros corpos negros que voltam a ser usados como moeda de troca para os interesses expansionistas de uma potência em crescimento. É a limonada brasileira do limão haitiano.

Os olhares perturbadores sobre o jovem haitiano poliglota, pescando seu almoço a beira do rio Solimões em Tabatinga, enquanto espera o tempo da corrupção e da burocracia da fronteira para emissão do visto que lhe permitirá servir de mão de obra barata nos grandes espetáculos internacionais, revelam alguns dos efeitos do racismo e da xenofobia por estas terras. Mas também apontam o saber, trazido nestes corpos, de populações que se adaptaram a viver numa ilha do Caribe, e que resistem às adversidades. Apesar do exemplo de luta dos haitianos pela liberdade e dignidade, parece que ainda não chegaram os tempos da Terra Prometida anunciada aos afrodiaspóricos pelas palavras do profeta caribenho Marcus Garvey. Ou será que a Amazônia, que já inspirou sonhos tantos, se tornou uma visão do paraíso também para haitianos?

4 – Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARRETO, L. P.; LEÃO, R. Z. “El instituto del refugio en Brasil después de la creación del Comité Nacional para los Refugiados – CONARE” In ACNUR *La protección internacional de refugiados en las Américas*. Disponível em http://www.acnur.es/PDF/8340_20120402180124.pdf Acesso em 04/01/2014

BAUMAN, Z. “Cultura e identidade”. In *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2012.

COTINGUIBA, G. C.; PIMENTEL, M.L. “Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho” disponível em <http://lnx.scalabriniane.org/smr/wp-content/uploads/2012/09/ARTIGO-HAITIANOS-EM-PORTO-VELHO-MAIO-2012.pdf> Acesso em 04/01/2014 as 17h09min

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: EDUSP, 1979.

DIAMOND, J. *Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DOLTO, F. *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

ECHEVERRI, J. A. “Cambio climático como política, naturaleza e sociedad en la Amazonia colombiana” In CASTAÑEDA, German Palacio; ALIMONDA, Hector (et all.) *Ecología política de la Amazonia: las profundas e difusas redes de la gobernanza* – Bogotá: ILSA; Ecofondo: Universidad Nacional de Colombia (Sede Amazonia), 2009.

FARIA, L. de C. *Antropologia: duas ciências – Notas para uma história da Antropologia no Brasil*. Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: MAST, 2006.

GATES Jr, H. L. *Os negros na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

HALL, S. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo” in: In. THOMPSON, Kenneth (ed.). *Media*

and cultural regulation. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997. (Cap. 5) acessado eletronicamente em 23/02/2013

HEYD, T. “Pensar la relacion entre cultura e cambio climático” In ULLOA, Astrid. *Perspectivas Culturales del Clima*. - Bogotá, ILSA/Universidad Nacional de Colômbia, 2011.

HENRIQUES, J. G. “Portugal deve pagar indenizações pela escravatura?” Jornal Publico 9 de novembro de 2014. Disponível em <http://www.publico.pt/portugal/noticia/portugal-deve-pagar-indemnizacoes-pela-escravatura-1675470> acesso em 16/11/2014

LAMMEL, A.; GOLOUBINOFF, M.; KATZ, E. (editoras) *Ayres y lluvias: Antropologia del clima em México* – México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropologia Social: Centro de Estudios Mexicanos e Centro Americanos, 2008.

LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia* – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LOPES, N. “Livro 8: Caribe Francês” In *Kitabu: O livro do saber e do espírito negro-africanos* – Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

M'BOKOLO, E. “As heranças Africanas” In *África Negra: História e Civilizações*. Salvador: EDUFBA/São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MORIN, E.; CIURANA, E.R.; MOTTA, R.D. *Educar na era planetária: O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MORRIS, D. *O macaco nu: um estudo do animal humano*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NASCIMENTO, E. L. *Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra*. Petrópolis: Editora Vozes/Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO) da PUC-SP: São Paulo, 1981.

ORTNER, S. “Subjetividade e crítica cultural”. *Horizontes Antropológicos*, vol.13 no.28 Porto Alegre July/Dec. 2007.

PENA, S. D. *Igualmente diferentes* – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ROCHA, L. M. “As relações Brasil Caribe:1985-2000” In *Revista Brasileira do Caribe: Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil/ Universidade Federal de Goiás*. – Vol 1, nº2 – (ago/dez.2000) – Goiânia/ Brasília: Ed. CECAB, 2000.

RODRIGUES, J.C. *O corpo na história* – Rio de Janeiro: Editora

Fiocruz, 1999.

SAN MIGUEL, P. L. “Visiones históricas del Caribe: entre la mirada imperial e las resistências de los subalternos” *In Revista Brasileira do Caribe: Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil/ Universidade Federal de Goiás.* – Vol 1, nº2 – (jan/jun.2001) – Goiânia/ Brasília: Ed. CECAB, 2001.

SANTOS, R. V.; GIBBON, S.; BELTRÃO, J. *Identidades emergentes, genética e saúde: perspectivas antropológicas.* -Rio de Janeiro: Garamond /Editora Fiocruz, 2012.

SCARAMAL, E. S. T. *Haiti: Fenomenologia de uma barbárie.* Goiânia: Câne Editorial, 2006.

SERRES, M. *O contrato Natural.* Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SILVA, A. “Vulnerabilidade na Diáspora: epidemia mundial do HIV e os corpos negros subalternizados” *In RODRIGUES, G. E. & JUSTAMAND, M. Fazendo Antropologia no Alto Solimões.* Alexa Cultural: São Paulo, 2012.

SILVA, D. A. “Fronteiras estratégicas: As Antilhas sob a ótica da diplomacia brasileira, 1947-1953” *In Revista Brasileira do Caribe: Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil/ Universidade Federal de Goiás.* – Vol III, nº5 – (jul/dez.2002) – Goiânia/ Brasília: Ed. CECAB, 2002.

SILVA, S. A. (org.) *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais.* São Paulo: Hucitec/Manaus: Fapeam, 2012.

TADDEI, R.; GAMBOGGI, A. L. (org.) *Depois que a chuva não veio: respostas sociais às secas no Nordeste, na Amazônia e no Sul do Brasil.* - Fortaleza : FUNCEME; CIFAS, 2010.

THORNTON, J. K. “Cap.11 - Os Africanos no Mundo Atlântico” *In A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

UJVARI, S. C. *A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos.* São Paulo: Editora Contexto, 2012.

ULLOA, A. “Construcciones Culturales del Clima. In: ULLOA, A. *Perspectivas Culturales del Clima.* - Bogotá, ILSA/Universidad Nacional de Colômbia, 2011.

XAVIER, F. C. *Migrações Internacionais na Amazônia Brasileira: Impactos na Política Migratória e na Política Externa.* Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10739> Acesso em 04/01/2014

UMA PEQUENA E BREVE CONTRIBUIÇÃO PARA OS DEBATES ANTROPOLÓGICOS NO BRASIL: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE BENJAMIN CONSTANT¹

Michel Justamand

Introdução

A apresentação a seguir conta, como podem imaginar, com alguns desdobramentos: uma introdução para situar as condições do curso de Antropologia, da situação geográfica, social e administrativa na região. Outro desdobramento é para apontarmos as atuações do coletivo de profissionais na instituição preocupados com o desenvolvimento da pesquisas e da presença da Antropologia na região. Outro ainda é elencarmos as nossas formas do fazer antropológico.

A preocupação desse texto é apresentarmos para um público maior o que temos feito como docentes e discentes, nossas pesquisas, projetos e trabalhos, nessa região amazonense. Será somente uma breve apresentação sem nos aprofundarmos nos detalhes de cada pesquisa, projeto e trabalhos, apenas um levantamento inicial para futuras contribuições de outros colegas. Para esse fim contamos com as informações obtidas por meio de colegas de trabalho, com entrevistas pessoais e por correio eletrônico e com a nossa própria experiência pessoal.

Assim, a escrita será pautada no andamento do Curso de Antropologia do campus de Benjamin Constant da UFAM. Isso porque, por exemplo, como docentes, atuamos em outros cursos do Instituto Natureza e Cultura – INC, nome da unidade acadêmica para a instituição.

Fomos aprovados em concurso público em maio de 2009. Empossados, uma parte de nós, em agosto desse mesmo ano. Especialmente, o autor desse artigo, é oriundo do estado de São Paulo, nascido na cidade que leva o nome do estado. Estudou no ensino básico, fundamental e médio, sempre em escolas públicas da rede estadual. Morou anos na cidade de Franco da Rocha, que integra a grande São Paulo, uma das 39 cidades da região metropolitana e uma das mais pobres dessas. Foi professor da rede pública estadual de ensino fundamental e médio. Sempre atuando com estudantes de baixa renda, também nas periferias da grande capital. Desenvolveu carreira de estudos acadêmicos na PUC – Pontifícia

¹ Esse texto contou com as sugestões e dicas do Prof. Adailton da Silva.

Universidade Católica de São Paulo. Lá fez graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Foram praticamente quinze anos dentro da instituição paulista. Uma instituição que ajudou-o a ver o mundo de outra forma. Ajudou-o a pensar as relações socioculturais também por outro prisma. E são com os valores conquistados na instituição paulista e no contexto de vida que foi para a do Amazonas, onde trabalha.

No INC-BC ministrou a disciplina Introdução à Antropologia em diversos cursos do campus, entre eles: Licenciatura em Ciências Agrárias e do Meio Ambiente, Licenciatura em Biologia e Química, Licenciatura em Letras: Português e Espanhol e o de Antropologia. Nesse campus ainda há os cursos de Administração e Pedagogia, perfazendo um total de seis cursos na unidade. Ministrou ainda as disciplinas: Antropologia Econômica, Antropologia Política, Ciência Política, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Metodologia da Pesquisa Científica, essa últimas por falta de professor do Curso de Pedagogia que a ministrasse para o curso de Antropologia. E a partir dessa experiência tem também reflexões sobre essa interação, discussão e debates com outras formas de pensar, agir e ver o mundo.

No instituto participamos de diversas comissões administrativas, como de monitoria, de iniciação científica, a comissão julgadora de concurso para substituto, fomos ainda vice coordenador e depois coordenador do COMEXI – Comissão de Extensão do Interior. É nessa comissão que se avaliam os projetos de extensão dos colegas da unidade. Apresentamos projeto de pesquisa, salientamos com tristeza que o projeto foi reprovado em Manaus, por alguém que não deve ter vindo um dia sequer em Benjamin Constant. Publicamos uma série de artigos em periódicos, fomos autor e organizador de livros. Temos também outra quantidade de capítulos de livros, resumos e artigos estendidos publicados em anais de eventos. Apresentamo-nos em eventos nacionais e internacionais, dentro e fora do país, com temas voltados para as nossas pesquisas, sejam elas sobre a arqueologia na ditadura ou a pré-histórica. Alguns desses eventos fomos com financiamento da instituição amazonense, mas a maioria foi sem nenhum.

O campus de BC

Observa-se, no campus universitário, a presença de uma intensa relação dos docentes e também dos discentes brasileiros com os peruanos e com os colombianos que estudam ou são docentes nesta unidade acadêmica. Essa relação nos parece muito boa. Ela ajuda, na verdade, a facilitar as relações na tríplice fronteira. O trânsito que ocorre de estudantes e docentes

engrandece a nossa instituição na região.

A História do Curso de Antropologia do INC-BC aponta como seu início o segundo semestre de 2006. A unidade acadêmica onde se instalou o curso está a cerca de 1200 km da sede da UFAM, em Manaus. Constituindo-se, segundo consta, como o campus universitário avançado mais distante de sua sede dentro do país, atualmente, ou um dos mais distantes. Acarretando, ao que nos parece, com essa questão geográfica dificuldades de relacionamento graças às condições de comunicação, mas também de entendimentos políticos, culturais e administrativos com a sede. Essa unidade foi criada no processo REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Processo do Governo do Presidente Lula e depois continuado com a Presidenta Dilma. No entanto, para as unidades do interior e para os campi avançados, nem sempre trouxeram a excelência das universidades de centro, segundo nossa visão. Com menos verbas e interesses políticos, as unidades do REUNI, em muitos casos, são apenas prédios sem as devidas estruturas acadêmicas e científicas necessárias para as práticas universitárias. Evidentemente que é um acerto político e pedagógico a criação de todas essas unidades universitárias, ao menos para nós. O que discutimos é a estrutura e as condições necessárias para a produção acadêmica, como existe em outros locais da união.

A cidade de Benjamin Constant tem como única forma de sair para outros espaços, como a cidade de Tabatinga, onde tem aeroporto, o barco. Para a cidade de Atalaia do Norte, um município ainda menor e praticamente dependente de Benjamin para muitas atividades de seu cotidiano, há outros meios como motos, micro ônibus e carro. Essa condição restrita de transporte torna algumas práticas acadêmicas mais difíceis.

A travessia, por exemplo, nas embarcações, para Tabatinga, custa entre 10 e 20 reais. Valor alto para os moradores da cidade e que dificulta as relações sociais, culturais, entre as duas cidades, Benjamin e Atalaia (que estão ligadas pela estrada), com Tabatinga. Esse valor pode até em muitos casos inviabilizar completamente muitas ações, participações acadêmicas, projetos, pesquisas, etc.

Temos uma série de dificuldades institucionais e técnicas administrativas, por estarmos localizados na região, ainda a serem resolvidos, esperamos que o mais breve possível. Entre elas estão o uso da internet, que é fraca, lenta e cai com facilidade impedindo uma série de relações acadêmicas, pesquisas e desenvolvimentos científicos. Outra dificuldade apresentada na unidade é a das comunicações com a própria instituição em sua sede Manaus, como já salientado acima. O envio de um simples documento pode demorar dias para ser entregue nos setores corretos na sede. Um dos motivos é que o envio que tem que ser feito de

avião e por malote. E como já se sabe avião apenas em Tabatinga, outra cidade...

Há ainda as dificuldades de relação com todos os outros organismos institucionais, sejam eles nacionais e/ou internacionais. Pelos mesmos motivos de comunicação, distância e logística. Sem esquecer a dificuldade para a chegada de materiais de todas as ordens e categorias, muitas vezes necessárias ao desenvolvimento das pesquisas científicas, pelo próprio fato de somente chegarem a Benjamin Constant por meio de embarcações. Dificuldades existem também nas instalações, que ainda não foram concluídas, algo que era para ter ocorrido em 2008. Mas mesmo estando no final do ano de 2014, seis anos depois do final do prazo, ainda há muito que fazer nas instalações da unidade.

Temos também dificuldades em encontrar as referências bibliográficas na biblioteca da unidade, pois essa se encontra ainda em “construção”, mas muito aquém das nossas expectativas, consideramos que o que se investe nela é pouco. Há ainda dificuldades estruturais e técnicas da instituição, no sentido da gestão operacional das leis, das regras e dos afazeres, devido a grande quantidade de processos de autoria de colegas dentro e fora, no MP, por exemplo, da instituição contra os usos e abusos ali cometidos.

Não podemos nos esquecer da verba que é a de nenhuma destinada aos colegiados², inviabilizando qualquer trabalho autônomo partindo do próprio espírito de grupo de pares. Lembrando sempre que fazem parte do Curso de Antropologia colegas docentes de outros cursos. Eles contribuem com a formação Geral do Antropólogo. Lembramos ainda que nem todos os pares do colegiado são docentes, há discentes que participam das reuniões e deliberações juntamente com um colega Técnico Administrativo em Educação, eles que são carinhosamente chamados de TAEs.

A questão da verba que não recebemos, por não sermos um departamento, dificulta mais um pouco as nossas possibilidades de construção de pesquisas minimamente independentes sendo que a

2 No formato de colegiado, as decisões são tomadas pelo grupo, normalmente, de forma democrática e entre a sua formação de docentes, discentes e técnicos. Mas o grande entrave é que nesse modelo ocorre a precariedade total do trabalho do docente acadêmico. Eles são levados a trabalharem mais que o fariam se estivessem no estilo Departamental. A estrutura colegial proporciona que os docentes tenham sobrecargas atuando em diversas comissões, participando em reuniões dessas, atuem ainda fora de sua área de concurso. Os docentes ainda são levados a ocuparem diversos cargos administrativos ao mesmo tempo. E pior é que na sede, em Manaus, a situação é de Departamento, dois pesos e duas medidas, duas regras dentro da mesma instituição. Temos em Benjamin e para todos os campi avançados uma regra especial.

composição departamental ocorre em outras instituições de ensino de graduação federal e até mesmo na UFAM em Manaus. Então, como colegiado não temos verba para as nossas ações e nem autonomia clara. Ambas as situações tem prejudicado os andamentos pedagógicos e administrativos deste grupo colegiado, docentes, discentes e técnicos administrativos.

Dependemos permanentemente das decisões do CONDIR – Conselho Diretor da unidade, onde estão os conselheiros, que são coordenadores dos seis cursos da unidade, mais três técnicos administrativos em educação (TAEs), com três representantes da direção (diretor de campus, coordenador administrativo e coordenador pedagógico) e um discente, eleito entre os discentes. Nesse conselho são decididas questões pertinentes aos colegiados, mas que poderiam ser melhores sanadas se fôssemos um departamento com autonomia, mais ainda se tivéssemos a autonomia financeira. Julgamos que o CONDIR não tem poder de decisão, uma vez que todas as decisões têm de ser novamente aprovadas na sede em outros órgãos de decisão onde muitas vezes estamos, nós do interior, sub-representados, porque as representações nos fóruns decisórios não temos a quantidade dos assentos que julgamos necessários para apresentarmos nossas necessidades e interesses e esses serem avaliados e aprovados condignamente. Parece-nos que o CONDIR tem na figura o seu presidente um capataz, muitas vezes, dos desígnios da reitoria. Ou ainda um office-boy que leva e traz recados para a sede em Manaus e que esses recados podem ser sempre desfeitos e modificados de acordo com o entendimento político administrativo da direção central, haja vista a quantidade de professores que são obrigados a voltar de suas licenças para qualificação. Ou seja, a reitoria numa gestão que já dura duas eleições, mas que vem se perpetuando pessoas do mesmo grupo político dentro da instituição desde muitos anos.

Queremos também salientar a questão da comunidade acadêmica. Ela é formada por docentes, técnicos administrativos, discentes, direção e terceirizados³. Parece-nos que a estrutura da comunidade reproduz inteiramente os moldes de dominação colonial e imperial do mundo ocidental ainda e por incrível que pareça os cargos mais altos estão sob o controle rigoroso de pessoas vindas de fora do estado e/ou da região.

3 Terceirizados são os trabalhadores da limpeza, segurança e manutenção do instituto. Eles já trabalharam para uma empresa, mas esta faliu e agora trabalham para outra. Ambas as empresas temos dúvidas de como foram feitas as suas licitações. Mas o maior problema é que não são os interessados do instituto que participam do processo licitatório. Muitos funcionários migraram de uma empresa para a outra, mas outros tantos foram impedidos nessa onda. Não sabemos o porquê, nada disso é explicado para a comunidade como se deve dentro de uma instituição pública, federal e que se diz democrática.

Já os cargos subalternos estão os moradores da região, mas mesmo nesse caso se repete toda a sorte de colonialismos. Os negros se veem de alguma forma representados, ou ao menos um pouco, mas os indígenas da região estão, praticamente, fora do *status quo* acadêmico no instituto, nem mesmo como terceirizados podem trabalhar. Assim, estão mantidas as formas de composição da comunidade acadêmica brasileira, como em outras regiões onde os seguimentos sociais locais não são necessariamente representados dentro das instituições, com os percentuais similares de que compõem nas suas localidades.

Equação que não comporta a maioria dos viventes da região, como é o caso dos indígenas expondo, assim, uma tensão, que para nós docentes é difícil de lidar. Além de ser bastante problemática, isso porque defendemos a maior participação dos moradores locais na gestão dos seus interesses na universidade, (não só ali, mas também na saúde, na segurança pública, na justiça) no curso de Antropologia.

Observamos que esses fatos acima podem ter alguma relação com a evasão dos alunos. Isso porque a evasão discente é grande, não temos o número preciso, mas algo entorno de 50% desistem de modo que “farta” tudo. Os evadidos têm indicado e sinalizado que a falta de professores é uma das principais razões das suas desistências. Muitos dos docentes que não existem, digamos assim, por falta de concurso, ou por não terem se interessado em trabalhar na região, são dos outros colegiados da unidade porque, normalmente, dentre os professores do Colegiado de Antropologia nos desdobramos para que todas as disciplinas sejam atendidas. Os coordenadores desses outros cursos que não apresentam quadros para atuarem no curso de Antropologia, normalmente, argumentam que não têm mais como cobrir as nossas demandas, afirmamos isso baseados em fatos facilmente constatados em salas de aula e nas composições dos horários das turmas. E assim ficamos sem as disciplinas levando os alunos do curso de Antropologia ao desestímulo permanente. E também muitos alunos de outros cursos passam pelos mesmos transtornos.

A questão da mobilidade, seja por barcos, seja por meio de estradas, dos estudantes não é o maior empecilho para a evasão. Segundo os próprios estudantes eles deixam de vir por desacreditarem em um curso com tamanha falta de docentes.

Acreditamos, então, que a principal motivação para a desistência dos discentes dos cursos é esse apresentado, ou seja, a falta de professores. Essa que está relacionada com a falta de condições institucionais. Elas que são fora do padrão UFAM, tendo em vista que em Manaus, sede da instituição, entre outras reivindicações, há o formato departamental enquanto que em Benjamin...

Do Alto Solimões para o Brasil

O fato de estarmos muito longe geograficamente dos centros de excelência do saber e do conhecimento antropológico, somente para citar alguns, não são os únicos e nem os últimos no quesito excelência, mas aí seguem: UnB – Universidade Nacional de Brasília; o Museu Nacional no Rio de Janeiro; USP – Universidade de São Paulo; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina; UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; as PUCs – Pontifícias Universidades Católicas do RS e de SP; entre outras instituições; não pode, segundo nosso pensar, impedir o desenvolvimento de ações e de estudos antropológicos da e na região. Por esse motivo temos nos empenhado em desenvolver relações com os outros centros acadêmicos e também em realizarmos atividades que propiciem condições mínimas aos educandos do curso, tais como eventos, projetos e debates. Isso levando em conta algumas dificuldades como a comunicação telefônica, por exemplo. Ela se deve ao fato de termos um único número fixo da unidade para todos os docentes, técnicos e direção. Nossos caros colegas técnicos tentam, mas somente tentam resolver todas as suas necessidades, por que independentemente de suas forças e desejos a situação pouco se altera. Algo que não ocorre em Manaus, na sede da UFAM. E ainda podemos lembrar que em Benjamin Constant não há bancas de jornal para atualização diária de assuntos cotidianos, um mero detalhe. Há, sim, uma em Tabatinga, o outro lado do rio, mas nem ela recebe atualização diária de jornais nem do estado do Amazonas.

Mesmo longe demais das capitais, pretendemos desenvolver um trabalho de excelência acadêmica, ainda que discordemos, como coletivo, do que seja excelência na academia e seus critérios. Como muitos de nós sabemos esses critérios até hoje mais excluíram do que incluíram falas, vozes e não deram vez para os diferentes, ao longo da História do Brasil. Temos como ponto forte para as ações Antropológicas a seguinte situação no INC: poder realizar trabalhos antropológicos a partir de outras relações entre o campo de pesquisas e as populações estudadas. Isso por que vivemos ali. Viver ali faz toda a diferença para a produção e a interação com os grupos pesquisados. Não é como em outros muitos casos pelo mundo e/ou no nosso país, onde os pesquisadores são apenas transeuntes e estão ali de passagem.

Nós no Alto Solimões teremos contato permanente e perene com os grupos analisados. Poderemos incorporar a perspectiva, digamos assim, nativa, daqueles que moram lá. Mas de todas as formas e com o que temos de melhor na região, não temos apoio da instituição como gostaríamos.

Isso vale também para a ABA – Associação Brasileira de Antropologia que também não tem nos dado qualquer visibilidade e muito menos apoio, ao menos não o que esperávamos ou era necessário.

Informamos que há no PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social de Manaus luz no fim do túnel. Afirmamos isso porque alguns colegas que atuam no programa têm se sensibilizado com a questão do Alto Solimões. E eles têm lutado para que seja construído institucionalmente um vínculo da graduação no INC com a pós-graduação em Manaus. Mas nem a direção do INC (gestão outubro de 2010 a outubro de 2014) apoiou a iniciativa do PPGAS e nem, infelizmente, a reitoria.

Acrescentamos ainda que a proximidade com o campo de trabalho para os antropólogos que a região apresenta permitiria a maior valorização dos intercâmbios de saberes entre o conhecimento universitário e o das populações tradicionais. Essa valorização estaria ligada notadamente às diversas etnias indígenas ocupantes daqueles espaços, e também a todas as outras, as ribeirinhas e as negras, por exemplo, alicerçadas na região.

Outros fatos que contribuem com a situação do Alto Solimões em suas relações acadêmicas da UFAM-BC e a sociedade local são os de que:

Há algumas emissoras televisivas e rádios na localidade, mas a UFAM-BC não está em comunicação direta com esses meios. Outro fato é que há uma livraria em Tabatinga organizada por um professor da UEA, mas que nós em Benjamin, temos pouco acesso, graças aos altos custos da travessia. Não há liberdade de imprensa na região, como se pode constatar facilmente quando colegas jornalistas foram ameaçados e se retiraram do Alto Solimões somente por denunciarem o que tem acontecido. Tal repressão vem impedindo a liberdade de expressão. O jornalista atuava no Jornal do Alto Solimões e inclusive recebia artigos de um dos professores do Curso de Antropologia, saudoso Rafael, mas também recebia artigos de outros colegas da instituição. Houve ainda ameaças a professores da UFAM na região no período de greve da categoria, que era um ato nacional. Movimento que ocorreu de maio a setembro de 2012. Lembramos ainda que não faz muito tempo que a TV a cabo chegou na região, mas ainda está com serviço de baixíssima qualidade, assim como a internet na cidade de Benjamin.

Partindo destas condições, a nossa busca, no Alto Solimões, será em nome de fazermos a diferença no cenário nacional e internacional. Levando a outros recantos do mundo os saberes e conhecimentos locais. Porque, simplesmente, entendemos que é possível. E em nome disso lutamos!

No curso atualmente somos nove docentes efetivos trabalhando na unidade e aguardamos a posse definitiva de mais três colegas. Parte desses colegas tem suas formações relacionadas diretamente com o curso ou têm a sua graduação, ou o mestrado e/ou o doutorado em ciências sociais, mas com suas habilitações, especificamente, na área de Antropologia. Há também professores envolvidos com a área da Sociologia, mas com suas graduações em Ciências Sociais. Alguns de nós somos também licenciados em Ciências Sociais e/ou outras áreas das Humanidades.

Atendemos como educadores do curso de Antropologia os seis cursos da unidade, Licenciatura em Ciências Agrárias e do Meio Ambiente, Graduação em Administração, Licenciatura em Biologia e Química, Licenciatura em Letras: Espanhol e Português e Licenciatura em Pedagogia. Ministramos Sociologia Geral, Introdução à Sociologia e Introdução à Antropologia.

O curso de Antropologia e seus professores/pesquisadores instalados no INC têm cumprido e se comprometido com suas várias obrigações acadêmicas, administrativas e de extensão, especialmente no que diz respeito aos afazeres que se espera de tal curso. Afazeres esses que estão relacionados ao tripé do que se entende e esperam da universidade, ensino, pesquisa e extensão.

A unidade de Benjamin Constant foi pensada para que existisse a inter-relação com os outros cursos da unidade. Integra as relações intercursos ministrarmos disciplinas para os outros cursos, trânsito de alunos e de projetos. Desde projetos básicos entre docentes e discentes, como auxílios especializados, participações em eventos das outras áreas e participações nas bancas de TCCs de todos os cursos da unidade, como membros, como orientadores e/ou presidentes.

Além da presença de discentes dos três países da região, Brasil, Colômbia e Peru, há no instituto a presença de estudantes de outros estados da nação: Minas Gerais, São Paulo, Roraima, Acre. E as diversas etnias indígenas da região também se fazem presentes no curso de Antropologia (Ticuna, Maiuruna, Marubo, Cocama, Cambeba, Caixana).

Note-se, ainda, que o curso já recebeu a presença e a representatividade de estudantes de algumas das cidades da região do Alto Solimões: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. As outras duas cidades são Jutai e Fonte Boa não houve representatividades nem no curso de Antropologia nem em outros da unidade. Deve ser graças a maior proximidade da cidade de Tefé, do estado do Amazonas. Essa que tem uma unidade da UEA – Universidade do Estado do Amazonas.

Não podemos esquecer que a unidade acadêmica de Benjamin foi pensada para ser entregue em 2008, segundo consta, mas ainda não foi completada. Nas instalações nota-se um projeto antiecológico, conforme pensamos, isso porque foram feitos, até o momento (2014), prédios desconectados com o meio ambiente local. Não foram usados materiais do local. Os prédios também iniciaram sem adequações de acessibilidade exigidas por lei. Os prédios da UFAM-BC não tiveram as mesmas intenções dos de Manaus, que foram concluídos antes, mesmo tendo começado em períodos simultâneos.

Sobre o terreno da UFAM-BC, parece que, pairam ainda uns pontos a serem notados, como o seu uso. O tamanho pode ter sido modificado graças a interesses locais, não podemos cravar, mas é o que se diz nos corredores sociais. Pode ainda ter sido adaptado por esses mesmos interesses o vizinho comercial, Hotel Cabanas, que recebeu o terreno ao lado doado pela prefeitura, ainda muito suspeito esse ato, ao que nos parece, esperamos estar errados e que esses boatos nunca se confirmem.

Lembramos ainda das verbas que podem ter sido desviadas durante a construção dos prédios, são suspeitas levantadas pelo movimento dos alunos. O movimento se tornou na greve dos alunos em luta para que tudo fosse mudado. Ocorreu a queda da direção e vice direção por causa de desentendimentos com os alunos e vários processos abertos contra professores e alunos, por causa da greve de 2009 – durou do final de outubro até o começo de dezembro durou 50 dias, praticamente e derrubou a gestão da professora apoiada pela reitoria.

A greve teve motivo principal a quebra do barco da instituição que era usado para garantir o transporte dos alunos de Tabatinga para a UFAM, mas a partir desse mote outros temas surgiram e foi construída uma luta sem saídas para a permanência daquela gestão. Sem falar no seu substituto, interventor, digamos assim, que foi também indicado por Manaus, sem nenhum contato conosco da unidade. Claro não temos voz nem vez com eles, normalmente e, desde que chegou em dezembro de 2009, procurou, segundo nos parece e nosso entendimento, caçar os inimigos da reitoria no campus. Lembramos ainda do uso indevido, para dizer o mínimo, das instalações. Isso porque as professoras colegas da direção, que “caíram” durante a greve de 2009, moravam na unidade desde as suas chegadas na região. Elas habitavam dentro de salas da instituição que hoje são usadas para projetos de pesquisas. Mas moravam ali mesmo tendo direito e recebendo, ao que nos consta, a mais por atuarem fora da localidade de sua lotação. Tudo sob o olhar, para nós, conivente da reitoria. Não podemos esquecer a queima de um caminhão na frente da unidade. Fato muito suspeito e ameaçador que está até hoje, aparentemente, sem investigação,

ao menos não temos informações oficiais sobre tais investigações.

Atuando em Benjamin Constant

Agora elenco alguns procedimentos (treze no total), relevantes para esta exposição, que tem funcionado em nossas práticas e atuações na unidade:

1 – Projetos de diversas formas, sejam eles PIBICs, PARECs, PIBEX, entre outros de fluxos contínuos apresentados dentro da instituição. Além de termos enquanto colegiado, aprovado dois outros para aquisição de material e outros benefícios para o curso. São projetos que envolvem e muito a população local. Projetos que tratam das mais variadas temáticas de discussão da Antropologia, etnias (indígenas e negros), gêneros, homossexualidade e terceira idade.

A religiosidade, a economia, todas as formas de cultura, língua, relações sociais, não foram esquecidas. Além disso, as práticas educativas e/ou ainda a arqueologia estão contempladas de alguma forma nas pesquisas, estudos, projetos, incentivos, atuações, debates, eventos que promovemos. Temos, ainda, professores inseridos em várias discussões nos projetos dos outros colegiados da unidade e muitos ainda fazendo palestras e participando dos debates.

Como professores pesquisadores do curso, mestres e/ou doutores, apresentamos e temos a construção de projetos de pesquisa com projetos aprovados dentro da instituição.

Precisamos lembrar que nem todos os projetos têm investimentos financeiros. Precisamos lembrar ainda que quem aprova os projetos é uma comissão interna ao instituto e em muitos casos os projetos são desaprovados em Manaus, infelizmente não ocorrem projetos que julgamos importantes para os discentes. Também queremos frisar que há um modelo professor/pesquisador/empreendedor que discordamos veementemente. A discordância se deve ao fato de que os projetos realizados muitas vezes o são sem nenhuma vontade (melhor ainda sem tesão) por parte dos executores, fazem por fazer, somente para colocar no lattes. Ou ainda para aparecerem para os outros colegas, ou para dizerem que estão trabalhando. Para mostrarem que fazem mais que os colegas ao lado. Ou para terem discentes aos seus pés trabalhando loucamente para desenvolver seus projetos de pesquisas. Uma forma de explorar a mão de obra dos educandos, praticamente uma forma de “escravidão” acadêmica, que acaba sendo um trabalho barato, pois muitas vezes além de tudo, em muitos casos, não

tem bolsa. Afora disso, ocorrem as trocas de discentes ao bel prazer do orientador. Sabe se lá muitas vezes por que a troca foi feita...

No caso dos projetos recusados em Manaus, da nossa sede, a relação é de desigualdade de condições, somos sub-representados também nas câmaras de decisões sobre projetos, avaliações (nós nunca avaliamos um projeto deles, mas eles sempre tem a palavra final e avaliam os nossos, rs.). Somos tratados como crianças que às vezes, quando lhes interessa, recebemos um “pirulitinho” para não reclamarmos, esse pirulito é uma bolsa ou um pequeno auxílio para realizar um projeto. Como já dito antes, auxílio mal consegue pagar as despesas de transporte na região que toma muito da verba que se pede para qualquer projeto de pesquisa que se preze.

2 – Para ajudar a divulgar alguns dos nossos projetos e trabalhos na Antropologia do colegiado realizamos as nossas semanas acadêmicas. Nessas semanas fomos participantes como colaboradores e palestrantes. Participamos ainda das semanas acadêmicas de outros cursos na unidade.

Nós como colegiado já realizamos três semanas acadêmicas, uma em 2008, outra em 2010 e a última em 2011. Essa foi voltada para a construção e reconstrução do Projeto Político Pedagógico – PPP. Isso porque estávamos atentos com a possibilidade que se concretizou da visita dos representantes avaliadores do MEC – Ministério da Educação. Tal visita era para realização da “fiscalização” do andamento do curso e poderíamos durante a semana acadêmica levantar dados para ajudar a modificar as disciplinas e metodologias do curso, entre outras ideias a serem utilizadas no decorrer das análises do colegiado para o futuro do curso.

3 – Temos nos dedicado a formar comissões que atendam aos interesses dos educandos, dos docentes e que contribuam com a sua formação integral. Nessas comissões há a participação deles. Nesse momento temos as seguintes:

a – TCC – Trabalho de Conclusão de Curso e Seminários de Pesquisa;

b – NDE – Núcleo Docente Estruturante;

c – Semana de Antropologia;

d – Publicações;

e – Estágio Supervisionado;

f – Monitoria; e

g – Concursos.

4 – Incentivamos nossos educandos a seguirem a carreira seja a acadêmica seja a profissional, mas não é esse o único caminho. E realmente alguns deles tem se destacado, até de forma inesperada, inclusive, para muitos de fora de Benjamin.

Alguns foram aprovados no mestrado e ou em doutorados da UFAM em Manaus e outros na UFRGS. Mas outros estão inscritos em outras instituições à espera das avaliações. Outros, ainda, se preparando para esses processos. Isso se deve a demonstração de que é possível ser egresso do curso de Benjamin e fazer carreira acadêmica caso queiram.

Infelizmente não obtivemos o número de egressos do curso e nem os locais para onde parte significativa deles se encaminhou. Tentamos levantar tais dados na coordenação no período de escrita desse texto, mas fui infeliz nesse caso. Podemos apenas salientar que alguns foram muito bem sucedidos a nosso ver. Há egressos no serviço público ligados diretamente com as questões indígenas outros como professores, já na UFAM mesmo. E há ainda outros ligados a lideranças locais indígenas ou correlatas. Outros ainda atuando em partidos políticos e associações classistas, com os sindicatos.

Não podemos esquecer que muitos testes de pós-graduação foram feitos nas próprias dependências da UFAM-BC. Foram feitas para UFRGS e UFAM, inclusive desta instituição foram realizadas provas para dois programas o de Antropologia Social e o de Sociedade e Cultura no Amazonas.

5 – Prezamos muito a formação e a capacitação do corpo docente. Quatro professores estão afastados, nesse momento, para concluírem seus doutorados. Trajano na UNICAMP e Adailton no PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da UFAM. A professora Gilse no Doutorado em Ciências Sociais, da PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e do Professor Benedito no PPGSCA Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, na UFAM, em Manaus. Há dois docentes (Cristian e Michel) com pedido de afastamento para capacitação em nível de Pós-Doutorado, em processo de avaliação, para 2015/2016. E há mais dois com seus pedidos aceitos para o doutorado (Flávia e Tharcísio) para o período de 2015-2019.

Evidencia-se um corpo docente em busca da capacitação e o desejo para amplificarem seus trabalhos de pesquisas com os educandos certos de que os educandos receberão as melhores e mais atualizadas aulas com a capacitação máxima possível dos colegas.

6 – Entendemos que a permanente formação docente e sua

capacitação são importantes para o nosso quadro funcional, pois com maior qualificação, parece-nos que gera maior interesse em pesquisas e cresceria o desejo de produção, não a produção pela produção, como já se salientou acima, mas por interesse real na pesquisa.

As capacitações contribuirão, ao menos desejamos isso, para a edificação de uma publicação indexada (revista acadêmica) própria e para contar, brevemente, com um programa de pós-graduação na unidade. Para tal o primeiro pré-requisito é que todos sejam doutores, no mínimo.

Parece-nos que a realização de um programa de pós-graduação da casa seria a concretização de uma reviravolta acadêmica, pois deixaria de serem feitas pesquisas na região por pesquisadores somente de fora, dos renomados e dos elencados acima centros de excelência, ou de muito longe. Passaríamos a ter pesquisadores também da região para estudar seus aspectos, suas nuances, suas especificidades. Seguindo dessa forma o padrão que outros cursos, de todas as áreas, e campi tem sido feito em todo o país.

7 – Os ingressantes no Curso de Antropologia foram algo próximo do número de 50 em 2014. Temos normalmente mais de 100 alunos estudando contando com os que já estão adiantados na instituição. Isso porque a evasão como fora informado, é muito grande.

Os que chegam à fase de defesa de seus trabalhos de conclusão os apresentam às bancas compostas por pesquisadores da unidade e/ou de outros centros de pesquisa. Costumamos convidar colegas da unidade também para contribuir na formação intelectual interdisciplinar dos estudantes. A nossa primeira turma formou 12 alunos que apresentaram seus TCCs – Trabalhos de Conclusão de Curso entre o final de 2010 e o início de 2011. Para o fim do ano de 2012 são mais de 20 candidatos a apresentar conclusão de TCCs. Assim, teremos em pouco tempo muitos bacharéis em antropologia para atuarem no Brasil.

8 – Acompanhamos a participação de estudantes de Antropologia em eventos acadêmicos seja como ouvintes, apresentadores e/ou ainda na organização de eventos; tanto no campus como foi o caso do CIEURA – Congresso Internacional de Estudantes Universitários da Região Amazônica, como em outros fora dos muros do INC e muitas vezes fora do país. Um desses eventos, o que foi realizado em 2011 no INC, foi capitaneado por estudantes de Antropologia. Entendemos que esses eventos contribuem para o enriquecimento acadêmico na formação dos discentes. A mobilidade acadêmica de estudantes entre as instituições, também tem ocorrido, já houve quem se matriculou na UFRJ e na UNICAMP. Existe ainda a ativa participação dos discentes e docentes do

Curso de Antropologia em eventos realizados na UNAL – Universidade Nacional da Colômbia. Além de termos como docentes, já participado de qualificações e bancas de defesas de mestrados como membros e também como orientador-presidentes. Colaboramos nessa instituição colombiana desde 2011.

Ainda sobre as participações dos discentes em eventos de Antropologia da unidade, especialmente, no primeiro semestre 2011, alguns estudantes foram para um encontro no Equador para apresentarem seus trabalhos. Eles representaram a região, o estado do Amazonas e o Brasil. Essas participações contribuem para a formação de rede de sociabilidade, solidariedade e de trocas de saberes e conhecimentos, além de propiciarem aumento do intercâmbio das ideias e dos modos de ver a Antropologia e as ciências para e entre eles.

O que temos como certo é que todos esses procedimentos de participação de alunas e alunos e/ou docentes em atividades acadêmicas da comunidade não tiveram o apoio devido por parte da UFAM, muitas vezes faltou verba, outras incentivo institucional, outras foi o desinteresse nas relações com outras instituições como a UNAL. Lá poderíamos ter um ótimo espaço para inter-relação acadêmica e profissional, graças ao profundo conhecimento local que se tem ali na sede Letícia da UNAL. Esperamos por muito tempo que se concretize o convênio entre a UFAM e a UNAL algo que até hoje – há mais de 5 anos – está em vias de acontecer...

9 – Para contribuir com a unidade acadêmica, assumimos cargos administrativos-chaves em Benjamin. Mas ao assumirmos esses cargos nos afastamos de ações na área de nossa concentração específica. Isso prejudica a pesquisa e a produção acadêmica, pois acarreta uma série de reunião que tais comissões demandam, tirando-nos dos trabalhos essenciais do colegiado. Assim é a coordenação do COMEXI – Comissão de Extensão e Interiorização. Nela tivemos a presidência em duas ocasiões, atuando marcadamente tanto nos encaminhamentos de projetos, como nas suas realizações e nos processos de avaliação dos projetos de PIBIC – Programa Institucional de Bolsas para as Iniciações Científicas, outra comissão que temos dois participantes por anos.

10 – Apresentamos também um breve relato sobre a Comissão de Publicações que participamos e coordenamos.

Publicamos o livro: Antropologia no Alto Solimões, em 2012, pela editora Alexa Cultural, da cidade de Embu das Artes. Ele é uma publicação de alguns TCCs de egressos que aceitaram o desafio, de além de concluírem suas pesquisas e apresentações de trabalhos de conclusão, também escreverem. Essa publicação contou com uma gama variada de

temas analisados por esses recém-graduados em Antropologia na região, como economia, etnologia, educação escolar indígena, religião, urbanismo, questões de gênero.

A outra obra que publicamos foi o livro: *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*, editado pela mesma editora do livro anterior e no mesmo ano. Foi o resultado de muito empenho e dedicação de alguns colegas do colegiado. Visando a apresentar ao público geral uma coletânea de trabalhos feitos por professores da UFAM realizados no Alto Solimões esse contou com o prefácio de João Pacheco de Oliveira, ex-presidente da ABA, que ficamos gratos e honrados, enquanto comissão de publicações.

A publicação também contou com pareceristas de instituições federais, estaduais e de instituições superiores privadas espalhadas por todo o país, como por exemplo: PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, UFV – Universidade Federal de Viçosa, UFG – Universidade Federal de Goiás, FAENFI – Faculdade Estadual do Norte Fluminense, UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos, UFRGS, UFT – Universidade Federal do Tocantins, Universidade Cruzeiro do Sul. Pareceres que nos dão legitimidade ao texto final que foi apresentado a todo o público leitor.

Acreditamos que esses parceiros abrilhantaram as semanas científicas organizadas pelo colegiado. Nessas semanas foram apresentados trabalhos e ainda foram realizadas palestras, debates, minicursos, grupo de trabalho e fóruns, tanto de docentes do instituto quanto de outros. Pudemos notar grande quantidade de reflexões e análises que são ainda reverberados no local, no sentido de construção e/ou melhoras para as produções, pesquisas e projetos.

Temos a intenção de publicizar o máximo possível as realizações acadêmico-científicas da região. Como a comissão foi declarada permanente pelo colegiado e de interesse comum, assim almejamos promover uma série de livros, levando como propósito e temática a Antropologia no Alto Solimões. As publicações contariam com a participação de artigos de colegas, estudantes e pesquisadores que estudam as mais variadas questões culturais, sociais, econômicas, étnicas, entre outras da região.

Apenas precisamos salientar que nem a UFAM e sua editora e nem outra instituição amazônica ou brasileira financiou as publicações. Também não tivemos apoio da ABA de nenhuma ordem, mesmo tendo solicitado o prefácio para a então presidente da instituição de antropólogos, Bela Feldman Bianco, entre 2010-2012. E essas publicações foram sim fruto de muitas lutas, conquistas coletivas e gastos pessoais. Isso mesmo nós tiramos do nosso bolso a grana para as publicações, como essa que

escrevemos agora e que você querido leitor tem a oportunidade de conhecer. Assim, a distribuição também seguiu o mesmo esquema, foi no boca a boca. A editora de São Paulo que fez a publicação garantiu que o texto fosse aceito nas grandes lojas do ramo livresco e que assim pudéssemos ter maior visibilidade nacional e comercial.

11 – Firmamos o compromisso de levar a população mais atingida pela destruição cultural da região a permanecer nos bancos escolares e a concluir seus estudos que são os indígenas. Hoje temos diversos deles e de muitas etnias da região estudando na Antropologia, exatamente como prevê o PPP. Além de termos o prazer de ter mais uma Ticuna aprovada no mestrado de Antropologia da UFAM temos outra que já o concluiu.

Ainda assim queremos salientar que mesmo com a Lei de Cotas que é federal e então deveria ser cumprida dentro da UFAM, em Benjamin, essa não é cumprida. Não como gostaríamos. Não sentimos o cumprimento dessa lei no sentido *strictu sensu*. Como assim?

Não há um projeto institucional na UFAM-BC que trate da inclusão indígena e/ou negra. Para os indígenas tem sido indicado, frequentemente, a graduação intercultural. Claro que essa indicação não declarada, ocorre nas entrelinhas. Seriam graduações voltadas para os indígenas que estão nas aldeias. Houve até aparecimento desse assunto numa das campanhas para prefeito, da cidade de Benjamin Constant, onde foi lembrada a de Feijoa.

Outro fato nos surpreende: não há uma política de manutenção dos indígenas no INC. Há até auxílios financeiros que nem sempre são suficientes; sem esquecer de que esse tipo de auxílio gera discussões de quem é e quem não é indígena. Mas não existe preocupação real sobre as relações Inter étnicas que ocorrem na unidade acadêmica. Eles, os indígenas, não recebem a devida atenção no que se refere à adequação à língua portuguesa, podendo por muitas vezes, ser a causa de abandono dos cursos que frequentam.

12 – Mantemos relações, muitas vezes, individuais entre professores com as outras instituições da região que são UEA em Tabatinga, a UNAL (sede de Leticia) e o IFAM – Instituto Tecnológico Federal do Amazonas, em Tabatinga. Há projetos em conjunto e trabalhos acadêmicos. Ocorreram apresentações de professores da UFAM lá e a dos da UNAL em nossos espaços. Existe a capacitação (mestrado e/ou doutorado) de docentes da UFAM na UNAL.

Não podemos, infelizmente, esquecer que tentamos com muita luta a construção de um programa interinstitucional (UFAM-BC/UEA-

Tabatinga) e internacional com a UNAL. Infelizmente não conseguiu prosseguir por entraves burocráticos da UFAM e que deve ter sido aproveitado em Manaus pela UEA, que tem parceria há anos, com a UNAL. Isso porque o projeto de pós-graduação foi escrito e chegou a ser alvo de avaliação na UEA, depois que a burocracia da UFAM inviabilizou.

13 – Nós do colegiado de Antropologia temos conhecimento da construção da SOAMA – Sociedade Estadual de Antropologia do Amazonas. Essa sociedade é uma construção de alguns dos egressos do Curso de Antropologia do INC com vistas a atuar em todo o estado do Amazonas. Pretendem de alguma forma, contribuir com as ações que necessitem de Antropólogos no estado, atuando em obras públicas, demarcações de terras, entre outros assuntos ligados a nossa carreira.

Parece-nos que essa sociedade é um sinal de que a ABA não atua como se deve na região. Não tem trabalhado para mudar a situação dos egressos ou não se importa como instituição com a formação desses colegas antropólogos. Dessa forma, eles estão buscando alternativas para a associação mais antiga e distante da realidade local do Amazonas onde muitos dos associados vêm para a região apenas para pesquisar e, outros tantos para desqualificar os trabalhos que nós fazemos e/ou os egressos do curso de Benjamin fazem. Afinal somos os brotos novos da árvore nacional da Antropologia, como já nos foi dito. Bom quem sabe um dia isso mude!

Considerando finalmente, sem concluir claro!

Procuramos deixar claro que temos diferenciais de outros tantos cursos de Antropologia e das pós-graduações desta área dentro do país um desses é estarmos dentro do campo, muito conhecido e reconhecido historicamente nas pesquisas antropológicas. Outro importante é que os docentes e pesquisadores estão no início de carreira. Muitos ainda em formação com vistas aos seus doutorados outros buscando maior profundidade para suas análises em capacitações de pós-doutorados nunca esquecendo que os estudantes também acompanham tudo isso; sempre visando à formação mais ampla e mais profunda. Muitos já desfrutando de mestrados ou ligados ao doutorado. Ali temos uma graduação ativa, lutadora e querendo fazer outra Antropologia, mais voltada a entender o outro em sua localidade.

As diferentes oportunidades e contextos de vida que os docentes tiveram trouxeram informações imprescindíveis para a formação dos discentes do INC. As trajetórias, seus trabalhos, suas situações cotidianas, todos esses aspectos contribuem de alguma maneira na formação do

colegiado e dos estudantes.

Queremos ainda fazer constar que entendemos que a região do Alto Solimões tem suas especificidades, geradas pela sua localidade, geográfica, e questões ambientais, culturais e humanas. Essas especificidades apontam outros modos do fazer etnográfico já bem demonstrado nos textos de Gilse Elisa Rodrigues e de Cristian Farias Martins, em “Fazendo Antropologia no Alto Solimões” de 2012.

A formação inicial de ensino médio e fundamental dos estudantes da região difere muito das formações de outras localidades do país; digamos que é um tanto quanto precário em relação a outros, tem sim suas muitas qualidades, mas, também tem muitas fraquezas. Ambas aparecem nas relações, escritas e nos afazeres acadêmicos, proporcionando mais dificuldades na universidade do que outros teriam. Muito do que esperávamos ter como conteúdo já discutido na escola básica não foi. Assim poucos tiveram acesso a cinemas, filmes, literatura, teatro, músicas e à cultura de forma geral. O contato com esses aspectos da cultura geral contribuem para a formação de Antropólogos, mas na falta deles na região, nos incumbimos de levar algo.

Não podemos esquecer ainda que lidamos ali com um grupo de estudantes formados por múltiplas etnias, situações de vida e migrantes. Eles são das mais variadas origens sociais, culturais e internacionais. Temos no curso herdeiros indígenas, ribeirinhos, peruanos, filhos dos soldados da borracha, todos compõem minorias discriminadas no país e na região também, infelizmente. Muitos desses herdeiros não têm a língua portuguesa como sua língua oficial, esse fato contribui também para a desistência do curso. Além desse fator, há a dificuldade de entendimento das relações universitárias que precisam mais do que nunca ser entendidas e respeitadas. Isso no caso de querermos, claro, um país para todos, que seja livre, sem preconceitos, aberto às diferenças culturais, democrático realmente!

Parece-nos que o tripé universitário, ensino, pesquisa e extensão, está em andamento e em perfeito cumprimento. Ou seja, o ensino nós nunca nos furtamos a garantir e o temos garantido mesmo com algumas dificuldades administrativas. Os discentes têm tido, sistematicamente, todas as disciplinas cobertas com os docentes do curso. Estamos em franca produção e publicação de trabalhos tanto os dos docentes quanto os dos acadêmicos e também nos inserimos nos projetos de extensão.

Parece-nos ainda que a formação de graduação em Antropologia introduz no mercado antropológico outra e nova forma de lidar com as questões. Infelizmente nem todos entenderam a importância desses novos

cursos pelo país. Ainda há muita resistência. Imaginamos que deve ser por que os egressos poderão em pouco disputar espaços acadêmicos, mercadológicos e de pesquisas antes dominados por um pequeno grupo, um feudo, digamos assim, institucionalizado, muitas vezes. Podemos dizer até com reservas de espaços para os ditos protegidos desses feudos. Os novos formados têm tudo para mudar esse panorama, enquanto que os antigos donos do poder terão que se acostumar com outras formas de ver, pensar e agir.

Acreditamos que a Antropologia deva contribuir para a formação dos conhecimentos e dos entendimentos das diversidades culturais. Ver, pensar e agir com o diferente serviria para a busca do alargamento das visões sobre o mundo e seus atores. Enquanto educadores temos nos esforçado em orientar, de modo muito artesanal, nossos alunos e é o que pensamos que se espera de nós na academia, para um mundo onde caibam muitos mundos! Como nos lembram os Zapatistas.

E que caiba o nosso mundo também, tanto dos discentes quanto dos educadores. Afinal somos os galhos laterais da árvore da Antropologia Brasileira, mas queremos contribuir muito, ter direitos, deveres, mas, além disso, queremos ter voz e vez!

Acrescentando, ainda, o que já sugerimos no passado: devemos fazer uma rodada de trabalhos como esse em cada um dos campi que tenha o curso de Graduação em Antropologia. Sugerimos, ainda, incentivar os discentes das instituições a se organizarem e realizarem eventos nacionais de estudantes de Antropologia dessas instituições em conjunto, rumo a esse mundo com capacidade para abarcar todas as formas de ser, pensar, expressar, ler, falar! Sem preconceitos de nenhuma ordem!



Rafael Pessoa São Paio

POR UMA ANTROPOLOGIA INACABADA (POSFÁCIO)

Depois de tudo, retomar em detalhes aquilo que se acredita ser essencial e necessário mencionar no livro lido. Escrever o posfácio de um livro sobre Antropologia na Amazônia cujo *pré-fácio* fora escrito por Alfredo Wagner, um ícone nos estudos deste tema... esta é minha tarefa. Nada fácil, mas acredito que há sempre o que destacar para além do olhar certo de quem abre a história a ser relatada. Sendo o posfácio uma anomalia do prefácio, minha leitura deve ser também anômala, contrária aos cânones.

Para início de conversa saliento que a Antropologia que aqui se apresenta, a “nossa Antropologia”, se propõe aberta, autônoma, destemida e disposta ao diálogo frutífero com todas as áreas que pensam Cultura e Natureza como intrinsecamente implicadas na configuração do meio social e político a partir do qual analisamos o mundo. Falo da “nossa” Antropologia, pois sei que Michel Justamand e Adailton da Silva, organizadores, bem como os colegas Cristian Martins e Tharcísio Cruz, colaboradores neste e no volume primeiro, comigo compartilham propostas teóricas, metodológicas e políticas que visam uma desconstrução do olhar elitista e “devorador” que a ciência eurocentricamente construída muitas vezes lança à Amazônia lá de dentro da academia. Sou também parte desta trupe de cientistas sociais e pesquisadores que aqui aportaram em agosto de 2009 com muitas ideias na cabeça e muitos livros na mala, e como destacou Michel em seu artigo, não somos meros transeuntes de passagem, viemos para ficar.

Li e reli várias vezes os artigos buscando aspectos que, de alguma forma, apresentassem sinais de imprescindível registro neste fechamento da obra. Encontrei muitos e tive receio de não trazer todos os pontos merecidos. Certamente os autores se ressentirão de ausências, mas nossas interpretações são sempre passíveis de equívocos além de serem fruto da seletividade afetiva daquele que lê.

Relatando experiências vividas no processo de construção do curso de Bacharelado em Antropologia, Michel disparou em seu texto meio desabafo, meio provocação, o seu olhar sobre os conflitos, entraves e dramas vivenciados ao longo do difícil processo de criação e consolidação do Instituto de Natureza e Cultura. Vale ressaltar que seu relato se refere a uma experiência pessoal de quem sofreu resistências e exclusões pela postura desafiadoramente anarquista e libertária de arqueólogo em fúria

na busca de campos de pesquisa. Escavando dados no cotidiano vivido nestes anos de docência dentro do INC, articulou problemas estruturais na criação da instituição com as disputas internas por reconhecimento, poder, prestígio e legitimidade que tradicionalmente marcam qualquer ambiente acadêmico.

A análise apresentada pela assistente social do INC, Claudia Lima e sua equipe de bolsistas do setor de assistência social merece ser retomada pela importância dos dados estatísticos sobre a população de estudantes que só conseguem se manter na universidade em função das bolsas oferecidas pela instituição e pelo Ministério da Educação, destacando a importância da Política Nacional de Assistência Estudantil. Isso indica uma tendência necessária do ensino universitário nesta última década, que levou à universidade uma população até então historicamente apartada dos bancos acadêmicos. Mas os dados nos informam que infelizmente, ainda temos muitos jovens impedidos de ingressarem na universidade por falta de uma implementação mais efetiva das políticas assistenciais. Sobretudo pela particularidade do nosso alunado, é preciso pensar em outras estratégias para que consigam ingressar e permanecer na universidade. Destaco o caso de discentes que tem filhos, pois mais de $\frac{1}{4}$ (36 de 120 bolsistas) estão nesta condição, o que faz pensar na possibilidade de creche na instituição para que possam deixar seus filhos em segurança, lembrando ainda que a casa estudantil está longe de se tornar uma realidade concreta, e o restaurante universitário...

Ao ler o texto sobre a história da imigração peruana na região apresentada por Cristian Martins, Rudson e Maria Elenir, percebi o quão fundamental ele é para entendermos o papel destes nossos vizinhos, tão próximos e ao mesmo tempo “tão distantes”, na configuração da cultura local, em vista da forte discriminação e estigmatização que sofrem, seja pela vinculação religiosa com sua indumentária peculiar, seja pelo domínio que vem conquistando no comércio e no setor de construção.

O que fica evidenciado é seu papel para o setor econômico local e o ressentimento que podem estes imigrantes despertar provocando resistências da parte brasileira, a ponto do termo “peruano” deixar de ser apenas a nacionalidade para tornar-se uma ofensa a ser proferida contra o outro, situação que presenciei em diversas situações, mas que me marcou quando realizava uma atividade de extensão numa escola de Benjamin Constant: um menino de 7, 8 anos que gritava contra o coleguinha “PERUANO! PERUANO SUJO!” ao que este respondia visivelmente ofendido “Eu não sou peruano, tu que é peruano!” Fica a reflexão sobre como estamos tratando deste tema em sala de aula, seja no ensino fundamental, médio ou na universidade.

A historiadora Lilian Marta, da mesma forma que Tharcísio Cruz,

atualizou a análise marxista demonstrando sua validade para entendermos as relações de poder instauradas em contextos mais recentes. Com uma postura política, quase militante em defesa de um ensino de História combativo e crítico que respeite a cultura dos povos indígenas reivindicou o ensino de História Indígena nas escolas. Em sua inserção teórica ela buscou (e surpreendentemente para alguns desavisados encontrou) aproximações entre o pensamento indígena e elementos conceituais constitutivos da teoria marxista.

Já no artigo do colega Tharcísio, Memórias do trabalho: relações sociais e de trabalho no Alto Javari, me deparei com o importante papel da memória na reconstrução da história local sobre o mundo do trabalho. Partindo do processo histórico que engendrou as configurações econômicas, políticas e sociais atuais no Alto Javari, aponta para os processos que forjaram as condições de trabalho precárias que hoje vemos. Retomar com os(as) idosos(as) da região puxando pelo fio da memória elementos fundamentais para compreender as relações sociais me parece ter sido o grande trunfo de seu estudo. É neste olhar memorialista para o passado, junto daqueles que o experienciaram como drama vivido que se pode, enfim, vislumbrar as relações de trabalho ontem, hoje, suas tensões e contradições.

A importante discussão sobre educação indígena apareceu nos artigos de Antonia Rodrigues (Como vejo a escola: concepções dos índios Tikuna do Alto Solimões) e de Renan Albuquerque e Maria Rubim (Escola em Aldeia Tikuna: construindo processos educacionais na comunidade Vila de Betânia), colocando em destaque a percepção nativa sobre os processos educativos bem como sobre as reivindicações do povo Tikuna sobre a imprescindível inclusão de elementos constitutivos de sua cultura nos currículos escolares.

As reflexões do antropólogo Marcos Tobón, no artigo “A onça do comércio e o conflito armado entre a gente de centro: a memória e defesa da vida”, colocaram-no em defesa da memória dos povos indígenas da Colômbia. Memória e violência foram apresentadas num processo nativo de atualização da dor mitigada em força simbólica como um ato político para continuar lutando em defesa da própria cultura, em defesa da sua existência mesma. Interessante é ver como o olhar do pesquisador captou essa realidade dolorosa e violenta que simbolicamente se transmuta em defesa voraz da nova vida orientada pela resistência à guerra e violência trazidas pelo homem branco:

“A insistência na defesa da vida vem orientada por uma operação simbólica da memória que enfatiza nas oportunidades de reprodução cultural e que mitiga, por sua vez, as lembranças lastimosas,

qualquer recordação que expresse derrota ou frustração. Este uso da memória que fundamenta o discurso atual sobre a defesa da vida, participa de igual modo na orientação das ações culturais e das práticas políticas de face ao conflito armado atual.”(Tobón)

Após um inspirador passeio pelos artigos de amigos, parceiros de escrita, colegas de docência, e admiráveis surpresas na leitura dos textos de pesquisadores que ainda não conheço, reservei para o final as considerações sobre os artigos do colega e amigo Adailton da Silva, por acreditar que um posfácio pra valer a leitura deve fechar com chave de ouro. Dois artigos e um mesmo autor. Sendo fã da sua escrita desde aquele dia em maio de 2009 quando da leitura pública da prova do concurso, encanta-me poder falar de seu trabalho. Do corpo negro escravizado que se rebela na revolução haitiana (Quando Haiti também é Amazônia: corpo, cultura e mudanças climáticas) e se recria no Alto Solimões, ao corpo negro racializado e desqualificado apartado do estatuto jurídico de seus direitos coletivos mesmo dentro de contextos democráticos na América Latina (Antropologia do Direito e ações afirmativas em saúde: o descaso sem acaso). Podemos visualizar nos artigos de Adailton diferentes matizes no processo de construção da identidade étnica/racial à despeito de toda crueldade sofrida e a luta dos afrodescendentes por seus direitos.

No artigo sobre ações afirmativas em saúde, fuçando na eterna ferida histórica da escravidão e das políticas de branqueamento no Brasil que postulavam a unidade nacional, ficou evidente o quão necessário é continuar falando “*ad nauseum*” sobre este tema. Impressionou-me, também, a precisão cirúrgica com que estabeleceu as devidas articulações entre tais processos históricos e os entraves jurídicos que dificultaram a efetivação das políticas de saúde específicas para a população negra.

Chamando a atenção para a relação íntima entre Estado Nação, domínio e administração dos corpos, o artigo sobre haitianos na Amazônia me fez pensar sobre as múltiplas facetas que a falsa “democracia racial” brasileira apresenta para nos empurrar “goela a baixo” a sensação de paz e comunhão entre as raças, quando sabemos que não há paz onde não há justiça e igualdade. Lembro ainda de um professor da UFAM que afirmou um dia frente aos alunos de Antropologia do INC que não existem negros no Amazonas portanto discutir relações raciais aqui não faz sentido. Só me resta aqui repetir uma frase curta do texto: “São outros corpos negros que voltam a ser usados como moeda de troca para os interesses expansionistas de uma potência em crescimento. É a limonada brasileira do limão haitiano.”

De um modo geral os autores trouxeram informações que nos

lembram a todo momento a exploração, destruição, violações e desrespeito atroz aos costumes e tradições dos povos locais e de populações não brancas. Proibições de práticas culturais por motivos religiosos, políticos e escravistas, processos de estigmatização, que de uma forma ou de outra reiteram a lógica gananciosa da sociedade dominante, que com seu padrão cultural excessivamente consumista aponta uma compulsão pela “novidade” (do mercado) e a aversão pela diferença (do outro).

Considero proveitoso lembrar a tendência dos(as) autores(as) de trazerem a voz dos “nativos”, suas percepções, anseios, dramas e reivindicações, exercício de alteridade tão caro ao fazer antropológico.

Finalizo essa retomada de pontos que considere essenciais nos artigos, compartilhando contigo, leitor, a satisfação de ver o resultado de uma produção que sendo acadêmica, está longe de ser pretensiosa ou arrogante e, ao contrário, humildemente, reverencia os saberes tradicionais da floresta, dos ribeirinhos, dos povos indígenas que no dia a dia amazônico nos ensinam um pouco mais sobre nossa natureza humana. Uma produção que não se deixa dominar pelos saberes colonialistas que historicamente vem tentando dissuadir as culturas locais. A perspectiva que atravessou os textos aqui apresentados, de alguma forma inverte a relação política do saber-poder cientificista e põe em evidência, à contrapelo das regras de “laboratório”, o poder que emana da floresta e de terras distantes dos grandes centros de poder, talvez como forma de neutralizar em alguma medida a ganância insaciável da “onça do comércio”, expressão Uitoto citada por Tobón.

É pela continuidade desta Antropologia construída na pluralidade das experiências dos(as) autores(as) e de seus parceiros de pesquisa que nos mantemos aqui “fazendo Antropologia no Alto Solimões” e dialogando com todos(as) que daqui da Amazônia se aventuram a levar as vozes locais para o mundo. Boa leitura a todos(as)!

Gilse E. Rodrigues

Benjamin Constant, agosto de 2015. Verão amazônico.

SOBRE OS AUTORES

Adailton da Silva - Docente do bacharelado de Antropologia do INC/UFAM. Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Indígenas do INC. Doutorando pelo PPGAS/UFAM. Contribui nesta publicação como co-organizador, co-autor da apresentação, e como autor dos capítulos 2 e 9.

Alfredo Wagner Berno de Almeida – Antropólogo, Professor do PPGAS e PPGSCA da UFAM, pesquisador do CNPq. Contribui nesta publicação como prefaciador.

Ana Cássia Vieira Garcia - Graduanda em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM/ Instituto de Natureza e Cultura, Campus do Alto Solimões – AM. Estagiária no Setor de Serviço Social pelo Programa Bolsa Trabalho da UFAM. e-mail: cassia@hotmail.com. Contribui nesta publicação como co-autora do capítulo 4.

Antonia Rodrigues da Silva - Docente do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM/BC. E- mail : toniabcam@yahoo.com.br. Contribui nesta publicação como autora do capítulo 5.

Claudia dos Santos Lima - Mestre em Psicologia da Saúde. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Faculdade de Educação da Serra - FASE do Amazonas. Pós Graduada em Planejamento Educacional e Políticas Públicas pela Faculdade Integrada Grande Fortaleza – FGF. Possui Curso de capacitação em Educação Inclusiva: direito à diversidade pelo Ministério da Educação/MEC e Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto de Benjamin Constant – AM. Assistente Social, Instituto de Natureza e Cultura. Campus do Alto Solimões, Município de Benjamin Constant – AM. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Rua 1º de Maio, s/n, Colônia, Benjamin Constant, Amazonas, 69630-000. E-mail: claudiasolima@hotmail.com. Contribui nesta publicação como co-autora do capítulo 4.

Cristian Farias Martins - Professor Adjunto do curso de Antropologia INC/UFAM. Contribui nesta publicação como co-autor do capítulo 1.

Gilse Elisa Rodrigues – Professora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Campus Benjamin Constant - AM). Contribui nesta publicação como membro da comissão editorial e autora do posfácio.

Lilian Marta Grisolio Mendes - Professora da Universidade Federal de Goiás – UFG/CAC. Departamento de História e Ciências Sociais. Contribui nesta publicação como autora do Capítulo 7.

Mara Francisca Silva Rubin - Mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc/AM). Contribui nesta publicação como co-autora do capítulo 6.

Marco Tobón - Doutorando em Ciências Sociais – UNICAMP. Bolsista FAPESP. Contribui nesta publicação como autor do capítulo 3.

Maria Elenir Silva de Oliveira - Bacharel em Antropologia pelo INC/UFAM. Contribui nesta publicação como co-autora do capítulo 1.

Michel Justamand - Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente da Universidade Federal do Amazonas, lotado no Curso de Antropologia, na unidade acadêmica de Benjamin Constant. Contribui nesta publicação como co-organizador, co-autor da apresentação, e como autor do capítulo 10.

Rafael Pessoa São Paio (Em Memória) – Ex – Docente do bacharelado em Antropologia da UFAM. Contribuiu nesta publicação como autor das imagens da capa e das gravuras anteriores ao prefácio e posfácio.

Renan Albuquerque Rodrigues - Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/CNPq). Docente da Ufam, campus Parintins, Baixo Amazonas. Contribui nesta publicação como co-autor do capítulo 6.

Ronnivon Gonçalves Gomes - Graduando em licenciatura em Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas - UFAM/ Instituto de Natureza e Cultura, Campus do Alto Solimões – AM. Técnico em recursos pesqueiros pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM. Estagiário no Setor de Serviço Social pelo Programa Bolsa Trabalho da UFAM. Estagiário voluntário pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, na Escola Estadual no Município de Benjamin Constant - AM. Contribui nesta publicação como co-autor do capítulo 4.

Rudson Torres do Nascimento - Bacharel em Antropologia pelo INC/UFAM. Contribui nesta publicação como co-autor do capítulo 1.

Tharcisio Santiago Cruz - Docente do bacharelado em Antropologia do INC/UFAM. Contribui nesta publicação como autor do capítulo 8.

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2

Os projetos de pesquisa de alcance mais localizado nestas regiões e produzidos nelas mesmas, por profissionais que aí vivem mostram-se bem expressos nesta publicação e convidam os leitores a uma reflexão detida. A sociologia desta produção intelectual e científica evidencia um momento em que os pesquisadores referidos às instituições universitárias locais se expõem, expondo as vicissitudes de seus próprios trabalhos cotidianos e sistemáticos, de suas próprias práticas e de suas desvantagens simbólicas. Não parece simples uma superação de pronto dos obstáculos institucionais. Para lograr êxito ela teria que ser radical, rompendo de vez com amarras que datam da sociedade colonial e da centralidade metropolitana das instituições consagradas.

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Antropólogo. Professor do PPGAS e do PPGSCA da UFAM e
pesquisador do CNPq.

ALEXA
CULTURAL

ISBN 978-85-63354-31-0

